

1ª REVISÃO

PLANO

DIRETOR

MUNICIPAL



OUTUBRO 2011

RELATÓRIO DO PLANO - 2011

RELATÓRIO 1

ESTUDOS DE CARATERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS

O PDM da Lousã é constituído pelos seguintes documentos escritos:

- Regulamento;
- Relatório 1;
- Relatório 2;
- Relatório de Compromissos Urbanísticos.

O **RELATÓRIO 1** traduz os **Estudos de Caraterização do Território Municipal**, integrando o Enquadramento Municipal e os Estudos de Caraterização. Estes últimos, sintetizam a situação do município em termos de caraterização física, demográfica, económica, urbanística, atividades e equipamentos coletivos, património, turismo e infraestruturas. A síntese aqui apresentada, deriva de estudos sectoriais desenvolvidos mais detalhadamente sobre temas específicos, ao longo do processo de revisão do PDM e que podem complementar a informação deste relatório, nomeadamente em fichas identificativas/descritivas dos edifícios e em cartas em formato digital.

O **RELATÓRIO 2** traduz os **Objetivos e Estratégias – Fundamentação e Programa de Execuções** para o Município, integrando os Antecedentes à revisão do PDM, o Lançamento do Plano (da revisão), o Enquadramento Técnico e Metodológico do processo de revisão, a Avaliação do Território em termos de povoamento, indústria, agrícola e florestal, equipamentos, infraestruturas e turismo, a Composição do Plano, os Objetivos e Estratégias de Desenvolvimento e o Programa de Execuções e Meios de Financiamento.

O **RELATÓRIO DE COMPROMISSOS URBANÍSTICOS** contém as disposições previstas na Portaria n.º 138/2005, de 2 de fevereiro, apresentando informações relativas ao conjunto de operações urbanísticas de relevância para o apuramento das atividades administrativas e de licenciamento realizadas pela Câmara Municipal da Lousã.

RELATÓRIO 1 – ESTUDOS DE CARATERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

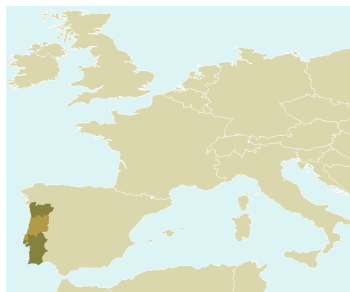
ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO MUNICIPAL	4
2. ESTUDOS DE CARATERIZAÇÃO	8
2.1. CARATERIZAÇÃO FÍSICA	10
2.2. CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA	21
2.3. CARATERIZAÇÃO ECONÓMICA	25
2.4. CARATERIZAÇÃO URBANÍSTICA	28
2.5. CARATERIZAÇÃO DE ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS COLETIVOS.....	30
2.5.1. EDUCAÇÃO	30
2.5.2. AÇÃO SOCIAL	40
2.5.3. CULTURA E LAZER.....	46
2.5.4. DESPORTO	50
2.5.5. SAÚDE	54
2.5.6. SALUBRIDADE PÚBLICA.....	59
2.5.7. SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL	62
2.5.8. DIVERSOS	66
2.6. PATRIMÓNIO	67
2.6.1. PATRIMÓNIO CULTURAL.....	70
2.6.2. PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO	74
2.7. TURISMO	81
2.7.1. CONCEPTUALIZAÇÃO DA ATIVIDADE TURISTICA	81
2.7.2. RECURSOS TURISTICOS	83
2.8. CARATERIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS	88
2.8.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	88
2.8.2. DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	96
2.8.3. RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	100
2.8.4. ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES	101
2.8.5. REDE VIÁRIA E TRANSPORTES	102
ANEXOS (ESTUDOS DE CARATERIZAÇÃO)	117

1.

ENQUADRAMENTO MUNICIPAL

O **Município da Lousã** está enquadrado em unidades territoriais, administrativas ou de planeamento, a saber:



Enquadramento na Europa



Enquadramento no País



Enquadramento na Região e Distrito

➤ **Portugal Continental (NUT I)** — Está situado no sudoeste da **Europa**, na zona ocidental da Península Ibérica, delimitado a norte e a este por Espanha e a sul e a oeste pelo Oceano Atlântico. Ocupa uma área de 88.976,7Km² e tem uma população de 9.869.343 habitantes, distribuídos por 5 Regiões (NUT II) – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. O território Português compreende ainda as regiões da Madeira e dos Açores, arquipélagos localizados no oceano Atlântico, totalizando uma população de 10.356.117 habitantes numa área de 91.946,7Km², segundo os Censos 2001.

➤ **Região Centro (NUT II)** — Foi alvo de alteração pelo Decreto-Lei nº244/2002 de 5 de novembro, para adequação das NUTS ao atual perfil sócio-económico das regiões. Compreende os distritos de Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Castelo Branco e Guarda, com recente integração de 22 municípios dos distritos de Santarém e de Lisboa, perfazendo o número de 100. Confina a norte com a região Norte, a leste com a Espanha, a sul com as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo e a oeste com o Oceano Atlântico. Ocupa uma área de 28.178,6Km² com uma população de 2.348.397 habitantes. É composta por 12 sub-regiões (NUT III) – Baixo Vouga, Baixo Mondego, Dão-Lafões, Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Cova da Beira, e ainda Oeste e Médio Tejo, oriundas da região de Lisboa e Vale do Tejo.



Enquadramento na Região e Sub-Região

- **Sub-Região do Pinhal Interior Norte (NUT III)** – Compreende 14 municípios dos distritos de Coimbra e Leiria. É limitada a norte pela sub-região de Dão-Lafões, a leste pelas da Serra da Estrela e da Cova da Beira, a sul pelo Pinhal Interior Sul e Médio Tejo, e a oeste pelo Pinhal Litoral e o Baixo Mondego. Ocupa uma área de 2.616,6Km² com uma população de 138.535 habitantes.



Enquadramento no Distrito

- **Distrito de Coimbra** — Pertence na sua maior parte à província da Beira Litoral incluindo ainda vários concelhos das províncias da Beira Alta e da Beira Baixa. É limitado a norte pelos distritos de Aveiro e Viseu, a leste pelos da Guarda e Castelo Branco, a sul pelo distrito de Leiria e a oeste pelo Oceano Atlântico. Engloba 17 municípios, que se estendem desde a Zona Litoral até à Zona do Pinhal Interior, totalizando uma área de 3.947Km² (12º maior distrito português) e tem uma população residente de 441.245 habitantes. A sede de distrito é Coimbra.



Enquadramento na Sub-Região

- **Área Metropolitana de Coimbra** — Engloba 16 municípios – Mira, Mortágua, Cantanhede, Tábua, Mealhada, Penacova, Figueira da Foz, Coimbra, Montemor-o-Velho, Vila Nova de Poiares, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Condeixa-a-Nova, Soure e Penela – e foi constituída em março de 2004.



Enquadramento na CIMPIN



Enquadramento Municipal

➤ **Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte**

— **CIMPIN** — Engloba catorze municípios – Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Tábua – e tem como missão o desenvolvimento integrado e sustentado do Pinhal Interior Norte, propondo-se a potenciar os seus recursos endógenos, esbater assimetrias e a interioridade, valorizar o seu património cultural, gastronómico e ambiental, bem como criar sinergias impulsionadoras dum bem-estar económico e social dos seus habitantes. Foi constituída em 2006/09/16 e alterada para comunidade intermunicipal em 2008/10/30.

➤ **Município da Lousã** – Tem 138,40 Km² de área e 15.753 habitantes (Censos 2001), subdividido em 6 freguesias – Casal de Ermio, Foz de Arouce, Gândaras, Lousã, Serpins e Vilarinho.

2.

ESTUDOS DE CARATERIZAÇÃO

Este capítulo pretende, de forma sintética, identificar os principais pontos-chave dos diversos estudos de caraterização realizados, no sentido de permitir, de uma maneira sumária, avaliar as principais conclusões e possibilitar o estabelecimento de estratégias a seguir no plano.

Foram elaborados com maior desenvolvimento, os seguintes estudos que poderão ser consultados nos respetivos cadernos sectoriais:

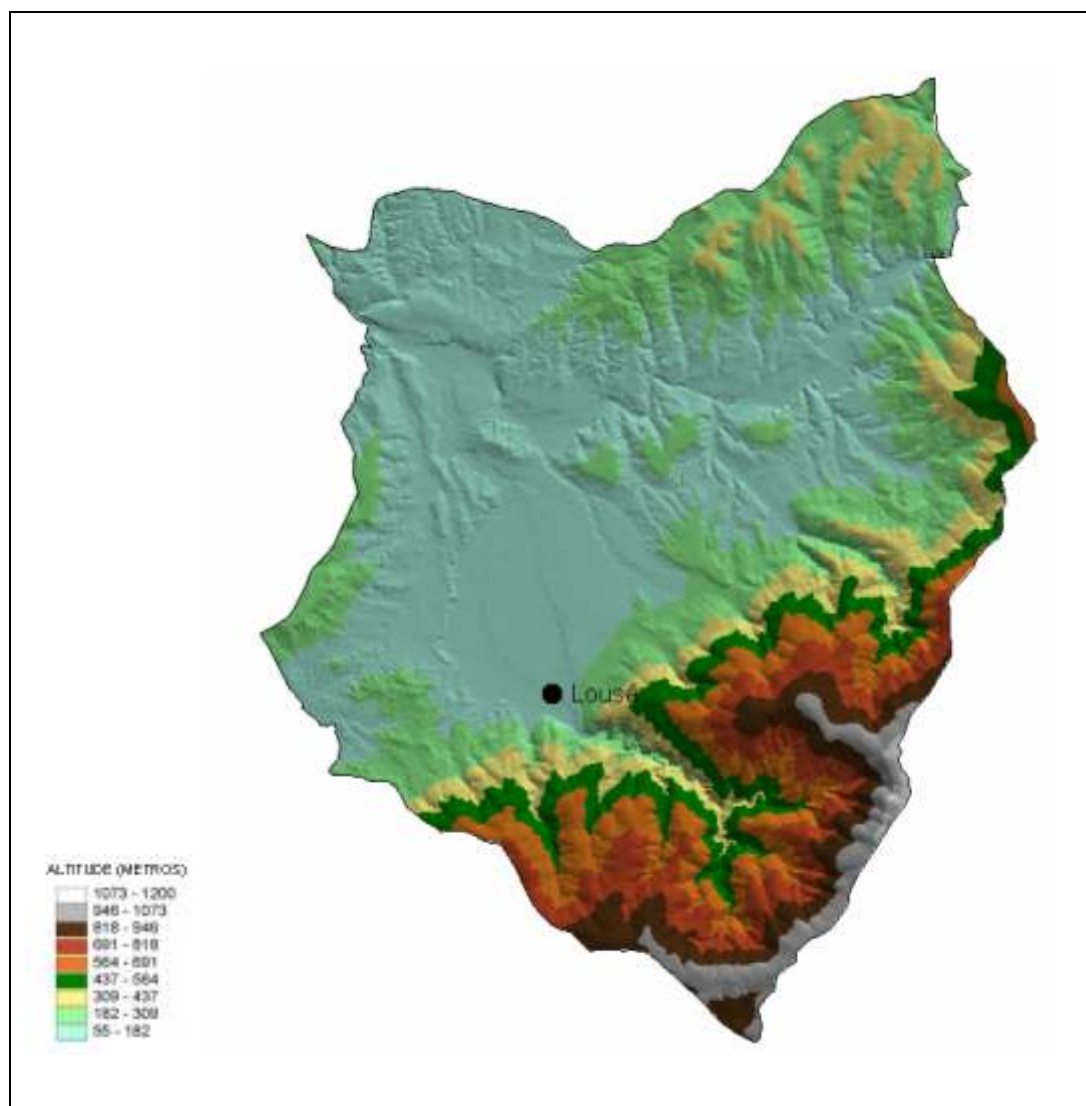
- Caraterização Física;
- Caraterização Social, Económica e Urbanística.
- Educação;
- Ação Social;
- Cultura e Lazer;
- Desporto;
- Saúde;
- Salubridade Pública;
- Segurança e Proteção Civil;
- Património Cultural;
- Património Paisagístico;
- Turismo;
- Vias e Transportes.

2.1. CARATERIZAÇÃO FÍSICA

HIPSOMETRIA

Numa análise sumária da caraterização física, é necessário conhecer, antes de mais, a distribuição da altitude da área de estudo. Ocupando quase um terço do concelho, a **Serra da Lousã** marca a extremidade sudoeste do mais importante bloco montanhoso do país, a Cordilheira Central.

FIGURA 1 – CARTA HIPSOMÉTRICA



FONTE: MNT - Cartografia 10.000, GAT da Lousã

Com uma orientação rigidamente marcada de nordeste para sudoeste, a serra da Lousã destaca-se pela forma brusca como se eleva, apresentando fortes declives, desde cerca dos 200 metros até cerca dos 650/750 metros, onde se encontra um pequeno patamar, elevando-se novamente e mantendo os declives notáveis até cerca dos 900/1000 metros, onde novo patamar dá passagem a um relevo ondulado, por vezes quase aplanado e que se eleva no seu ponto mais alto, o Trevim, a uma altitude de 1204 metros.

Em contraste marcado com a serra surge a **Bacia da Lousã**, sendo a mais importante depressão que flanqueia o maciço central que se prolonga, no seu bloco noroeste, da serra da Lousã até à Serra da Estrela, marcado por via de um desnível acentuado, cerca de 700 metros, que distingue a separação entre a serra e a bacia. Toda esta passagem é feita através de contacto anormal entre os materiais que os constituem, originados por uma falha que levanta o bloco da Serra. No seu interior, com altitudes situadas entre os 100 e os 190 metros encontramos solos aluviais e terraços fluviais e completados por colinas sedimentares, mais elevadas. Estas últimas apresentam-se relacionadas com a presença do rio Ceira, que se atualmente as corta profundamente, outrora terá sido o principal responsável pela sua formação.

DECLIVES

Numa primeira análise pelos declives do Concelho da Lousã, observa-se uma distribuição relativamente heterogénea no território. Desta forma, o Quadro 1 e a Figura 2 evidenciam a distribuição em área e percentagem dos declives.

QUADRO 1 – ÁREA E PERCENTAGEM QUE CADA CLASSE DE DECLIVES ASSUME PERANTE A ÁREA TOTAL DO CONCELHO

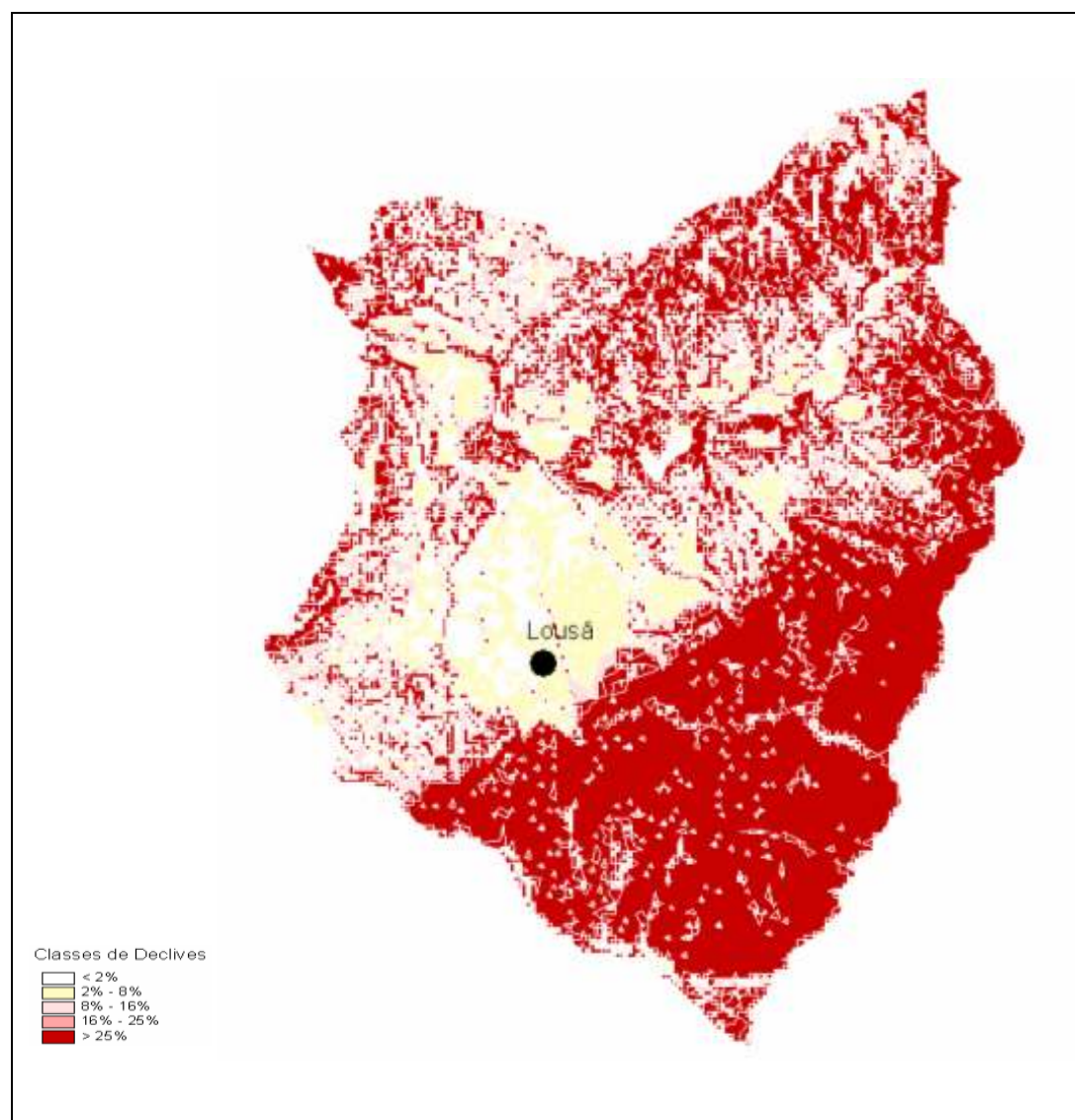
Concelho	< 2%		2% a 8%		8% a 16%		16% a 25%		> 25%	
	Área (Km ²)	%	Área (Km ²)	%	Área (Km ²)	%	Área (Km ²)	%	Área (Km ²)	%
Lousã	3,96	3	41,10	30	22,08	16	60,98	44	10,88	7

FONTE: GAT Lousã

Deste modo, constata-se a substancial diferença entre, por um lado a serra da Lousã e por outro lado a depressão tectónica correspondente à bacia topográfica da Lousã. Com efeito, na primeira se observam valores de declives francamente elevados (>16%), superiores na maioria dos casos à classe dos 25%,

destacando-se pela forma brusca como o bloco da serra se eleva, desde cerca dos 200 metros até cerca dos 650/750 metros, onde se encontra um pequeno patamar, elevando-se novamente e mantendo os declives notáveis até cerca dos 900/1000 metros, onde novo patamar dá passagem a um relevo ondulado, por vezes quase aplanado. Já no que diz respeito à bacia da Lousã, esta caracteriza-se pela ausência de declives acentuados e é marcada pela sua forma aplanada onde na maioria dos casos o declive não ultrapassa os 2%.

FIGURA 2 – CARTA DE DECLIVES



FONTE: MNT - Cartografia 10.000, GAT da Lousã

GEOLOGIA E TECTÓNICA

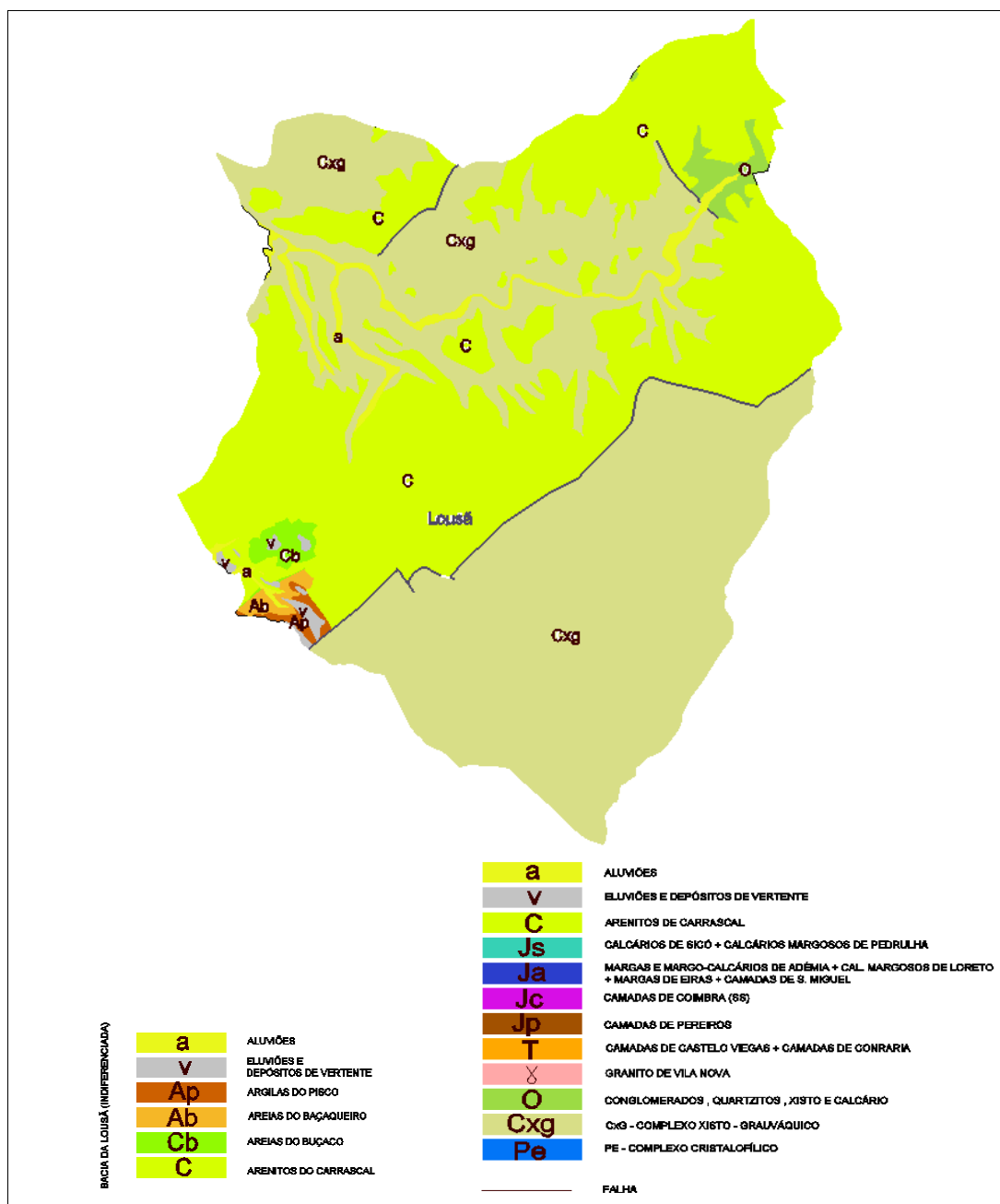
Litologicamente o concelho da Lousã apresenta em toda a sua área um conjunto de formações rochosas, decorrentes das suas individualidades estruturais, nomeadamente a serra da Lousã e a bacia topográfica da Lousã.

A sul do concelho, encontra-se a serra da Lousã, uma unidade litológica com uma mancha bastante contínua, composta por um substrato de xistos e grauvaques anteordovícicos, também conhecido por complexo xisto-grauváquico, pouco metamorfizados, muitas vezes já alterados e frequentemente atravessados por filões de quartzo com várias direções e espessura também variável, apresentando-se muitas vezes escavados pelas linhas de água, que nas vertentes da serra se entalham vigorosamente.

No que diz respeito à bacia topográfica da Lousã, esta é constituída essencialmente por um conjunto de unidades litológicas, separadas por descontinuidades de valor regional, assistindo-se ao seu enchimento no decorrer do cretácico inferior¹. Assim, inicia-se pelo grés do Buçaco, assente numa superfície de erosão desenvolvida no complexo xisto-grauváquico e dominada por relevos residuais do quartzito ordovícico e correspondem a arcossarenitos a quartzarenitos. Seguidamente sobre estas, encontram-se as areias do buçaqueiro, assentes em fortes descontinuidades erosivas sobre o grés do Buçaco ou excecionalmente sobre o complexo xisto-grauváquico. Por último, um conjunto que se encontra sobretudo no cimo das colinas do buçaqueiro conhecida por formação superior de fácies raña. Estas formações podem apresentar predomínio de blocos de quartzito, ou blocos de granito, xisto e grés.

¹ Esboço geológico dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares. Projeto de cartografia geológica, carta 19 D Coimbra Sul

FIGURA 3 – CARTA GEOLÓGICA



FONTE: Fonte: Esboço Geológico do Concelho da Lousã, folha 19 D Coimbra Sul - Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e Serviços Geológicos de Portugal; GAT Lousã

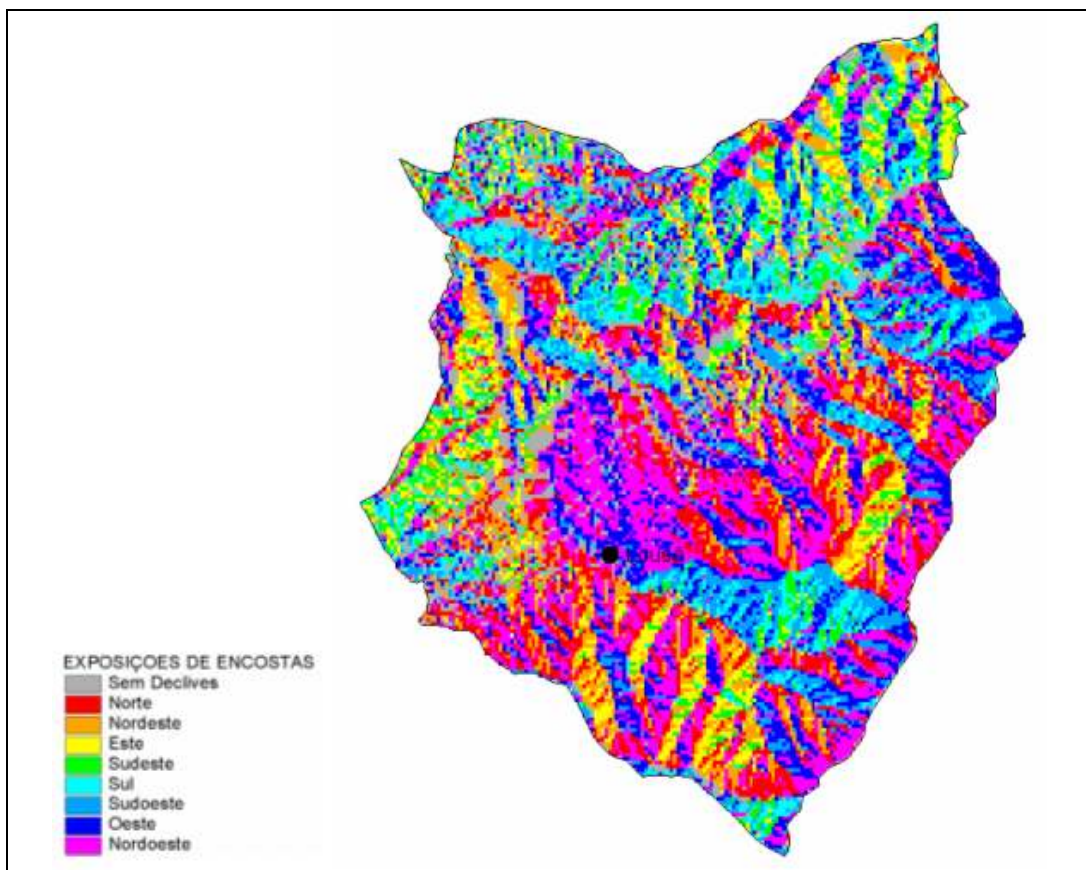
Em termos **tectónicos**, o concelho da Lousã encontra-se afetado por um conjunto de falhas, destacando-se fundamentalmente o acidente da Lousã – Góis, com orientação ENE, que delimita pelo lado sul a bacia da Lousã e que faz parte do acidente maior a falha da Nazaré. Existem ainda outras falhas de acrescida importância, localizadas a sul das quais se destacam as falhas da cebola e de boga, responsáveis pela delimitação a norte e sul do fosso do Zêzere, respetivamente.

CLIMA

Em termos gerais o Concelho da Lousã e a sua diversidade de paisagens, encontram no clima características comuns, extensíveis a todo o território e região. Deste modo a Lousã, à semelhança de todo o centro litoral, apresenta um clima de características marcadamente mediterrâneas, com os Verões quentes (20°-22°), e os Invernos suaves (9°-11°), apresentando temperaturas médias anuais com oscilações na ordem dos 15°-16°.

As chuvas registam-se com maior frequência no decorrer dos meses correspondentes ao outono, inverno e princípios da primavera. Todavia os seus valores são fortemente influenciados pela altitude podendo situar-se, em termos médios, entre os 1000 e os 1800 mm anuais. De destacar que a presença de um relevo imponente, como é a Serra da Lousã, influi significativamente nas condições climáticas junto à Bacia da Lousã, onde se encontra a sede de Concelho.

FIGURA 4 – CARTA DE EXPOSIÇÃO DE ENCOSTAS



FONTE: MNT - Cartografia 10.000, GAT da Lousã

Dos restantes elementos climáticos, destaque para o vento com rumos predominantes de E, SW e W durante todo o ano médio. No outono e no inverno predomina o rumo de E enquanto nos meses de maio a setembro foram os de SW e W a predominar.

Quanto à insolação verifica-se que esta se reparte por valores situados entre as 2200 e as 2600 horas de exposição solar, sendo que o extremo Noroeste, é aquele que recebe maior número de horas de Sol. No sentido oposto toda a vertente Norte da Serra da Lousã, recebe em média menos 300 horas, enquanto que as restantes áreas acusam valores que vão desde as 2300 horas até às 2500 horas de média anual.

Pela posição que esta área ocupa relativamente ao litoral e tendo em conta a linha de relevo que ocupa o extremo Sul do Concelho, são frequentes a formação de nevoeiros, essencialmente nos pontos altos da serra, bem como a presença de valores de humidade relativamente elevados, nomeadamente valores médios anuais compreendidos entre os 70 e os 75% de humidade no ar. A presença do Rio Ceira e da sua planície aluvial, fortemente ocupada pela vegetação regista valores mais elevados de humidade que se situam perto dos 80%.

OCUPAÇÃO DO SOLO

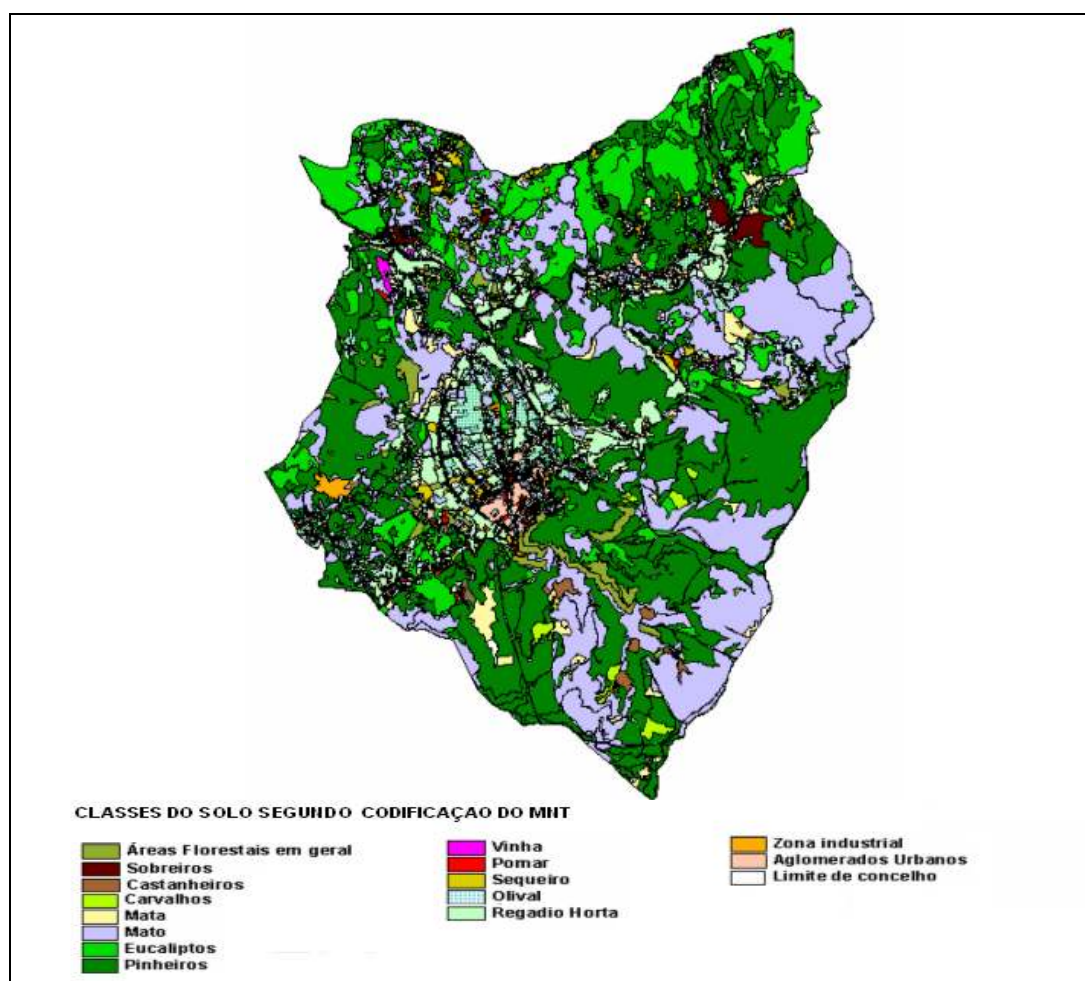
Quanto ao **coberto vegetal**, que constitui a grande **mancha florestal** que cobre o concelho, este traduz uma influência tipicamente mediterrânea, encontram-se em vertentes de baixa altitude, abrigadas e com exposição predominantemente ao quadrante sul, espécies características como o carvalho português, sobreiro, medronheiro e plantas aromáticas.

Em complemento a estas espécies e traduzindo, embora de forma menos vincada, algumas características, também elas mediterrâneas, surgem ao lado de outras, espécies introduzidas pelo homem, como o pinheiro bravo, que ocupa uma área significativa do coberto florestal do concelho, embora de uma forma mais consistente na encosta norte da serra da Lousã e nas colinas situadas a oeste, e, mais recentemente, o eucalipto, uma espécie que surge disseminado um pouco por todo o lado, registando-se no entanto as maiores manchas na zona

norte do concelho, como consequência de áreas que foram mais assoladas pelos incêndios florestais e que se encontram, regra geral, relacionados com os solos pobres, arenosos ou argilosos, resultantes ou não da alteração dos xistos, traduzidos em solos pouco espessos, quase sempre pouco evoluídos, que dominam a maioria dos solos deste concelho.

No que diz respeito à **ocupação agrícola**, em toda a parte baixa da Lousã, nos solos férteis correspondentes à bacia da Lousã, predominam áreas de policultura intensiva, expressas nas manchas de regadio e horta localizadas nos planos aluviais das linhas de água e na agricultura de sequeiro, associadas quase sempre a olivais ou pomares, localizadas nas áreas mais afastadas das linhas de águas ou nas colinas sobranceiras da bacia. Encontram-se também, com frequência regular, os pomares, dispersos, quer nas bordaduras dos campos ou mesmo no seu interior, quer, igualmente, nos quintais contíguos às habitações.

FIGURA 5 – CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO



FONTE: MNT - Cartografia 10.000, GAT da Lousã

Relativamente às **zonas urbanas**, de infraestruturas e equipamentos de ocupação marcadamente antrópica, estas surgem com particular destaque concentradas junto da sede de concelho, onde se registam as maiores atividades económicas, seguidas das sedes de freguesia.

Em termos **pedológicos**, constata-se a predominância de unidades pedológicas de cambissolos húmicos com forte ligação aos xistos e quartzitos de ordovícico e que ocupam perto de três quartos do total da área do concelho, bem como de cambissolos dístricos, estes por sua vez, associados às formações de rochas sedimentares das colinas sedimentares da bacia topográfica da Lousã. Por último surgem os fluvisolos éutricos localizados na área deprimida da bacia da Lousã e que correspondem, grosso modo, aos materiais depositados pelos cursos de água nesta área da bacia, constituída essencialmente por solos aluviais e terraços fluviais de grande aptidão agrícola. De todo o tipo de solos registados, estes últimos são, sem dúvida, aqueles que possuem melhor conjunto de características para a utilização agrícola.

HIDROGRAFIA

Em termos de hidrografia, destaca-se o **Rio Ceira**, afluente da margem esquerda do Mondego, sendo o principal rio que atravessa o Concelho – no sentido Este-Oeste –, numa extensão superior a 17 km, ao longo dos quais recebe o contributo de diversas ribeiras, em ambas as margens. Particular destaque para os afluentes da margem esquerda, derivados, na sua maioria, das vertentes abruptas da Serra da Lousã. O Ceira dá entrada no Concelho, por meio da epigenia da Sr.ª da Candosa, tratando-se de um processo de adaptação da rede hidrográfica ao relevo aproveitando uma falha que corta as cristas quartzíticas provenientes do Buçaco. Apresenta um encaixe extremamente profundo, nesta passagem, com cerca de 100 metros.

Por sua vez, o **Rio Arouce** tem um comprimento total de 19 km, dos quais cerca de 10 km correspondem ao percurso da serra. É no Lugar da Ermida (350m) que este rio se constitui pela junção de três ribeiros. Recebe ainda mais três afluentes na margem esquerda. O aspeto geral do perfil longitudinal deste rio resulta, muito provavelmente, de o seu vale coincidir com uma linha de fratura normal à do

sopé da serra, de a montanha ter sofrido movimentos tectónicos sucessivos e da erosão dos greinitos da bacia.

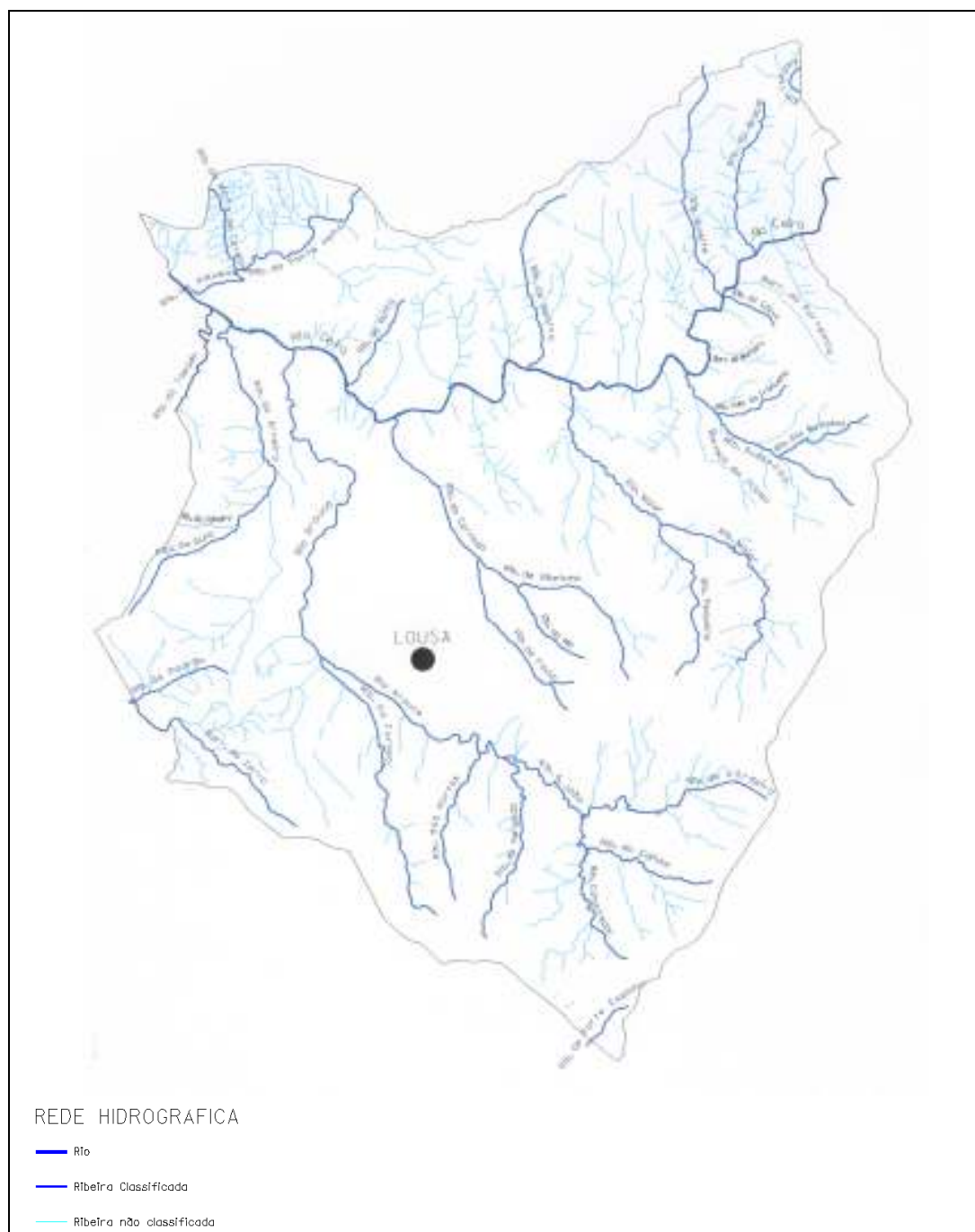
FIGURA 6 – ESQUEMA DA ESTRUTURA DA REDE HIDROGRÁFICA POR ORDEM DOS AFLUENTES

[illegible]

FONTE: MNT -Cartografia 10.000; GAT Lousã

Relativamente às **bacias hidrográficas** destes rios há a dizer que, não obstante se encontrarem em continuidade altimétrica, estão separadas por um estrangulamento do vale, resultante da presença de um obstáculo de natureza complexa, associado ao encaixe de um soco de xisto e à conservação de pedaços de terraços pedregosos. A resistência excecional, oposta pelos terraços de grandes blocos de quartzito depositados, originaram na base da colina uma formação que protege a erosão do material gresoso que assenta na parte superior. Contrastando com o estrangulamento verificado, surge uma formação, a pequena bacia de Foz de Arouce, extensa planície aluvial e formada a partir das ribeiras tributárias do Ceira que desagüam a jusante de Foz de Arouce. Estes afluentes, adaptados em função de um perfil do Ceira que atualmente, devido ao recuo progressivo do entalhe, já não apresentam correspondência, encontram-se conservados ao nível altimétrico da bacia existente na Lousã.

FIGURA 7 – CARTA DA REDE HIDROGRÁFICA



FONTE: MNT - Cartografia 10.000; GAT Lousã

De acordo com os dados da qualidade da água superficial constantes do SNIRH – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, o Município da Lousã não tem nenhuma estação de monitorização da qualidade da água superficial nem de monitorização da qualidade da água subterrânea, pelo que não é possível aferir a qualidade da mesma.

2.2. CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

Em termos de **população residente** interessa realçar que, no período 1991/2001, o concelho da Lousã registou um crescimento de 18%, cotando-se como o concelho que assinalou maior crescimento, quer no Pinhal Interior Norte, quer na Região Centro. Com efeito, a proximidade à capital de distrito – Coimbra –, consubstanciada por um mercado imobiliário mais acessível ao poder económico dos agregados familiares mais jovens, transformaram a vila da Lousã num alternativa válida à especulação imobiliária registada na capital de distrito. Não obstante o crescimento da população em algumas freguesias, foi a sede de concelho, que polarizou todo o crescimento do concelho e que originou o resultado alcançado. Com efeito, essa comparação pode ser observada a partir da figura anexa, relativa à evolução da população por lugar.

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA (1960 A 2001)

FREGUESIAS	1960	1970	1981	1991	2001
Casal de Ermio	418	256	339	338	362
Foz de Arouce	1259	1101	1230	1078	1112
Lousã	8191	7417	7626	8321	10395
Serpins	2032	1758	1784	1489	1712
Vilarinho	2000	1837	2041	2221	2172
TOTAL CONCELHO	13900	12369	13020	13447	15753

Fonte: INE – Recenseamentos da População, anos de 1960, 1970, 1981, 1991, 2001

Idêntica realidade se encontra ao nível da **densidade populacional**, onde se verifica que a pressão demográfica se concentra somente na sede de concelho e aglomerados envolventes, melhor servidos em termos de equipamentos e acessibilidades em relação à restante área concelhia. Também o número de **famílias**, como repercussão direta do aumento da população residente, aumentou, em idêntica proporção para a sede de concelho e demais freguesias.

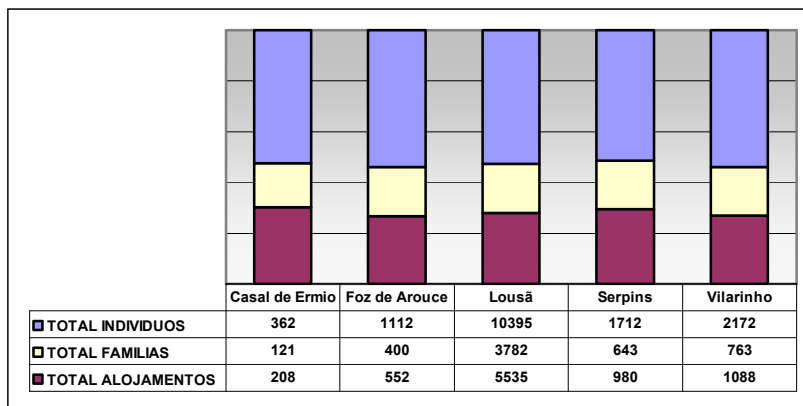
QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS POR FREGUESIA (1960 A 2001)

FREGUESIAS	1960	1970	1981	1991	2001
Casal de Ermio	133	94	118	120	122
Foz de Arouce	410	345	429	357	400
Lousã	2338	2173	2423	2719	3782
Serpins	596	562	610	548	643
Vilarinho	601	559	670	730	763
TOTAL CONCELHO	4078	3732	4250	4474	5710

Fonte: INE – Recenseamentos da População, anos de 1960, 1970, 1981, 1991, 2001

De igual modo, os **alojamentos**, apesar de um aumento lento mas gradual desde 1970, destacam-se na década de 90 por um incremento significativo na construção de novos alojamentos. De salientar que o número de alojamentos se tem mantido sempre bastante superior ao número de famílias, por freguesia e no global do concelho.

QUADRO 4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS POR FREGUESIA (1970 A 2001)

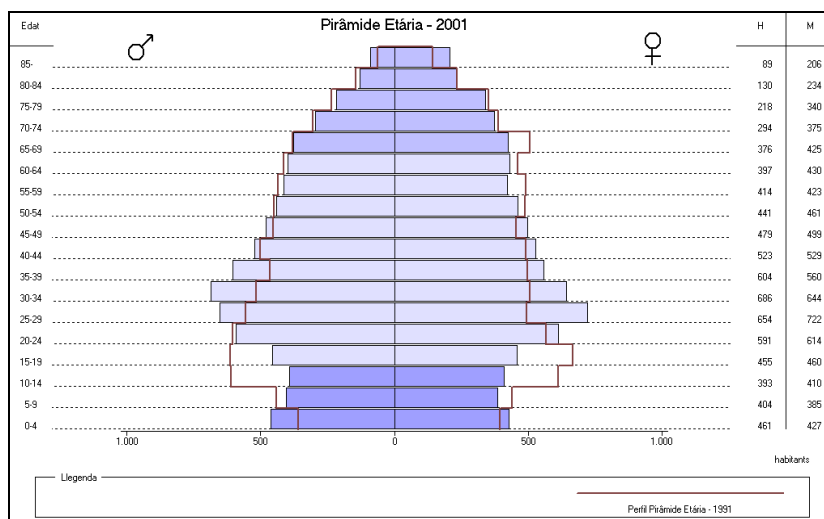


FONTE: INE – Censos 2001

Relativamente ao **grau de instrução** da população residente, os valores encontrados revelam um baixo e, por vezes inexistente, nível de escolaridade, onde o total de população analfabeta ou apenas com o 1.º ciclo do ensino básico é equivalente à soma da população com os restantes níveis de ensino, incluindo de formação superior.

O concelho da Lousã possui uma **população envelhecida** e com baixo grau de instrução, onde as mulheres, fruto de uma maior esperança média de vida, se apresentam em maior número, essencialmente nas idades mais elevadas. Não obstante estes valores, os resultados dos Censos de 2001 mostram também a existência de uma perspetiva de renovação, expressa não só pelo aumento de população no grupos etários mais novos, apoiados no reforço de casais jovens que se deslocaram para o concelho, mas também, no registo de um ligeiro aumento dos grupos etários até aos 4 anos.

FIGURA 8 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE (1991/2001)



Fonte: INE – Censos 1991 e 2001

Quanto aos **indicadores demográficos** da dinâmica interna da população, a comparação com as diferentes unidades territoriais permite comparar o concelho da Lousã com as dinâmicas evidenciadas nas diferentes regiões.

QUADRO 5 – INDICADORES DEMOGRÁFICOS DA DINÂMICA INTERNA DA POPULAÇÃO EM 2001

Unidade Territorial	Taxa de Natalidade ‰	Taxa de Mortalidade ‰	Taxa de Excedentes de Vidas ‰	Taxa de Nupcialidade %	Taxa de Divórcio %	Taxa de Fecundidade %	Índice de Envelhecimento %
Portugal	11,73	10,30	1,43	6,23	1,87	46,01	102,25
Região Centro	10,10	11,55	-1,45	5,89	1,57	41,76	131,00
Pinhal Interior Norte	9,42	14,38	-4,96	5,17	1,12	41,75	161,10
Lousã	11,80	9,52	2,28	6,46	2,41	48,78	134,42

Fonte: INE – Censos 2001

AS TENDÊNCIAS DA DINÂMICA INTERNA DA POPULAÇÃO

Tendo em atenção as dinâmicas populacionais descritas e as principais implicações do ponto de vista da organização das infraestruturas e das atividades no território, será necessário enquadrar as tendências de evolução no horizonte temporal das duas primeiras décadas do século XXI. Deste modo, recorrendo à análise realizada na Carta Desportiva do Município da Lousã, optou-se por importar os dados referentes às projeções apresentadas. De referir que a metodologia apresentada, considera valores de população total, por ano, até 2021, utilizando no cálculo o crescimento observado entre 1991 e 2001, partindo do princípio que se manterá nas próximas décadas (método matemático e modelo geométrico). Por outro lado, no que se refere aos movimentos migratórios,

partiu-se da hipótese de existir um saldo nulo, pensando que as saídas de população serão compensadas por entradas em igual número.

No que respeita a projeções de população, considerando os valores totais para o Município da Lousã, uma primeira ideia a referir destaca o crescimento positivo que ocorrerá por década e que se traduzirá num acréscimo populacional de cerca de 2701 habitantes em 2011 e mais 3165 habitantes em 2021.

A análise por freguesia sublinha uma tendência de crescimento nas freguesias mais populosas do Município da Lousã, destacando-se o comportamento das Freguesias da Lousã e de Serpins. Efetivamente, na freguesia da **Lousã terá mais 2591 habitantes em 2011** passando a população residente a ser de 12986 habitantes, a que acrescem **mais 3237 indivíduos em 2021**, passando a **população residente a ser de 16223 habitantes**.

A Freguesia de Serpins terá também um número de residentes superior (mais 256 e 295 habitantes em 2011 e 2021, para valores totais de residentes de 1968 e 2263).

As duas freguesias cuja população residente em 2001 supera os 1000 habitantes (Foz de Arouce e Vilarinho) registam evoluções diferenciadas. Com efeito, Foz de Arouce registará igualmente um aumento de população, com acréscimos contudo menores (mais 35 e 36 habitantes em 2011 e 2021, para quantitativos populacionais totais de 1147 e 1183). Por outro lado, para a Freguesia de Vilarinho prevê-se um decréscimo populacional (menos 48 e 47 habitantes em 2011 e 2021, para valores totais de residentes de 2124 e 2077).

No caso da Freguesia de Casal de Ermio, esta irá registar acréscimos populacionais, embora não sejam muito significativos (mais 26 e 28 habitantes em 2011 e 2021, para valores de população totais de 388 e 415).

Representando a Freguesia da Lousã 66% (10395) do total de habitantes do Município em 2001, esta passará a representar 75% (16223) dos residentes em 2021. Perspetiva-se, assim, um reforço da sede do Município com um aprofundamento do padrão de povoamento e, conseqüentemente, das assimetrias entre freguesias.

Uma referência para a relação entre a população das três freguesias mais populosas (Lousã, Serpins e Vilarinho) e a população do Município indicia o reforço da primeira e segunda, já que representando 91% da população do Município em 2001, passarão a concentrar 95% do quantitativo de residentes em 2021. Deste modo, a evolução projetada reforça o dispositivo territorial dominado pela sede de Município, evidenciando capacidade para atrair e fixar população.

2.3. CARATERIZAÇÃO ECONÓMICA

De importância acrescida, ganham relevo os quantitativos de **população ativa** e a sua distribuição por atividade e instrução, indicadores fundamentais para o diagnóstico da atividade económica do Concelho da Lousã. Deste modo, interessa analisar em primeiro lugar a relação entre os valores nas diversas unidades territoriais, como forma de enquadrar as dinâmicas observadas no concelho.

QUADRO 6 – INDICADORES DEMOGRÁFICOS DA DINÂMICA INTERNA DA POPULAÇÃO

Unidade Territorial	População Economicamente Ativa 2001	População Economicamente Ativa e Empregada 2001	Taxa de Atividade 1991	Taxa de Atividade 2001	População Desempregada 2001	Taxa de Desemprego 1991	Taxa de Desemprego 2001
Portugal	4 990 208	4 650 974	44.6 %	48.2 %	339 261	6.1 %	6.8 %
Região Centro	1 067 864	1 006 373	41.6 %	45.5 %	61 491	5.1 %	5.8 %
Pinhal Interior Norte	57 977	54 707	36.3 %	41.9 %	3 270	4.6 %	5.6 %
Lousã	7 523	7 052	40.1 %	47.8 %	471	7.4 %	6.3 %

Fonte: INE – Censos 2001

No quadro VI é possível observar a evolução que cada um dos **setores de atividade** tem vindo a registar no Concelho, ao longo dos últimos 50 anos. No que respeita à distribuição da população por setores de atividade, de realçar, a importância do setor dos serviços que surge no concelho da Lousã com valores superiores a 60% e por outro lado, o reduzido peso do setor primário na economia do concelho, uma vez que emprega somente 2% da população ativa. Quanto ao setor secundário, referente à indústria em geral, esta apresenta resultados próximos dos 40%, valor que se pode considerar significativo num concelho com as características da Lousã. Todavia, este setor tem vindo a diminuir o seu peso económico, denunciando um decréscimo da atividade industrial, não obstante o aumento das áreas industriais no Concelho.

QUADRO 7 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR SETORES DE ATIVIDADE (1950-2001)

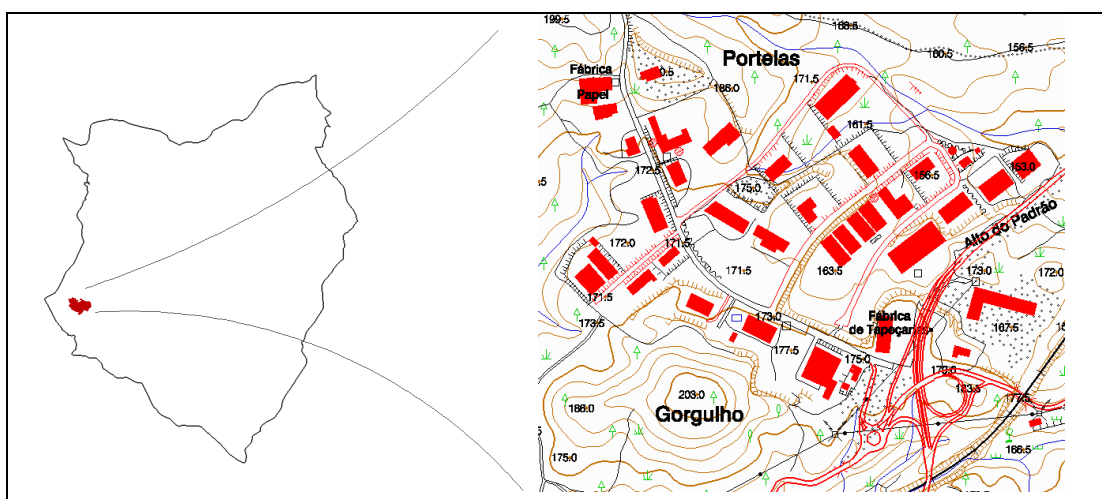
ANO	POPULAÇÃO ATIVA COM PROFISSÃO					
	SETOR PRIMÁRIO	%	SETOR SECUNDÁRIO	%	SETOR TERCIÁRIO	%
1950	2955	56.9	1065	20.5	1162	22.4
1960	2198	45.9	1648	34.4	940	19.6
1970	1335	32.4	1630	39.6	1155	28.0
1981	437	10.4	2328	55.5	1428	34.1
1991	237	4.7	2374	47.6	2381	47.7
2001	131	2.0	2511	36.0	4410	62.0

Fonte: INE; Estudos Prévios do Plano Diretor Intermunicipal, GAT Lousã

Com um total de 94,51 hectares de áreas destinados à atividade industrial consagrados no atual Plano Diretor Municipal em vigor, divididos por quatro grandes áreas, sendo uma delas de reserva de solos industriais, atualmente sem ocupação, o Concelho da Lousã apresenta um leque variado de indústrias. As áreas atualmente ocupadas são a **Zona Industrial Alto do Padrão** – com espaço próprio delimitado – e as **Zonas Industriais dos Matinhos** e da **Fábrica de Papel do Prado**, inseridas no espaço urbano da Lousã. A quarta zona industrial, a **Zona Industrial de Foz de Arouce** corresponde a uma área de reserva prevista no atual PDM em vigor e que até à presente data não tem ocupação.

Relativamente à **Zona Industrial do Alto do Padrão**, situada no Alto do Padrão, representa a maior área de ocupação industrial prevista em PDM, com cerca de 41 hectares e integra cerca de 50 lotes, devidamente infraestruturada e que, atualmente, se encontra próxima da sua capacidade máxima. Do universo de empresas sediadas nesta zona industrial realce para a armazenagem industrial de produtos, para as indústrias ligas ao setor florestal e aos produtos florestais. Há a destacar ainda algumas empresas de indústria têxtil, higiene e limpeza e setor automóvel. Esta zona industrial é servida por um nó da variante à EN342 que assegura uma ligação ao IP1.

FIGURA 9 – LOCALIZAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DO ALTO DO PADRÃO



Fonte: GAT Lousã, Cartografia 10.000

Para além das zonas industriais, existem outras indústrias localizadas dispersamente no concelho. O destaque vai para indústria têxtil, que de um modo geral tem fortes tradições no tecido industrial do município, bem como para a produção de material elétrico numa unidade fabril sediada em Serpins. Há ainda a destacar a indústria ligada ao setor da alimentação e bebidas, com grande incidência no concelho e na região.

Estas unidades dispersas constituem potenciais focos de poluição pontual, podendo destacar-se algumas das atividades presentes que poderão acarretar maiores riscos, nomeadamente: lagares de azeite, moagem de cereais, destilarias de aguardente, produtores de licores e bebidas destiladas, transformadores de papel e cartão, recuperação de borracha, entre outros. Com efeito, os diversos equipamentos associados à rede de saneamento básico, no caso de fossas sépticas coletivas e/ou individuais, bem como as ETAR que não procediam a um tratamento terciário, constituem por si só um potencial foco de poluição, nomeadamente em casos de descargas por falha dos sistemas.

No que concerne ao **desemprego**, no concelho da Lousã é mais elevado o desemprego no sexo feminino. Para este facto contribuirá, por certo, o baixo grau de escolaridade e, conseqüentemente, a deficiente qualificação da mão de obra que se reflectirá em maior escala no universo feminino, verificando-se, portanto, uma clara distinção entre as oportunidades de emprego para o sexo feminino e masculino.

2.4. CARATERIZAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL

Na **caraterização do parque habitacional** de realçar a inexistência de habitação precária no concelho, à exceção de casos pontuais. Em termo de alojamentos existe uma predominância para a ocupação e utilização unicamente residencial. Destaque para o facto da maioria dos alojamentos ser ocupada pelos proprietários, sendo o valor de alojamentos arrendados significativamente mais baixa. Predomina, igualmente, a habitação unifamiliar.

QUADRO 8 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS POR FREGUESIA (1970 A 2001)

FREGUESIAS	1970	1981	1991	2001
Casal de Ermio	169	167	196	208
Foz de Arouce	502	513	625	552
Lousã	2577	3222	4232	5535
Serpins	726	807	933	980
Vilarinho	713	831	1060	1088
TOTAL CONCELHO	4687	5540	7046	8354

Fonte: INE – Censos 2001

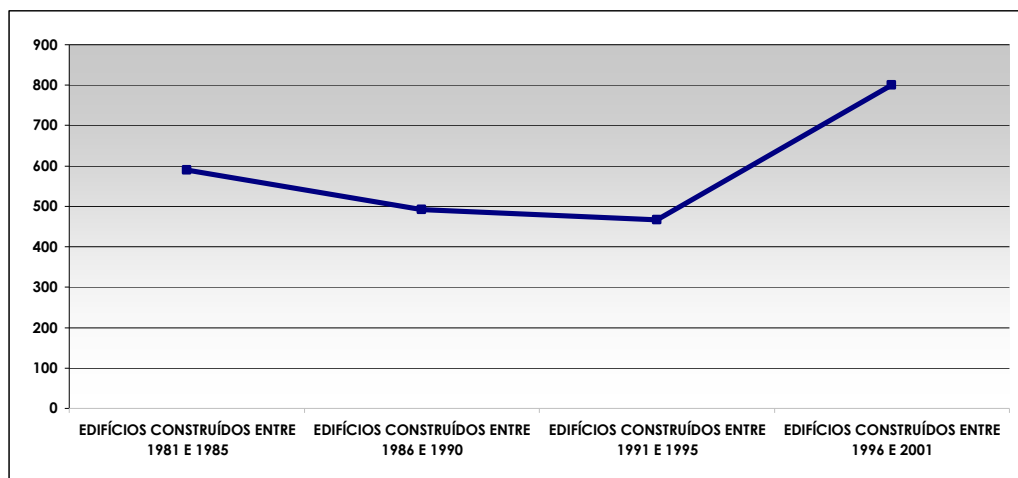
Na **dinâmica construtiva** do concelho, destacam-se dois momentos distintos. Um primeiro, que se prolonga pela década de 80, durante o qual se verifica uma diminuição gradual e lenta no número de edifícios construídos, e um segundo, a partir de meados da década de 90, com aumento substancial de novos edifícios, sobretudo na sede de concelho.

QUADRO 9 – ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS

FREGUESIA	Total de edifícios	Total de edifícios clássicos	Edifícios Construídos entre 1981 e 1985	Edifícios Construídos entre 1986 e 1990	Edifícios Construídos entre 1991 e 1995	Edifícios Construídos entre 1996 e 2001
Casal de Ermio	202	202	26	9	45	25
Foz de Arouce	527	527	55	45	31	57
Lousã	3311	3306	299	266	250	460
Serpins	907	907	126	104	88	127
Vilarinho	950	949	84	68	52	132
TOTAL CONCELHO	5897	5891	590	492	466	801

Fonte: INE – Censos 2001

FIGURA 10 – ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS (1991/2001)



Fonte: INE – Censos 2001

No que diz respeito às **infraestruturas básicas dos alojamentos**, estes encontram-se, na sua maioria, equipados e servidos com as condições necessárias que lhes conferem condições de habitabilidade. Não obstante os valores recolhidos, continuam a subsistir casos de alojamentos que não possuem ainda as condições mínimas de habitabilidade, traduzidas na inexistência de condições de higiene e bem-estar.

QUADRO 10 – INFRAESTRUTURAS BÁSICAS DOS ALOJAMENTOS

FREGUESIAS	Alojamentos familiares de residência habitual	Alojamentos familiares de residência habitual com eletricidade	Alojamentos familiares de residência habitual com água	Alojamentos familiares de residência habitual com retrete	Alojamentos familiares de residência habitual com esgotos	Alojamentos familiares de residência habitual com banho
Casal de Ermio	117	208	117	117	117	114
Foz de Arouce	394	387	386	368	386	333
Lousã	3724	3717	3692	3521	3696	3545
Serpins	633	632	627	582	627	576
Vilarinho	445	445	441	403	442	410
TOTAL CONCELHO	5313	5389	5263	4991	5268	4978

Fonte: INE – Censos 2001

2.5. CARATERIZAÇÃO DE ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS COLETIVOS

2.5.1. EDUCAÇÃO

ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCATIVO

Fruto das mais recentes alterações, que levaram à extinção de um dos agrupamentos de escolas existentes, o sistema educativo da Lousa congrega atualmente, num só agrupamento de escolas (Agrupamento de Escolas da Lousã) o conjunto de estabelecimentos escolares existentes. Deste modo, ao nível das escolas do ensino básico existem 13 estabelecimentos de ensino enquanto que nos dos jardins de infância existem 11 estabelecimentos.

Embora o documento de referência para o sistema educativo do município, a Carta Educativa, aprovada em Assembleia Municipal a 28 de dezembro de 2005, tenha sido desenvolvida e colocada em prática com base na organização em dois agrupamentos de escolas, a realidade atual aponta para outro tipo de organização. Não obstante, a criação da nova Escola Básica dos 1º 2º e 3º Ciclos e após o correspondente ajustamento da população escolar, permitirá uma gestão equilibrada das alternativas de propostas educativas que serão disponibilizadas à população da Lousã.

PRÉ-ESCOLAR

A evolução observada no pré-escolar aponta, segundo o documento de referência, para uma evolução no número de alunos no sentido de um crescimento acentuado. Sendo óbvio que a Educação Pré-Escolar tem particularidades que não devem ser menosprezadas, nomeadamente em resultado da não obrigatoriedade da sua frequência, a realidade é que esta particularidade é cada vez menos relevante, em virtude do reconhecimento crescente que as famílias vêm atribuindo a este nível de Educação e das necessidades que a vida ativa dos casais impõe quanto ao apoio aos filhos. No entanto, esta evolução tem vindo a registar valores consistentes, sobretudo na última década e que são o resultado do conjunto de dois fatores. Por um lado, o aumento da oferta da rede pública, que criou um aumento de vagas e, por

consequência, maior frequência de crianças em idade pré-escolar e, por outro lado, o efetivo aumento da população do município, que veio acarretar pressões suplementares sobre a rede já existente. Deste modo, perante este cenário perspetiva-se um aumento no crescimento da procura na Educação Pré-Escolar a curto e médio prazo, com particular destaque na sede do município, pese embora, o mesmo se possa verificar nas restantes freguesias.

1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Segundo a Carta Educativa, a evolução do universo da população escolar atinge dois níveis. Um primeiro, que decorre até à década de 90, regista um progressivo decréscimo no total de população escolar, mais concretamente até ao ano letivo de 96/97. Contudo, também no decorrer desta década verifica-se uma viragem nesta tendência, evoluindo para um crescimento já evidente e que se perspetiva que tenha continuidade nos próximos anos, com tendência a acentuar-se. Com efeito, a tendência crescente do número de crianças na faixa etária dos 0-4 anos confirma o potencial de crescimento da população jovem do município. Este crescimento teve particular destaque na sede do município, onde se verificou um aumento da população escolar, fator que veio confirmar-se como o mais significativo, dado ser nesta freguesia que já se concentrava a maior parte desta população escolar. Deste modo, o reforço do parque escolar e dos seus equipamentos assumem particular importância na Vila da Lousã.

2.º E 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Atualmente, os níveis de ensino desde o 5º ano ao 9º ano de escolaridade são assegurados pela escola EB 2, 3 da Lousã, sendo ainda os anos do 7º ao 9º ano de escolaridade repartido com a Escola Secundária da Lousã, localizada numa área adjacente.

No ano letivo de (2008/2009) a EB 2,3 da Lousã apresenta um total de 600 alunos, divididos pelo 2º e 3º ciclo a funcionar em regime diurno (8:00/18:20 h), não apresentando, portanto, regime noturno. Para além das atividades curriculares normais esta escola possui ainda outras atividades extra curriculares compostas por Ateliers de Cerâmica, Costura e Bordados e Jornalismo.

A análise efetuada na Carta Educativa aponta para um crescimento equilibrado e sustentado nos três Ciclos do Ensino Básico, sendo que essa expectativa assenta num ritmo de crescimento linear ao nível do 1.º ciclo, sem grandes oscilações. De igual modo, ao manter-se a dinâmica de crescimento populacional verificada no

município, nomeadamente ao nível da residência de novas famílias em idade fértil, potencia-se o aumento na procura educativa de todos os níveis do ensino escolar.

ENSINO SECUNDÁRIO

A oferta ao nível do Ensino Secundário divide-se em duas propostas alternativas, o **Ensino Secundário Regular**, que funciona na Escola Secundária da Lousã e o **Ensino Secundário Profissional** a funcionar na Escola Profissional da Lousã.

No que respeita ao primeiro, o Ensino Secundário Regular do 10º ao 12º ano de escolaridade, é assegurado pela Escola Secundária da Lousã. Os três primeiros anos de escolaridade do 3º ciclo (7º, 8º e 9º) são, igualmente repartidos com a Escola EB 2, 3 da Lousã. A oferta formativa da Escola Secundária da Lousã distribui-se pelos agrupamentos I, III e IV, em oferta formativa orientada para o prosseguimento de estudos e pelos Agrupamentos I e III, com dois cursos tecnológicos de Eletrotecnia / Eletrónica e Serviços Comerciais. Contudo, esta oferta não cobre a área Artística que vem ganhando grande importância nas escolhas dos alunos que prosseguem estudos; por outro lado a oferta formativa ao nível dos cursos tecnológicos também parece reduzida, nomeadamente ao nível da formação em tecnologias da informação, área que pode despertar um número apreciável de alunos a prosseguirem estudos secundários

Atualmente a Escola Secundária da Lousã apresenta um total de 701 alunos, para o regime diurno, e 193 alunos no regime noturno. No Regime Diurno os alunos encontram-se divididos entre o **3º ciclo do Ensino Básico**, **Ensino Secundário**, enquanto que no Regime Noturno se reparte entre o **12º ano** e o **3º Ciclo**.

Integrada na rede pública do ensino oficial, a Secundária da Lousã possui uma capacidade máxima de 1000 alunos, atualmente conta com 894 alunos, e pelo facto de ter regime noturno a sua abertura inicia-se às 8:30 h prolongando-se até às 23:15 h.

ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL

A **Escola Profissional da Lousã** (EPL) é o outro estabelecimento de ensino do Concelho, com Ensino Secundário, dedicado exclusivamente à formação profissional. As ofertas formativas da Escola Profissional da Lousã têm vindo a variar ao longo dos anos, criando respostas aos potenciais alunos, possibilitando diversificar a oferta para o mercado de trabalho.

Localizada no aglomerado urbano da sede de município, a Escola Profissional da Lousã encontra-se em instalações de fácil acesso e devidamente sinalizadas. Atualmente esta escola é frequentada por cerca de 100 alunos, oriundos de municípios como Ansião, Mafra e Condeixa-a-Nova, entre outros.

Detendo um estatuto privado, esta escola, fundada em 1998, é gerida por uma entidade privada, a Emequatro, Educação e Serviços, Lda., sendo financiada pelo Ministério da Educação, através de fundos europeus, nomeadamente do programa PRODEP.

A EPL ministra um ensino profissional de nível III da U.E. (equivalente ao 12º ano)

No presente ano letivo os cursos ministrados correspondem a:

- Técnico de Design
- Técnico de Artes Gráficas
- Técnico de Informática/Gestão
- Turismo em Espaço Rural
- Gestão de Sistemas Informáticos

Os cursos funcionam por estrutura modular, isto é, através da realização progressiva de módulos, sendo considerado o término do curso aquando da realização de todos os módulos, a partir do qual se inicia o estágio. De referir ainda que os alunos são acompanhados, em termos curriculares, de uma forma individual, consoante as necessidades de cada um. Embora não se registem alunos com necessidade de educação especial, alguns apresentam elevadas taxas de reprovação.

Em relação aos estágios e devido ao facto de a EPL ser avaliada em termos de taxa de empregabilidade pelo Ministério da Educação, existe uma clara preocupação no sentido de colocar os recém formados no mercado de trabalho. Para tal, no decorrer dos cursos, existem vários períodos de estágio, com duração de algumas semanas, como forma de preparação dos alunos, para o mercado de trabalho. Além destes estágios, integrados no curso, funciona ainda na própria EPL um gabinete de ensino e formação profissional, que em colaboração com o Centro de Emprego encaminha os futuros técnicos para estágios profissionais.

Existem também, de forma regular, protocolos com diversas empresas da região com vista à colocação dos técnicos, bem como com a Câmara Municipal da Lousã. Refira-se que a taxa de empregabilidade é bastante alta.

De salientar ainda, que existem na EPL protocolos com alguns países dos PALOPS, para a colocação de alunos nesta escola. Igualmente existem programas de intercâmbio com outras escolas europeias que ministram este tipo de ensino, nomeadamente em Inglaterra, Irlanda, Noruega e Suécia.

FORMAÇÃO DE SEGUNDA OPORTUNIDADE

Relativamente à formação de segunda oportunidade, desenvolve-se, fundamentalmente, em três áreas. A primeira ao nível de currículos alternativos do ensino regular, a segunda ao nível o reconhecimento, validação e certificação de competências e, por último, o ensino recorrente por unidades capitalizáveis.

No que concerne aos **Currículos Alternativos do Ensino Regular**, este desenvolvem-se na Escola Profissional da Lousã, que leciona cursos de Nível 2, constituindo-se como uma respostas importante para alunos que não concluíram o 9.º ano e que ultrapassaram a idade obrigatória. Está também previsto a abertura de outros cursos deste nível, para os próximos anos letivos, na Escola Profissional da Lousã, de forma a colmatar esta procura, que se verifica não só ao nível de mercado de emprego, como também ao nível de alunos que se encontram em situações acima descritas.

A formação de segunda oportunidade engloba, igualmente, o **Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências**. As entidades certificadoras presentes no município são a Escola Nacional de Bombeiros (Pólo da Lousã) – Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e a Extensão Educativa da Lousã. Estas entidades assumem um papel fundamental na medida em que integram na avaliação dos formandos, a sua experiência profissional e de vida, certificando as verdadeiras competências demonstradas e não o currículo formal que, muitas vezes, pouco representa no desempenho profissional. Ainda segundo a Carta Educativa, estas competências deveriam ser alargadas aos Agrupamentos, à Escola Secundária e à Escola Profissional, dado que contribuiriam, por um lado, para credibilizar as certificações, uma vez que se tratam de instituições tradicionalmente certificadoras de habilitações formais e, por outro lado, funcionariam como catalizadores de uma nova cultura de avaliação mais focada nas competências reais, por contraponto à simples avaliação de conhecimentos formais.

Finalmente, as respostas para o Ensino Secundário, têm sido dadas na Escola Secundária da Lousã, onde tem funcionado o **Ensino Recorrente por Unidades Capitalizáveis**, destinado a alunos que querem completar o Ensino Básico e a alunos que procuram habilitações de nível Secundário. A oferta a este nível baseia-se em dois tipos de formação, o primeiro com um Curso de Caráter Geral e os segundos como cursos Técnicos de Contabilidade e Eletricidade

ENSINO ESPECIAL

A Associação de Recuperação dos Cidadãos Inadaptados da Lousã, vulgo ARCIL, fundada em 1976 por um grupo de pais de crianças com deficiência, encontra-se atualmente, numa situação de elevado destaque, em termos de apoio a crianças e adultos com deficiências, quer no Município da Lousã, quer nos Municípios limítrofes. Esta associação tem como objetivo a promoção de ações facilitadoras de reabilitação e integração social das pessoas com deficiência.

A área geográfica de influência situa-se no Distrito de Coimbra, com especial incidência nos concelhos da Lousã, Góis, Miranda do Corvo e Pampilhosa da Serra. As fontes de financiamento resultam de apoios concedidos por entidades públicas e privadas, nacionais e europeias, quotização dos sócios e resultados da produção e prestação de serviços a entidades externas. Os Ministérios que tutelam, a Segurança Social, Trabalho e Educação são as entidades públicas mais preponderantes nos apoios externos.

A atividade da ARCIL desenvolve-se em duas áreas: **Reabilitação e Produção**, sendo que na área da Reabilitação, são vários os programas existentes, nomeadamente:

○ **Programa Comunitário para a Infância e Juventude**, destinado a alunos até ao fim da escolaridade básica, com o Projeto de Intervenção Precoce ao nível do Pré-Escolar, Projeto de Integração Escolar na facilitação da integração de alunos com necessidades educativas especiais nos diferentes níveis de ensino, Projeto de Transição da Escola para a Vida Ativa promovendo orientação vocacional e opções de formação vocacional adequadas e o Projeto Atividades de Tempos Livres em desenvolvimento em várias escolas do Concelho da Lousã;

○ **Programa Centro de Atividades Ocupacionais**, destinado a jovens com mais de 15 anos, com limitações físicas ou intelectuais graves, onde se promovem

atividades socialmente úteis ou estritamente ocupacionais, no sentido de promover bem-estar aos utentes. Este centro está dividido em três estruturas semi-autónomas:

- Centro de Dia para Jovens e Adultos dependentes com deficiência profunda, onde se desenvolvem apenas rotinas diárias básicas;
- Centro de Dia II para Jovens e Adultos semidependentes, com deficiência grave ou profunda com capacidade de comunicação e mobilidade mínimas, onde se desenvolvem as rotinas diárias básicas, promovendo a independência na gestão pessoal básica e aquisição de competências básicas de destreza e coordenação visual e motora.

O **Setor de Apoio pela Ocupação** é destinado a adultos com deficiência grave ou moderada. As atividades assumem aqui um carácter semiproductivo, com a produção de pequenos artigos e prestação de serviços potencialmente comercializáveis e com valor acrescentado;

O **Programa de Formação Profissional**, tem como vertentes principais da formação:

Formação Tecnológica, Formação Simulada e em posto de trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho, Desenvolvimento Pessoal e Social, a Educação Física e as Expressões;

No **Programa de Emprego Protegido** – no Centro de Emprego Protegido, desenvolvem-se atividades remuneradas, assegurando a valorização pessoal e profissional e facilitando a passagem para o mercado de trabalho;

Por último, o **Programa de Unidades Residenciais**, com apartamentos e lar onde as estruturas se adaptam às necessidades dos utentes.

As áreas de formação estabilizadas, nos cinco anos analisados, são: Mecânica-Auto, Serralharia, Carpintaria, Olaria/Cerâmica e Serviços de Proximidade. Como áreas complementares de formação, os formandos frequentam ainda as áreas de Desenvolvimento Pessoal e Social, Higiene e Segurança no Trabalho, Educação Física e Informática, tendo ainda disponíveis as áreas de Expressão: Teatro, Música, Têxtil e Desporto Aventura.

No que respeita à **Área de Produção** da ARCIL, o seu objetivo visa aumentar os proveitos económicos, assegurando financiamento aos elevados custos de funcionamento da instituição. As unidades de produção que prestam serviços interna e externamente, gerando proveitos para a ARCIL são:

- ARCILSAÚDE – Serviços de fisioterapia interna/externa;
- ARCILCERÂMICA – Produção de peças cerâmicas para comercialização;
- ARCILAGRO – Estrutura de produção agrícola e pecuária para autoabastecimento e comercialização externa;
- ARCILCARD – Unidade de produção de cartões de plástico para a empresa COPIDATA em regime de emprego protegido;
- ARCILMADEIRAS – Transformação de madeira;
- ORCA – Loja de reparação de calçado, artigos de couro, reprodução de chaves e venda de cerâmica;
- ARCILVERDE – Jardinagem que presta serviços internos e externos em regime de emprego protegido;
- ARCILLAV – Serviços de Lavandaria;
- ARCILSERRA – Projeto em estudo para recuperação de duas aldeias serranas.

No que diz respeito ao **Ensino Especial**, a ARCIL, juntamente com a Ação Social e Saúde, foi, após as primeiras experiências positivas, um das promotoras do Projeto Integrado da Lousã, protocolo estabelecido com a Direção Regional de Educação do Centro (DREC), com vista a promover a integração, a nível concelhio, de todas as crianças e jovens com necessidades educativas especiais (NEE), nos vários níveis de ensino. Neste protocolo estabelecido com a ARCIL garante o acompanhamento individualizado, as adaptações curriculares e equipamentos especiais de compensação, através de uma equipa técnica, formada por psicólogos, técnicos de serviço social, terapeutas, professores de educação física e trabalhos manuais e ainda auxiliares. Desta forma todos os alunos com deficiências se encontram integrados nas escolas do ensino regular, sendo permanente o acompanhamento dos técnicos em cada caso.

Os protocolos estabelecidos incluíram também, por intermédio do Ministério da Educação, as escolas do Município, nomeadamente as escolas do 1º, 2º e 3º ciclo da Lousã.

SINTESE DOS EQUIPAMENTOS

O parque escolar do Concelho da Lousã apresenta, em geral, uma qualidade bastante boa, principalmente quando comparada com a maioria dos concelhos

do Distrito de Coimbra. Essa qualidade destaca-se especialmente nos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo que são aqueles que, por norma, apresentam maiores problemas na qualidade das instalações. As intervenções que têm sido levadas a cabo pela Câmara Municipal, nos últimos anos, têm sido feitas no sentido correto, justificando assim a apreciação anterior. Todavia, estas intervenções deverão, sempre que possível, ser planeadas no sentido de, numa única intervenção, ou em programas de intervenção faseados poderem oferecer, a médio prazo, condições físicas de grande qualidade, respeitando as normas relativas a equipamentos educativos, definidas pelo Ministério da Educação.

Os quadros seguintes apresentam a síntese do total dos equipamentos do concelho e uma listagem por nível de ensino.

QUADRO 11 – NÚMERO TOTAL DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES NO CONCELHO DA LOUSÃ

EQUIPAMENTOS ESCOLARES	NÚMERO TOTAL
Jardins de infância	13
Escolas do 1º CEB	12
Escola do 2º E 3º CEB	1
Escola Secundária	1
Escola Técnico – Profissional	1
Formação de Segunda Oportunidade	3
Escola de Ensino Especial	1

(Fonte: Câmara Municipal da Lousã/Setor da Educação, ano 2008)

QUADRO 12 – EQUIPAMENTOS ESCOLARES A FUNCIONAR NO CONCELHO DA LOUSÃ

QUADRO 12 – EQUIPAMENTOS ESCOLARES A FUNCIONAR NO CONCELHO DA LOUSÃ							
Freguesia	Lugar	Nível de Ensino	Nome do equipamento escolar	N.º de salas de aulas	Capacidade máxima	N.º de alunos 2008/2009	
Casal de Ermio	Casal de Ermio	Pré-Escolar	Jardim de infância de Casal de Ermio	1	25/Sala	Não apurado	
		1º CEB	1º CEB de Casal de Ermio	1	25/Sala	21	
Foz de Arouce	Ponte Velha	Pré-Escolar	Jardim de infância da Ponte Velha	1	25/Sala	15	
	Foz Arouce		Jardim de infância de Foz de Arouce	1	25/Sala	11	
	Ponte Velha	1º CEB	1º CEB Ponte Velha	1	25/Sala	14	
	Foz Arouce		1º CEB de Foz de Arouce	2	25/Sala	28	
Lousã	Fontainhas	Pré-Escolar	Jardim de infância das Fontainhas	1	25/Sala	41	
	Levegadas		Jardim de infância das Levegadas	1	25/Sala	10	
	Pegos		Jardim de infância de Pegos	1	25/Sala	12	
	Lousã		Jardim de infância de St.ª Rita	2	25/Sala	201	
			Jardim de infância da Lousã	6	25/Sala	123	
			Jardim de infância da S.C.M. da Lousã	3	25/Sala	Não apurado	
	Pegos		1º CEB de Pegos	1	25/Sala	16	
	Gândaras		Fontainhas	1º CEB	1º CEB das Fontainhas	3	25/Sala
Lousã	Levegadas	1º CEB das Levegadas	2		25/Sala	21	
		1º CEB de St.ª Rita	5		25/Sala	328	
		1º CEB da Lousã N.º 2	16		25/Sala	441	
		2º e 3º CEB	EB 2, 3 da Lousã	27 Turmas	24/30 Sala	600	
Lousã	Lousã	Secundário	Escola Secundária da Lousã	43 Turmas	Total 1000	701	
		Técnico - Profissional	Escola Profissional da Lousã	5		100	
		Ensino Especial	Associação de Recuperação dos Cidadãos Inadaptados da Lousã	*		Não apurado	
Serpins	Serpins	Pré-Escolar	Jardim de infância de Serpins	1	25/Sala	27	
			Jardim de infância do CPSSF Serpins	1	25/Sala	Não apurado	
	Serpins	1º CEB	1º CEB Casal de St.º António	1	25/Sala	38	
			1º CEB Maria Mendes	1	25/Sala	---	
			Matas	1º CEB de Matas	1	25/Sala	---
			Serpins	1º CEB de Serpins	2	25/Sala	27
Vilarinho	Freixo	Pré-Escolar	Jardim de infância do Freixo	1	25/Sala	43	
	Vilarinho		Jardim de infância de Vilarinho	1	25/Sala	Não apurado	
	Vilarinho		1º CEB de Vilarinho	1	25/Sala	30	
	Freixo	1º CEB	1º CEB do Freixo	2	25/Sala	61	
	Prilhão		1º CEB do Prilhão	1	25/Sala	---	

* A. A.R.C.I.L. apenas acompanha os alunos no ensino regular.

(Fonte: Câmara Municipal da Lousã/Setor da Educação, ano 2008)

2.5.2. AÇÃO SOCIAL

No município da Lousã, à exceção da Resposta Social Centro de Convívio (infraestrutura inexistente no Concelho), estão contempladas todas as Respostas Sociais na Área dos Idosos. O Lar e o Serviço de Apoio Domiciliário Integrado (SADI) apenas existem na Freguesia da Lousã. Deixou de existir Centro de Dia nas Freguesias de Casal de Ermio e Gândaras, tendo esta valência sido substituída pelo Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), estando agora representado em todas as freguesias do município, num total de 8.

LAR DE IDOSOS

O Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia da Lousã, localizado na freguesia da Lousã em pleno centro urbano, apresenta-se em bom estado de conservação e possui uma capacidade para 65 idosos. Apesar da capacidade se poder considerar boa, o facto de ser o único equipamento deste tipo no Município origina listas de espera com cerca de 100 idosos.

O horário de funcionamento abrange as 24 horas, em regime interno, assegurando o fornecimento de refeições diárias, lavagem e tratamento de roupa, higiene pessoal, lazer e assistência médica.

O lar de idosos serve exclusivamente a freguesia da Lousã, especialmente os idosos da sede de Município.

Ao nível de transportes, a Santa Casa da Misericórdia assegura, através de viaturas próprias, o transporte dos idosos em situações de consultas médicas, deslocações a hospitais para tratamentos, recados, ou ainda outras situações não especificadas.

Os idosos encontram no lar diversas atividades que vão de encontro às suas necessidades, nomeadamente ginástica, natação, cerâmica, grupo coral e de dança, jardinagem, trabalhos manuais e passeios/excursões.

CENTROS DE DIA

Atualmente existem no Município da Lousã 4 Centros de Dia de Idosos, distribuídos pelas freguesias da Lousã, Foz de Arouce, Vilarinho e Serpins. As restantes não possuem Centros de Dia.

No presente ano, a totalidade dos Centros de Dia, servem cerca de 100 idosos, sendo a sede de município a que possui o equipamento com maior capacidade. Com efeito o Centro de Dia da S.C.M. da Lousã recebe 43 utentes, destacando-se claramente dos restantes.

O Centro de Dia de Vilarinho serve atualmente 25 idosos e a seguir ao Centro de Dia da Lousã, é o equipamento com maior capacidade destacando-se, igualmente, dos restantes.

Os restantes equipamentos apresentam uma frequência mais baixa e que ronda os 15 utentes por equipamento. As limitações de espaço, aliados a uma certa resistência dos idosos na deslocação para os Centros de Dia, levam a que a frequência seja menor nestes casos.

O correto suporte do Apoio Domiciliário também contribui para a diminuição da frequência nos centros de dia, uma vez que representa uma alternativa mais confortável para os idosos, não os obrigando a sair de casa para receber assistência ou apoio social. Atualmente existe um Centro de Dia nas freguesias da Lousã, Foz de Arouce, Serpins e Vilarinho sendo que as restantes não possuem equipamentos desta natureza.

APOIO DOMICILIÁRIO

Em termos globais o Apoio Domiciliário supera largamente o número de utentes nos Centros de Dia, atingindo, no atual ano, 255 utentes, que beneficiam deste serviço.

Perante estes valores parece lícito afirmar que, atualmente, o serviço de Apoio Domiciliário apresenta uma maior importância do que os Centros de Dia.

Relativamente às IPSS que prestam este tipo de resposta social, a Santa Casa da Misericórdia da Lousã (SCML) destaque-se por assegurar esta valência em duas freguesias, mais concretamente Lousã e Foz de Arouce. É também responsável pelo Apoio Domiciliário Integrado, em conjunto com a autarquia e o Centro de Saúde da Lousã, mas apenas disponível na sede de município.

Para além destas duas freguesias, o Apoio Domiciliário estende-se ainda às restantes, sendo da responsabilidade de cada umas das IPSS sediadas em cada uma das freguesias, o assegurar desta valência. Assim, encontramos mais 6 equipamentos que prestam este tipo de apoio.

De realçar que é na freguesia da Lousã que se encontra a maior concentração de equipamentos e de utentes, com cerca de 56 utentes servidos. Já na freguesia de Serpins o Apoio Domiciliário, parte integrante do Centro de Dia, apoia 32

utentes, distribuídos pelos lugares desta freguesia. Para Vilarinho, este número aumenta para os 50 utentes, enquanto que em Casal de Ermio encontramos 35 utentes apoiados. Em Foz de Arouce, conforme referido, a SCML presta apoio a 23 utentes desta valência.

CRECHES

No presente ano letivo as duas Creches existentes no Município da Lousã apresentam um total de 76 crianças matriculadas nestes equipamentos. Atendendo ao número de crianças desta faixa etária, existentes no município, o número de frequências é bastante reduzido.

A Creche da Lousã, propriedade da Santa Casa da Misericórdia, possui uma capacidade, atualmente esgotada, de 56 crianças. Estas crianças estão distribuídas por três salas diferentes, dos 3 meses ao 1º ano, do 1º ao 2º ano, e dos 2 aos 3 anos.

Apresentando um equipamento mais limitado, a Creche do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Serpins possui apenas 20 crianças inscritas.

Não havendo mais equipamentos sociais desta natureza na Lousã, é natural a existência de listas de espera, que tendem a ser colmatadas por equipamentos de natureza privada que podem servir de complemento a esta realidade.

CENTRO DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE

O Centro de Estimulação Precoce, a funcionar na Santa Casa da Misericórdia da Lousã, em regime de parceria com a ARCIL, assegura, a partir das instalações da creche, alguns lugares específicos para crianças com necessidades educativas especiais, nomeadamente crianças com deficiências, ou por outro lado, crianças em risco de exclusão social.

Estas crianças são acompanhadas por uma equipa de Educação Especial, constituída por técnicos da ARCIL, em conjunto com o pessoal da Creche e do jardim de infância.

Atualmente encontram-se 6 crianças, do Município da Lousã, a frequentar o Centro de Estimulação Precoce, devidamente acompanhadas por técnicos especializados.

LAR RESIDENCIAL

O Lar Residencial, à semelhança do Centro de Estimulação Precoce, funciona em regime de parceria entre a S.C.M. da Lousã e a ARCIL, em instalações da Santa Casa e com acompanhamento de técnicos da ARCIL.

Este Lar destina-se a pessoas com multideficiências ou com deficiências profundas e dependentes, procurando dar resposta permanente a utentes carenciados de suporte familiar com capacidade de satisfazer as necessidades básicas dos deficientes.

Para além disso dá, também, resposta a utentes, cujos familiares necessitem de uma maior disponibilidade de tempo de forma a adquirir e/ou manter o equilíbrio necessário ao acompanhamento dos filhos.

Atualmente o Lar de Deficientes presta apoio a 20 utentes não possuindo lista de espera.

ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES (ATL)

As ATL constituem-se como resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.

De todas as IPSS presentes no município, apenas 7 prestam apoio no desenvolvimento de atividades de ATL. Não estando vocacionadas para este tipo de valência a SCML, o Centro Social do Pinhal e ARCS das Gândaras são as únicas que não asseguram ATL. Quanto às restantes, asseguram a 434 crianças um regime de ATL por todo o município. O destaque para esta área vai para a ARCIL e as Caritas que juntas asseguram mais de dois terços da cobertura. As restantes instituições prestam esta valência a conjuntos de crianças que não ultrapassam os 25 utentes.

SINTESE DOS EQUIPAMENTOS

Com a aprovação a 1 de julho de 2008 da Carta Social do Concelho da Lousã – Estudo Evolutivo 2001-2008, o Município da Lousã ficou dotado de um documento que reuniu os principais aspetos e conclusões sobre a dinâmica da Ação Social no município da Lousã.

Deste modo, segundo o documento de referência, registou-se, entre 2001 e 2006, um aumento da população com idade igual ou superior a 65 anos, correspondente a 26%. De acordo com os dados estatísticos do INE, 47,5% dos idosos tinham idade igual ou superior a 75 anos (designada como a 4.ª idade), equivalente a um aumento de 19,7%, comparativamente a 2001. Na categoria etária dos 65-74, observou-se um acréscimo de 16,9%.

Estes indicadores revelam que a nível da valência de do lar de idosos existe uma escassez de oferta de equipamentos desta natureza. Já no que respeita aos centros de dia verificou-se um aumento da sua utilização, bem como o aumento do apoio domiciliário, valência que se perspetiva como uma das mais importantes, num futuro próximo, e na qual se deve apostar bastante na melhoria de serviços prestados e onde a existência do Apoio Domiciliário Integrado ganha especial relevo, por conjugar, como grande vantagem que apresenta, a criação da Equipa Coordenadora Local de Cuidados Continuados.

Em relação às Creches, as limitações dos equipamentos existentes, apenas permitem que uma percentagem muito reduzida tenha acesso a esta valência da ação social, verificando-se assim a escassez deste tipo de equipamento.

Os quadros seguintes apresentam a síntese do total dos equipamentos do concelho e uma listagem por nível de ensino.

QUADRO 13 – TOTAL DE EQUIPAMENTOS POR CONCELHO

EQUIPAMENTOS POR VALÊNCIA	NÚMERO TOTAL DE EQUIPAMENTOS
Lar de Idosos	1
Centros de Dia	4
Apoio Domiciliário	8
Creches	2
Centro de Estimulação Precoce	1
Lar Residencial	1

(Fonte: IPSS e Câmara Municipal da Lousã/Gabinete da Ação Social, ano 2008)

QUADRO 14 – EQUIPAMENTOS POR LUGAR E CAPACIDADE

FREGUESIA	LUGAR	VALÊNCIAS/ RESPOSTA SOCIAL	NOME DA INSTITUIÇÃO	LOCAL DE PRESTAÇÃO DAS VALÊNCIAS
Casal de Ermio	Casal de Ermio	ATL	Centro Social de Casal de Ermio	Escola do 1º CEB de Casal de Ermio
		CENTRO DE DIA	Centro Social de Casal de Ermio	Centro Polivalente de Casal de Ermio
		APOIO DOMICILIÁRIO	Centro Social de Casal de Ermio	Centro Polivalente de Casal de Ermio/Centro Paroquial
Foz de Arouce	Foz de Arouce	ATL	Câmara Municipal da Lousã e A.R.C.I.L.	Escola 1º CEB da F. de Foz de Arouce
		APOIO DOMICILIÁRIO	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Casa do Povo de Foz de Arouce
Lousã	Lousã	ATL	Câmara Municipal da Lousã e A.R.C.I.L.	Escolas do 1º CEB da F. da Lousã
		APOIO DOMICILIÁRIO	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	
		CRECHE	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	
		CENTRO DE ESTIMULAÇÃO PRECOCE LAR RESIDENCIAL	ARCIL em parceria com Santa C. da Misericórdia	Instalações da Santa Casa da Misericórdia da Lousã
	Levegadas	LAR DE IDOSOS	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	
		CENTRO DE DIA	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	
		CENTRO DE DIA	Câmara Municipal da Lousã e S.C.M.L.	Centro Polivalente de Levegadas
		APOIO DOMICILIÁRIO	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Centro Polivalente de Levegadas
	Gândaras	ATL	Câmara Municipal da Lousã e A.R.C.I.L.	Escola 1º CEB das Levegadas
		ATL	Câmara Municipal da Lousã e A.R.C.I.L.	Escola do 1º CEB das Fontainhas
Serpins	Serpins	CENTRO DE DIA	Gabinete de Ação Social da C.M.L.	Centro de Dia das Fontainhas
		APOIO DOMICILIÁRIO	Gabinete de Ação Social da C.M.L.	
		ATL		E. 1ºCEB da F. de Serpins
		CENTRO DE DIA	C.P.S.S.F. Serpins	Centro Paroquial de Serpins
Vilarinho	Vilarinho	ATL	A.D.I.C. Vilarinho	E. do 1º CEB Vilarinho
		CENTRO DE DIA	A.D.I.C. Vilarinho	
		APOIO DOMICILIÁRIO	A.D.I.C. Vilarinho	Centro Polivalente de Vilarinho/ADIC Vilarinho

(Fonte: IPSS e Câmara Municipal da Lousã/Gabinete da Ação Social, ano 2008)

2.5.3. CULTURA E LAZER

O Concelho da Lousã possui um conjunto de **equipamentos culturais** que contribuem decisivamente para a dinamização e fomento de diversas atividades culturais. Deste conjunto há a destacar os equipamentos municipais, sem dúvida aqueles com maior responsabilidade na dinamização cultural do concelho. Fazem parte deste grupo:

- Biblioteca Municipal da Lousã;
- Ecomuseu da Serra da Lousã (Museu Municipal Dr. Álvaro Viana de Lemos);
- Ecomuseu da Serra da Lousã (Museu Etnográfico Dr. Louzã Henriques);
- Cine Teatro da Lousã.

Nos equipamentos culturais destacam-se os **museus** – o Museu Municipal Prof. Álvaro Viana de Lemos e o Museu Etnográfico da Lousã –, locais de recolha, tratamento e exposição permanente de peças museológicas e galeria de exposições temporárias, com uma abrangência vasta em termos culturais, que vão desde a Arqueologia à Pintura, passando pela Arte Sacra, Cerâmica e Escultura, no caso do primeiro, e o segundo dedicado à recolha, estudo e conservação de material etnográfico característico dos hábitos, costumes e tradições das populações do Concelho

Outro espaço de grande importância é a **Biblioteca Municipal da Lousã**, que conta com diversos espaços e salas dedicados às mais diversas atividades, nomeadamente sala infanto/juvenil, sala de conto, auditório, sala de adultos, galeria de exposições temporárias, sala de audiovisuais, arquivo histórico e sala de legados, proporcionando aos seus utilizadores, sobretudo a população mais jovem, um conjunto de equipamentos e atividades de elevado interesse.

Já o **Cine-Teatro da Lousã** é um equipamento destinado a todo o tipo de espetáculos de palco, de Teatro a concertos bem como de cinema. De referir ainda que o Cine-Teatro possui atualmente um grupo de teatro residente denominado Ócio e Ofícios.

Destaque, também, para os diversos e importantes apoios que a autarquia desenvolve junto das associações culturais com papel ativo no município, como são o caso das **Associações de cariz musical**, através da Sociedade Filarmónica Lousanense, da Associação Filarmónica Serpinense e da Fanfarra dos Bombeiros Municipais da Lousã, contribuindo todas elas para o ensino e desenvolvimento da música, sobretudo, junto da população mais jovem, quer com escolas de música, quer com o aperfeiçoamento musical nas filarmónicas.

Para além das associações referidas existe ainda outro tipo de **associações de carácter cultural** dedicadas exclusivamente a atividades culturais, como é o caso da Cooperativa Cultural do jornal Trevim, da Cooperativa Cultural Arte Via, e da Associação para o Desenvolvimento da Lousã, (ADEL), que em conjunto com a Câmara Municipal dinamizam e promovem importantes ações culturais.

Em termos de **atividades culturais**, os equipamentos municipais são palco, ao longo do ano, de manifestações culturais, nomeadamente **exposições temporárias de pintura, caricatura, de escultura e de outros tipos**, (para além das exposições permanentes dos museus da vila), de exibição de **peças de teatro** e outros tipos de arte de palco, de **cinema** e ainda **debates, conferências e colóquios** subordinados a variados temas. Também as atividades culturais ligadas à **música** e à **dança** encontram na Lousã uma forte implementação, sendo frequente a ocorrência de espetáculos com **Bandas Filarmónicas, Grupos Corais, Ranchos Folclóricos e artistas/grupos musicais** de projeção nacional e internacional. É igualmente da responsabilidade da Câmara Municipal a organização de feiras ligadas aos usos e costumes tradicionais do Concelho, como é o caso da **Feira de Artesanato**.

As **Associações Culturais** existentes no Concelho são, também elas, responsáveis por muitas atividades culturais, na maior parte dos casos em estreita colaboração com a Câmara Municipal, no que concerne ao folclore, música, exposições e manifestações culturais ligadas aos jovens. Sendo estas associações recreativas e culturais equipamentos de lazer que funcionam como espaços de encontro e convívio das populações, muitas vezes subaproveitados na sua função, uma das soluções poderá passar pelo reaproveitamento dos equipamentos das associações culturais e recreativas em cada freguesia, dotando-os das condições necessárias para este tipo de atividades. Este reaproveitamento assenta,

essencialmente, num conjunto de obras, na maior parte dos casos impossíveis de suportar unicamente pelas respetivas associações e que permitam a reconversão, reconstrução e ampliação das instalações de forma a torná-las mais atrativas e consequentemente cativar as populações para o seu usufruto. Deste modo, uma utilização multifuncional dos equipamentos permitirá uma valorização significativa tornando-os uma mais valia para os lugares onde se encontram inseridos, conferindo-lhes um papel importante no fomento de atividades lúdicas e culturais para as populações que servem.

Em termos de **equipamentos de lazer** o Concelho possui um alargado leque de equipamentos para oferecer às populações, contribuindo para tal as praias fluviais, o parque de campismo, piscinas fluviais e um conjunto de infraestruturas distribuídas por todo o território concelhio, das quais se destaca claramente o conjunto da Serra da Lousã, que contribui com uma série de espaços e equipamentos exclusivos das atividades de lazer, nomeadamente parques de merendas, miradouros, espaços verdes e locais para a prática de modalidades desportivas. Assim encontramos:

- **Piscinas Naturais** da Sr.ª da Piedade;
- **Praias Fluviais** (praia fluvial da Bogueira, praia fluvial da SR.ª da Graça);
- **Miradouros** (N. Sr.ª da Piedade, Varanda do Gevim, Torrasteira e Alto do Trevim);
- **Parque de Campismo** (Parque de Campismo de Serpins);
- **Aldeias Serranas de Xisto** (Talasnal, Vaqueirinho, Casal Novo, Catarredor, Chiqueiro, Candal e Cerdeira);
- **Parques de Merendas** (Terreiro das Bruxas, Parque de Merendas da Fonte Fria, Parque de Merendas do Pisco e o Parque de Merendas de Foz de Arouce).

Todos estes locais funcionam numa ótica de aproveitamento para fins recreativos pelo que a imagem que transmitem ao munícipe e ao visitante refletem o cuidado da autarquia na preservação destes locais. É pois necessário que estes locais se encontrem em correspondência com o tipo de utilização que se pretende deles, nomeadamente no que diz respeito à sua localização e identificação, limpeza e conservação do equipamento e áreas envolventes e não menos importante as condições de acesso existentes.

QUADRO 15 – TOTAL DE EQUIPAMENTOS/ASSOCIAÇÕES DE CULTURA

EQUIPAMENTOS CULTURAIS	NÚMERO TOTAL
Museus	5
Biblioteca	1
Cine-Teatro	1
Filarmónica	2
Ranchos Folclóricos	5
Jornais	2
Rádios	1
Cooperativas/Associações Culturais	7

(Fonte: Dados recolhidos junto da Câmara Municipal da Lousã e Associações Culturais, 2008)

QUADRO 16 – TOTAL DE EQUIPAMENTOS/LOCAIS DE LAZER

EQUIPAMENTOS/LOCAIS DE LAZER	NÚMERO TOTAL
Praias Fluviais	2
Piscinas Naturais	1
Miradouros/Paisagens	4
Parque de Merendas	4
Aldeias Serranas	5
Associações Recreativas	19
Parque de Campismo	1

(Fonte: Dados recolhidos junto da Câmara Municipal da Lousã e Associações Culturais, 2008)

2.5.4. DESPORTO

São bastante diversificadas as **atividades desportivas** que ocorrem um pouco por todo o Concelho da Lousã, resultantes, na sua maioria, das condições ímpares que este território proporciona, quer como local de eleição para a prática de determinado tipo de modalidades, quer, igualmente, como cenário de elevada beleza, servindo como magnífico enquadramento natural a todo o tipo de eventos desportivos que se realizam no concelho. Desta forma, através das características naturais do Concelho, é possível contabilizar uma enorme variedade de atividades desportivas que ocorrem um pouco por todo o território concelhio.

Contribuindo, naturalmente, para a ocorrência das mais variadas modalidades desportivas, destaca-se a Serra da Lousã que pela sua beleza e condições ímpares surge como um fator potenciador de fenómenos desportivos. Igualmente a passagem do Rio Ceira no interior do Concelho proporciona condições para a prática de desportos ligados aos meios aquáticos.

No que diz respeito às **modalidades desportivas** mais praticadas temos o Futebol e o Râguebi como atividades de maior expressão, não só pelo número de atletas que envolve, mas também pela representatividade de alguns clubes em campeonatos nacionais. Outro tipo de desportos com crescente importância a nível concelhio diz respeito aos Desportos de Pavilhão (Andebol, Basquetebol e Voleibol) que assumem um protagonismo acentuado ao nível do Desporto Escolar, bem como a nível de equipas Seniores. Os **desportos motorizados**, nas suas mais variadas vertentes e modalidades, que vão dos Rálies ao Todo-o-terreno de motos e jipes, quer na vertente de lazer, quer, também, na vertente da competição, encontram na Lousã condições propícias para a sua prática, pelo que é usual a ocorrência destes eventos desportivos. Também as atividades desportivas atualmente designadas por **desportos radicais**, de maior contacto com a natureza, encontram aqui as condições e infraestruturas necessárias para a sua realização, nomeadamente o Parapente, Canoagem, BTT, Orientação e Atletismo de Montanha, todas possuem, na Lousã, provas a contar para os respetivos campeonatos nacionais da especialidade.

O tipo de apoio que a Câmara Municipal tem vindo a prestar ao desporto em geral, quer na sua vertente pedagógica, quer, também, na sua vertente de competição, contribui para a prossecução dos objetivos dos clubes na dinamização e motivação dos atletas para a prática do desporto. Contudo, somente através da construção e/ou reconversão de certos equipamentos é possível constituir uma forma de apoio importante, assim como a aquisição de determinado tipo de material desportivo, muitas vezes impossível de adquirir pelos clubes, devido ao elevado valor que apresentam.

Para a diversificação e desenvolvimento das **atividades desportivas**, além da câmara municipal, existem um conjunto de **associações, clubes e outras instituições desportivas** que congregam o grosso das atividades. São eles:

- **Clube Desportivo Lousanense**, com secções de Futebol, Andebol e Basquetebol;
- **Clube Académico da Gândaras**, clube dedicado somente às modalidades de futebol, através de equipas masculinas e femininas que se fazem representar nos campeonatos da especialidade;
- **Montanha Clube**, clube organizador de eventos desportivos ligados ao desporto radical e de aventura;
- **Núcleo Columbófilo da Lousã**, associação que reúne os praticantes de columbofilia do concelho da Lousã;
- **Associação Cristã da Mocidade da Lousã**, não sendo, no Concelho da Lousã, um clube com atletas federados em qualquer desporto, representa, contudo, um papel importante no tipo de equipamentos que possui na freguesia de Foz de Arouce;
- **Associação Desportiva Serpinense**, promove a prática de duas modalidades, Futebol de 5 e Andebol, para além de ministrar aulas de Ginástica de Manutenção, em pavilhão gimnodesportivo;
- **Rugby Clube da Lousã**, voltado essencialmente para a prática do Râguebi, conta também com um Ginásio, em instalações adjacentes ao campo, onde se pratica Musculação, Aeróbica, Yoga e Artes Marciais;
- **Lousã Volley Clube – Escola Secundária da Lousã**, dedicado exclusivamente à prática do Voleibol, quer na vertente competitiva, quer

na vertente de lazer. Participa nos diversos campeonatos com equipas masculinas e femininas;

- **Grupo Desportivo Arouce Praia**, clube que participa através das suas equipas masculinas e femininas nos campeonatos distritais de Futebol e Futsal.

SINTESE DOS EQUIPAMENTOS

Em relação aos **equipamentos desportivos** e sua localização, verifica-se que a grande maioria dos equipamentos desportivos estão concentrados na sede de Concelho devido, naturalmente, ao maior número de população existente e concentração das escolas do Secundário e do 2º e 3º Ciclo que congregam um elevado número de alunos.

Nas restantes freguesias encontram-se, somente, os equipamentos essenciais aos desportos mais populares, com a existência de polidesportivos e campos de futebol. Relativamente aos recintos polidesportivos, situados nas sedes de freguesia, estes funcionam através da realização de torneios de futebol de salão, como um pólo dinamizador de relações sociais, resultantes da diversidade de equipas e da sua proveniência, muitas vezes oriundas de freguesias limítrofes ou mesmo de outros concelhos. A reconversão e manutenção destes recintos, ou a construção de novos equipamentos, contribuem claramente para o desenvolvimento das relações sociais e desportivas em torno destes eventos.

QUADRO 17 – NÚMERO TOTAL DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS NO CONCELHO

EQUIPAMENTOS	NÚMERO TOTAL
Grandes Campos	9
Pequenos Campos	22
Pavilhões	5
Salas de Desporto	4
Piscinas Cobertas	3
Piscinas Descobertas	2
Outros	1

(Fonte: Clubes e associações desportivas do Município referentes ao ano 2008)

QUADRO 18 – EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS DO CONCELHO

FREGUESIA	LUGAR	EQUIPAMENTO	PROPRIETÁRIO
Casal de Ermio	C. de Ermio	Polidesportivo	CML
		Polidesportivo	CML
Foz de Arouce	Ponte	Campo de Futebol	CML
		Polidesportivo ACM 1	ACM
	F. de Arouce	Polidesportivo ACM 2	ACM
		Campo de Futebol	ACM
Gândaras	Covelos	Campo de Futebol	CML
		Campo de Futebol	C. A. Gândaras
	Fontainhas	Polidesportivo	CML
		Pavilhão dos Desportos	CML
		Pavilhão Gimnodesportivo	CML
		Pavilhão Desportivo	CML
		Piscinas Municipais	CML
		Campo de Ténis	CML
		Polidesportivo	CML
		Polidesportivo	E.D.P.
Lousã	Lousã	Polidesportivo	ARCIL
		Campo de Voleibol	ESL
		Campo de Futebol de 7	EB2,3
		Campo de Basquetebol	EB 2,3
		Polidesportivo	ESL
		Polidesportivo	EB 2,3
	Q. S ^{ta} . Rita	Campo de Râguebi	CML
		Polidesportivo	CML
Serpins	Levegadas	Polidesportivo	CML
		Campo de Futebol	CML
	Vale Neira	Pavilhão Gimnodesportivo	J. F. Serpins
		Campo de Futebol	A. D. Serpinense
		Campo de Voleibol	Sítio dos Eventos
		Campo de Ténis	
	Vilarinho	Campo de Futebol de 5	CML
		Polidesportivo	
		Campo de treino Futebol	CDL
		Polidesportivo	CML
Vilarinho	Chão de Freixo	Campo de Futebol	CML
		Prilhão	CML
		Sarnadinha	CML

(Fonte: Clubes e associações desportivas do Município referentes ao ano 2008)

2.5.5. SAÚDE

No município da Lousã, os Cuidados de Saúde Primários encontram-se centralizados no **Centro de Saúde da Lousã**, que presta cuidados de prevenção primária (promoção e educação para a saúde), secundária (diagnóstico, tratamento e referência para os cuidados secundários) e terciária (reabilitação). Todos os cuidados de saúde são prestados em regime de ambulatório não existindo, portanto, regime de internamento.

Existem igualmente outro tipo de equipamentos afetos ao setor da saúde como são as farmácias, as ervanárias e os equipamentos privados.

Em relação às **farmácias e ervanárias**, estes equipamentos privados destinam-se à comercialização de produtos farmacêuticos e de artigos de ortopedia e produtos naturais, respetivamente.

Existem ainda diversos **equipamentos privados de saúde**, nomeadamente consultórios e clínicas médicas que prestam consultas aos utentes do Concelho, cobrindo diversas especialidades e elementos complementares de diagnóstico não contemplados nos equipamentos públicos existentes.

CENTRO DE SAÚDE

O **Centro de Saúde da Lousã** faz parte do Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) do Pinhal Interior Norte¹ e é composto pela extensão de saúde de Serpins e por três unidades funcionais que resultam da aplicação do Decreto-Lei n.º 28/2008 de 22 de fevereiro.

As unidades funcionais são constituídas por uma equipa multiprofissional, com autonomia organizativa e técnica, que atuam em intercooperação com as demais unidades funcionais do centro de saúde e do ACES e que, no caso do centro de saúde da Lousã, se distribuem por:

- Unidade de Saúde Familiar (USF) Serra da Lousã;
- Unidade de Saúde Familiar (USF) Trevim Sol;
- Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) Arouce.

A **USF serra da Lousã**, conforme já referido, está integrada no Centro de Saúde da Lousã e depende do ACES do Pinhal Interior Norte 1 e da Administração Regional de Saúde do Centro, IP e iniciou a sua atividade em 23/01/2007. A sua área de influência coincide a totalidade de cinco das seis freguesias existentes no Concelho da Lousã, nomeadamente, Lousã, Vilarinho, Foz de Arouce, Casal de Ermio e Gândaras, sem prejuízo daqueles que, mesmo não sendo aqui residentes, demonstrem vontade de se inscreverem nesta unidade de saúde, por preferência de médico, ou por outras razões devidamente justificadas. Funciona todos os dias úteis das 08.00-20.00h e tem ao seu serviço seis médicos, cinco enfermeiros e quatro administrativos. Presta consultas específicas de medicina geral e familiar, mais concretamente através de consultas de saúde infantil e juvenil, saúde do adulto e idosos, planeamento familiar, saúde materna, cuidados de enfermagem e consultas de vigilância e prevenção de doenças crónicas. Tem à data 7844 inscritos, estando disponível para inscrever até 8 000 utentes.

A **USF Trevim Sol** iniciou a sua atividade em 16/09/2011 e situa-se nas instalações do Centro de Saúde da Lousã, com um pólo de atendimento em Serpins. É composta por cinco médicos, cinco enfermeiros, quatro administrativos e tem por missão a prestação de cuidados de saúde personalizados garantindo a acessibilidade, a globalidade, a qualidade e a continuidade dos mesmos, contribuindo para a melhoria do estado de saúde da população da sua área geográfica de intervenção, para a obtenção de ganhos em saúde e, de um modo direto, para o cumprimento da missão do ACES em que se integra. Funciona das 8h às 20h, nos dias úteis e tem à data 8.500 inscritos.

A **UCC Arouce** iniciou a sua atividade em 01/10/2010 e ocupa atualmente o 2º Piso do centro de saúde da Lousã. É composta por uma médica, quatro enfermeiros, um técnico de serviço social e um psicólogo que têm como objetivo trabalhar junto dos grupos de risco e da comunidade, em tarefas relacionadas com a saúde pública, promoção da saúde, proteção da doença, acompanhamento das doenças crónicas, prevenção dos maus-tratos ou apoio à saúde escolar. Neste sentido, o grupo de profissionais do Centro de Saúde da Lousã propõe-se executar programas de saúde escolar, programas de prevenção do excesso de peso nas crianças em idade escolar (dos 6 aos 10 anos), atividades de preparação para o parto e massagem do bebé, cuidados continuados

integrados (no domicílio e em instituições), programas de desabituação tabágica e programa integrado de intervenção precoce.

A UUC Arouce integra a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e propõe-se a desenvolver parcerias com agrupamentos de escolas, autarquias, juntas de freguesia, associações de pais e Segurança Social.

ARCILSAÚDE

Integrado na Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL), existe um conjunto de atividades e serviços denominados **ARCILSAÚDE** que presta cuidados de saúde a utentes internos e externos à instituição. Fazem parte integrante o serviço de medicina física e reabilitação, a clínica médica dentária, o gabinete de psicologia clínica, para uso exclusivo dos utentes internos, ginásio de manutenção e reabilitação e o gabinete de ajudas técnicas. Todos estes serviços, à exceção do gabinete de psicologia clínica se encontram abertos a utentes externos da ARCIL, servindo como fonte de receita e igualmente como rentabilização dos equipamentos, provenientes não só do Concelho da Lousã como também dos concelhos limítrofes. De assinalar, também, as relações estreitas, a nível profissional, que possuem com o Centro de Saúde e demais Instituições Privadas de Solidariedade Social, através da cedência e utilização dos equipamentos por parte dos utentes originários das entidades anteriormente referidas.

FARMÁCIAS

Na Vila da Lousã encontramos, em relação aos **serviços farmacêuticos**, três equipamentos em funcionamento, localizados na Vila da Lousã. Estas farmácias, de exploração privada, têm como principal função a preparação, conservação e comercialização de todo o tipo de medicamentos éticos e de receita não obrigatória, bem como de veterinária. Para além deste tipo de competências é frequente, por iniciativa própria, promover campanhas de medição arterial, testes de glicémia e colesterol e mais raramente o Índice de massa corporal.

EQUIPAMENTOS PRIVADOS

Para finalizar uma breve referência aos **equipamentos privados de saúde** compostos essencialmente por consultórios particulares, que prestam consultas de várias especialidades, entre as quais se destaca oftalmologia e saúde dentária, centros médicos, que reúnem um diverso número de especialidades e de meios de diagnóstico e deteção de patologias, clínicas de fisioterapia e por fim laboratórios de análises clínicas.

Todos estes equipamentos prestam diversos serviços de saúde, complementares ao Centro de Saúde, e que na sua maioria funcionam em regime de convenção com o Serviço Nacional de Saúde.

SINTESE DOS EQUIPAMENTOS

Os serviços de saúde no Concelho da Lousã podem considerar-se suficientes tendo em conta o número e a especificidade dos habitantes que o constituem, limitados somente pela inexistência de alguns equipamentos básicos de diagnóstico e tratamento de doentes. No entanto a conjugação com os serviços de saúde privados tem permitido colmatar estas eventuais falhas, com base nas boas relações profissionais que existem.

Em termos de equipamento, encontra-se em construção a **nova Unidade de Saúde Familiar**, equipamento que colmatará as deficiências neste setor tão importante.

O apoio domiciliário, pela validade que representa para o Concelho é sem dúvida uma mais valia complementar nos serviços de saúde primários prestados pelo Centro de saúde da Lousã.

O número de farmácias é considerado suficiente, à luz da legislação em vigor, e apresentam na sua totalidade boas condições de funcionamento.

Em relação aos equipamentos de saúde privados, estes, com o número e tipo de especialidades que apresentam, permitem, em termos de realidade concelhia, oferecer boas condições de diagnóstico e assistência complementando bem as funções do Centro de Saúde.

De realçar o papel preponderante dos serviços da ARCILSAÚDE que prestam um complemento importante ao Concelho. No que respeita ao conjunto de equipamentos, existem, nalguns casos pontuais, necessidades de obras de manutenção e conservação.

QUADRO 19 – TOTAL DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

EQUIPAMENTOS	TOTAL
Centro de saúde	1
Farmácias	3
Parafarmácia	1
Ervanárias	1
Clínicas	2
Consultórios	8
Laboratório de saúde pública	1

(Fonte: Centro de saúde da Lousã, Farmácias referentes ao ano 2008)

QUADRO 20 – EQUIPAMENTO PÚBLICOS DE SAÚDE

FREGUESIA	NOME DO EQUIPAMENTO	NOME DO UNIDADE FUNCIONAL	N.º DE UTENTES	N.º DE PROFISSIONAIS	N.º DE ATENDIMENTOS	PERÍODO DE FUNCIONAMENTO
Lousã	Centro de Saúde da Lousã	USF Serra da Lousã	7844	15	Não apurado	Consultas: 8:00/20:00 SAC: 8:00/22:00
		UCSP Lousã - Serpins	8250	18	Não apurado	Consultas: 8:00/20:00 SAC: 8:00/22:00
		UCC Arouce	Não apurado	7	Não apurado	8:00/20:00 (dias úteis)

(Fonte: Centro de Saúde da Lousã, dados referentes ano 2008)

2.5.6. **SALUBRIDADE PÚBLICA**

A salubridade pública é uma das atribuições municipais que compreende um vasto leque de domínios em que a Câmara Municipal deve interferir para a prossecução dos interesses e necessidades das populações. Neste contexto são analisados os equipamentos e o funcionamento das seguintes atribuições:

- Controle de qualidade da água da rede de abastecimento público;
- Vacinação e rastreio de animais domésticos;
- Combate a divagação de animais nocivos;
- Estabelecimento e administração de cemitérios;
- Construção e conservação de lavadouros públicos.

CONTROLE DE ÁGUA DA REDE DE ABASTECIMENTO PÚBLICA

Do conjunto de ações levadas a cabo pela Câmara Municipal na área da salubridade pública de destacar as análises efetuadas à **rede municipal de abastecimento de água**, em que são analisados periodicamente diversos parâmetros de forma a controlar a qualidade da água. Deste modo a Câmara Municipal estabeleceu um conjunto de itinerários diversificados, tendo em conta o número de população, a densidade demográfica e o consumo, entre outros, que visam aferir a correta qualidade das águas da rede pública. Esta recolha é efetuada nos três maiores sistemas públicos de captação e distribuição de água, a saber: Boavista, Sr.ª da Graça e Gevim/Ceira.

COMBATE À DIVAGAÇÃO DE ANIMAIS NOCIVOS

Para além do referido anteriormente é igualmente responsabilidade da Câmara Municipal a recolha e controle dos animais nocivos para a saúde pública, como são o conjunto de animais vadios que invariavelmente ocupam grande parte dos aglomerados urbanos. Pelo perigo que representam e sempre que solicitado pelos munícipes os serviços camarários responsáveis ocupam-se da sua recolha.

CEMITÉRIOS

Quanto à deliberação sobre a construção, ampliação ou remodelação dos **cemitérios** compete à Câmara Municipal a decisão final da localização e

instalação dos equipamentos desta natureza. Todavia a administração direta e as intervenções em cada um dos cemitérios está sob responsabilidade das respetivas juntas de freguesia onde se localizam.

Sob responsabilidade das juntas de freguesia encontram-se os serviços inerentes às atividades de limpeza, manutenção e conservação de cemitérios e áreas envolventes, bem como a gestão e comercialização de campas nos respetivos equipamentos.

LAVADOUROS

Em relação aos lavadouros existentes no Concelho, é da responsabilidade das juntas de freguesia a sua manutenção e conservação dos espaços a fim de ser utilizado pelas populações.

SINTESE DOS EQUIPAMENTOS

Do conjunto de equipamentos analisados no estudo sectorial referente à salubridade pública, será lícito concluir que existem no total dos 5 cemitérios que servem o Concelho, algumas deficiências que urge corrigir.

Na freguesia de Foz de Arouce a recente ampliação do cemitério que serve esta freguesia veio permitir o aumento da sua capacidade, sensivelmente para o dobro. Possuindo um conjunto de infraestruturas de apoio consideradas suficientes, não se apuraram carências dignas de registo.

O cemitério que serve a freguesia de Vilarinho, pela tipologia da sua construção, (elaborada em tabuleiros com ligação entre eles através de escadas), apresenta alguma dificuldade no acesso aos níveis inferiores, sobretudo aquando da realização de funerais. A correção desta situação é considerada relevante e de interesse para o melhor funcionamento do equipamento. Alvo de uma recente ampliação e equipado com infraestruturas de apoio, não se detetaram mais carências dignas de nota.

Por último e em relação ao cemitério de Casal de Ermio, localizado na povoação de Casal de Ermio, não foram apuradas carências significativas para além de pontuais obras de manutenção e conservação. Todavia, tendo em conta o envelhecimento da população e um previsível aumento do número de habitantes a longo prazo, será de extrema importância a aquisição de alguns terrenos na área envolvente ao cemitério, de forma a salvaguardar uma futura ampliação.

A criação de uma nova freguesia – Gândaras – adjacente à freguesia da Lousã, permitirá a construção um novo equipamento desta natureza que serve simultaneamente as duas freguesias.

Os lavadouros públicos têm vindo a registar um abandono progressivo na sua utilização, originando a degradação destes espaços. No entanto, existe por parte das juntas de freguesia, uma preocupação em manter ativos e funcionais todos os lavadouros que, efetivamente, mantém comprovada a sua atividade.

QUADRO 21 – CEMITÉRIOS NO MUNICÍPIO

FREGUESIA	CAPACIDADE
Lousã	Não apurado
Foz de Arouce	1000
Serpins	460
Vilarinho	430
Casal de Ermio	180

(Fonte: Juntas de freguesia e Câmara Municipal da Lousã, 2008)

2.5.7. SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL

A lei de bases da Proteção Civil n.º 27/2006, de 3 de julho, define a proteção civil como a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas, com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram. É composta por várias entidades que atuam de forma articulada a nível nacional, distrital e municipal e que, consoante a sua escala administrativa, contêm uma diferente arquitetura organizacional. Deste modo, a proteção civil da Lousã, organiza-se segundo três entidades/órgãos:

- Estruturas de Direção Política – **Presidente da Câmara Municipal** – Tem como função desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequada a cada caso;
- Estruturas de Coordenação política e Institucional – **Comissão Municipal de Proteção civil** – Tem como função acionar a execução do plano municipal de emergência, bem como acompanhar a sua execução e remeter para aprovação à comissão nacional; Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos; Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique; Promover a realização de exercícios, simulacros ou treinos operacionais que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em ações de proteção civil.
- Estruturas de comando – **Comandante Operacional Municipal / Comandantes dos Corpos de Bombeiros / Comandante das Operações de Socorro** – Têm, respetivamente, como funções principais acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram nas áreas do concelho, assegurar o funcionamento e a operacionalidade da estrutura operacional do respetivo Corpo de Bombeiros e fazer o reconhecimento do teatro de operações e comunicação do resultado ao comando distrital de operações de socorro respetivo ou ao comando nacional de operações de socorro.

De referir que a coordenação institucional é assegurada, tanto a nível nacional como a nível distrital pelos centros de coordenação operacional, que integram representantes das entidades cuja intervenção se justifica em função de cada ocorrência em concreto, sendo responsáveis pela gestão da participação operacional de cada força ou serviço nas operações de socorro a desencadear, coordenação esta que a nível municipal pertence à Comissão Municipal de Proteção Civil, em estreita sintonia com o nível superior, neste caso o centro de coordenação operacional distrital.

A Comissão Municipal da Proteção Civil da Lousã é composta pelo presidente e vice-presidente da Câmara Municipal da Lousã, pelos comandantes dos bombeiros Municipais da Lousã e Voluntários de Serpins, pelo comandante do posto territorial da GNR da Lousã, pelo delegado de saúde municipal, pelo presidente do agrupamento de escolas da Lousã, pelo representante da rede elétrica nacional, pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia da Lousã, pelo representante da Autoridade Florestal Nacional, por um representante da Aflopinhall e por um representante da GNR – Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS).

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 25 de julho, todas as instituições dispõem de estruturas de intervenção próprias que funcionam sob a direção ou comando previstas nas respetivas leis orgânicas e têm um sistema de gestão de operações que se configura em três níveis diferentes:

- **Nível Estratégico** – Detém o comando da operação, determinando a estratégia adequada, os objetivos gerais da operação e definindo as prioridades;
- **Nível Tático** – Trata de objetivos específicos nomeadamente dirigindo as atividades operacionais tendo em conta os objetivos determinados pelo nível estratégico e procurando alcançar os objetivos correspondentes à estratégia definida no plano estratégico de ação;
- **Nível de Manobra** – Encarrega-se de tarefas específicas de forma a alcançar os resultados definidos pelo nível tático.

O plano municipal de emergência de proteção civil da Lousã é um documento que define as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários serviços, organismos e estruturas a empenhar em operações da proteção civil. A reposição da normalidade das áreas afetadas constitui outro dos seus objetivos, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre pessoas, bens e o ambiente.

O município da Lousã está sujeito a uma multiplicidade de riscos que tanto podem ser de origem natural como de origem tecnológica. Contudo, é razoável assumir o risco de incêndio como o principal risco existente no Município, pois este tem sido o principal causador de danos. No entanto, o risco de acidentes rodoviários assume também um papel relevante nas ocorrências registadas.

A ativação do plano está dependente de critérios que divergem consoante a natureza dos acidentes ou catástrofes e com a gravidade e extensão dos seus efeitos previsíveis e a sua execução verifica-se em duas fases distintas:

- **Fase de emergência** – em que as diversas entidades presentes no município, de entre outras ações, fazem a avaliação dos riscos e vulnerabilidades do município, coordenam atividades de socorro e salvamento e coordenam as atividades de ordem pública, movimentação e evacuação;
- **Fase de reabilitação** – em que os principais agentes promovem avaliação e quantificação dos danos, efetuam as demolições, escoramentos e desobstruções necessárias ao regresso das populações deslocadas.

No que concerne ao **Centro de Formação da Lousã**, propriedade da Escola Nacional de Bombeiros, tem como função primordial o treino de bombeiros municipais, sapadores e voluntários, ministrando cursos de incêndios florestais, nadadores salvadores, operador de desencarceramento e de todo terreno, assim como cursos de 1.ª intervenção em incêndios florestais e de matérias perigosas. A sua localização no aeródromo e área envolvente permite-lhes instalar um conjunto de infraestruturas de apoio aos cursos que ministram, entre as quais a construção de um novo equipamento que contribuirá para reafirmar a importância do centro de formação no contexto nacional da formação de bombeiros.

QUADRO 22 – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO

EQUIPAMENTOS	NÚMERO TOTAL
Corpo de Bombeiros	2
Guarda Nacional Republicana	1
Destacamento Territorial da Lousã	
Escola Nacional de Bombeiros	1
Centro de Formação da Lousã	
Aeródromo da Lousã	1

(Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, Bombeiros, G.N.R., E. N. B., D.G.F. e aeródromo da Lousã, 2008)

2.5.8. DIVERSOS

Como complemento da “Caraterização das atividades e dos equipamentos coletivos” do município, importa referir outros, na área da administração pública, nomeadamente o Tribunal da Comarca da Lousã, a Conservatória, a Tesouraria e a Repartição de Finanças, os Correios (CTT), e a EDP, bem como as Sedes das 6 Juntas de Freguesia – Casal de Ermio, Foz de Arouce, Gândaras, Lousã, Serpins e Vilarinho – e o edifício da Câmara Municipal. Com exceção das Sedes de Junta de Freguesia exteriores à Sede de Concelho, todas as outras Instituições/equipamentos se localizam na Vila da Lousã.

Relativamente às Sedes de Junta de Freguesia, criada pela Lei nº18-A/2001 de 3 de julho, a freguesia das Gândaras, desanexada da freguesia da Lousã, tem a sua sede no lugar das Fontainhas.

QUADRO 23 – FREGUESIAS

Freguesia	Sede
Casal de Ermio	Casal de Ermio
Foz de Arouce	Foz de Arouce
Gândaras	Fontainhas
Lousã	Lousã
Serpins	Serpins
Vilarinho	Vilarinho

Fonte: Câmara Municipal, ano 2005

O Tribunal da Comarca da Lousã funciona em edifício próprio e engloba os Municípios de Lousã e Miranda do Corvo, contando este último com o apoio de um Julgado de Paz associado à respetiva Câmara Municipal, desde o ano 2004.

Com instalações na Vila da Lousã, funciona uma Área de Rede Coimbra / Lousã, da Direção de Serviços da Rede – Centro (em Coimbra), pertencente ao Grupo EDP Distribuição Energia, S. A..

QUADRO 24 – TOTAL DE EQUIPAMENTOS

Equipamentos	Total
Juntas de Freguesia	6
Tribunal	1
Conservatória	1
Tesouraria e Repartição de Finanças	1
Correios (CTT)	1
EDP	1

Fonte: GAT Lousã, ano 2005

2.6. PATRIMÓNIO

O **património**, tal como indica o seu étimo latim *patrimoniu*, remete para algo de valioso que, por norma, é transmitido de pais para filhos. Aqui é a noção de dádiva, entendida como legado ou como oferta, que prevalece, tendo a transmissão às gerações futuras o significado de herança a preservar.

Todavia, o conceito de Património não é estático. A sua compreensão e utilização tem sofrido várias alterações ao longo do último século. Por conseguinte, esta noção tornou-se cada vez mais abrangente, alargando-se do material ao imaterial, do objeto localizado ou do simples monumento evocativo, a conjuntos territoriais mais vastos, às paisagens e até mesmo aos modos de vida e identidades coletivas.

A Carta de Atenas, de 1931, é um dos primeiros documentos a fazer referência à necessidade de preservar o património ao promover a proteção dos monumentos. A partir do pós-guerra proliferam as cartas e convenções deste género devido às iniciativas da UNESCO e do Conselho da Europa. Esta última entidade assina em 1954, em Paris, a Convenção Cultural Europeia que prevê o estudo mútuo entre os vários países através da língua, da história e da civilização, enquanto que a UNESCO promove a Convenção de Haia para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado. Por sua vez, a Carta de Veneza (1964) alarga os âmbitos das intervenções de conservação e restauro de monumentos e sítios ao compreender a criação arquitetónica isolada bem como o sítio urbano ou rural que é testemunho duma civilização particular, duma evolução significativa ou de um acontecimento histórico.

No âmbito do Conselho da Europa seguiram-se inúmeras convenções que alargavam, cada vez mais, as dimensões destes conceitos: Património Arqueológico (Londres, 1969 e La Valeta, 1992), Património Arquitetónico (Amesterdão, 1975 e Granada, 1985) e Arquitetura Rural (Granada, 1976). Consequentemente, a UNESCO também realizava encontros semelhantes: Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (Paris, 1972 e Nairobi, 1976) e

Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (Bruxelas, 1976 e Florença, 1971).

A nível nacional, por sua vez, reconhecem-se três etapas na evolução do conceito²:

1ª etapa – Tem o seu início datado em 1926, com base na Lei 12740, de 26 de novembro, e ulteriormente no Decreto 20985, de 07 de março de 1932, e prolonga-se até à década de 60, sendo caracterizado por um processo massificado de classificações de exemplos arquitetónicos singulares, complementada com ações de recuperação de muitos deles no sentido clássico (recuperação com respeito e reposição dos elementos pré-existentes, ou seja, restauro até ao ínfimo pormenor).

2ª etapa – Com início a partir da década de 70, corresponde a um período de implementação de ações de sensibilização do que é correto e incorreto, alargando o conceito de defesa do património a outros elementos cuja importância não dependerá diretamente do seu conteúdo estético, mas antes podendo valer pelo seu conteúdo semântico enquanto cultura de suporte e tradições.

3ª etapa – Surge em Portugal a partir dos anos 80 e corresponde a um momento em que doravante a defesa do património passa a ser encarada como uma atitude inquestionável, plenamente assumida e de uma maturação de processos com propostas bem diferentes, que se integram em correntes e linguagens próprias, sempre sujeitas a debate (passa a ser o período da recuperação integrada).

Verifica-se, assim, um paralelo entre a evolução dos conceitos tanto no panorama nacional como internacional. Surgem-nos atualmente as noções de Conjuntos e Sítios que, a par com o alargamento conceptual do Monumento, visam assegurar a defesa de um vasto leque de elementos que compõem o Património.

² Ruivo, César e Pereira da Cunha, Júlio (1998) Ordenamento do território e Gestão Urbanística. Ed ATAM.

Na legislação mais recente – Lei nº107/2001, de 8 de setembro – consideram-se bens culturais os bens móveis e imóveis, podendo estes ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

No que respeita aos bens móveis, são considerados como tal os elementos integrantes do património arqueológico, arquivístico, audiovisual, bibliográfico, fonográfico ou fotográfico, ou os novos tipos de bens culturais, nomeadamente os que integram o património eletrónico ou o património industrial.

Já no que concerne aos bens imóveis, podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio. Neste contexto, o património arquitetónico é considerado como um bem cultural imóvel, podendo integrar as seguintes categorias:

- **Monumentos:** Obras de arquitetura, de escultura ou de pintura, composições importantes ou criações mais modestas incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com excecional interesse histórico do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- **Conjuntos:** Agrupamentos arquitetónicos urbanos ou rurais isolados ou reunidos, de modo a poderem ser delimitados geograficamente, e notáveis simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico e social;
- **Sítios:** Obras combinadas do Homem, ou obras conjuntas do Homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogéneos, de maneira a poderem ser delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social e técnico.

2.6.1. PATRIMÓNIO CULTURAL

PATRIMÓNIO CLASSIFICADO

O **património** pode ser classificado segundo o seu grau de importância, de acordo com o preconizado no n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, distinguindo-se pelas seguintes condições:

- **Monumento Nacional** – quando a respetiva proteção e valorização, no todo ou em parte, represente ainda um valor cultural de significado para a Nação;
- **Imóveis de Interesse Público** – quando a respetiva proteção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado;
- **Imóvel de Interesse Municipal** – quando os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

Considerando o património cultural como um elemento estratégico de grande valor, para um Concelho como a Lousã, é importante uma abordagem, essencialmente voltada para a potencialização dos recursos existentes, como forma de preservar a identidade local e gerar novas dinâmicas de desenvolvimento, quase sempre associadas à vertente turística. O Concelho da Lousã possui um conjunto apreciável de **imóveis classificados**, representando, em termos totais, 18 imóveis, divididos entre Monumentos Nacionais, Imóveis de Interesse Público e Imóveis de Interesse Municipal, o que demonstra claramente a importância histórico-cultural, com particular destaque para a arquitetura civil do período oitocentista de influência marcadamente barroca.

QUADRO 25 – PATRIMÓNIO CLASSIFICADO NO CONCELHO

Freguesia	Lugar	Elemento Patrimonial	Classificação/Proteção	Época Arquitetónica	Tipo de Arquitetura
Foz de Arouce	Foz de Arouce	Casa dos Condes de Foz de Arouce	IIM – Imóvel de Interesse Municipal Dec. n.º 129/77, DG 226 de 29 de setembro 1977	Barroco	Civil
Lousã	Lousã	Castelo da Lousã	MN – monumento nacional Dec. n.º 16/06/1910, DG 136 de 23 de junho 1910 ZEP DG 64 de 17 de março de 1971	Românica/Gótica	Militar
		Pelourinho da Lousã	MN – monumento nacional Dec. n.º 16/06/1910, DG 136 de 23 de junho de 1910	Renascentista	Civil
		Capela da Misericórdia da Lousã	IIP – imóvel de interesse público Dec. n.º 37077 DG 228 de 29 de setembro de 1948	Maneirista	Religiosa
		Palácio dos Salazares	IIP – imóvel de interesse público Dec. n.º 05/02 de 19 fevereiro	Neo Clássica	Civil
		Casa de Cima da Rua Nova	IIP – imóvel de interesse público Dec. n.º 37 366 DG 70 de 05 de abril de 1949	Barroco	Civil
		Casa de Baixo da Rua Nova	IIM Imóvel de Interesse Municipal n.º 129/77 DG 226 de 29 de setembro de 1977	Barroco	Civil
		Casa do Fundo da Vila	IIM Imóvel de Interesse Municipal Dec. n.º 129/77 DG 226 de 29 de setembro de 1977	Barroco	Civil
		Casa de Santa Rita	IIM Imóvel de Interesse Municipal Dec. n.º 129/77 DG 226 de 29 de setembro de 1977	Barroco	Civil
		Casa da Quinta de Baixo	IIM Imóvel de Interesse Municipal <u>DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 21/02/2005</u>	Neo Romântica	Civil
		Casa Comendador Montenegro	IIM Imóvel de Interesse Municipal <u>DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 21/02/2005</u>		
		Casa de São Bento	IIM Imóvel de Interesse Municipal <u>DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 03/12/2007</u>	Não apurada	Civil
Serpins	Serpins	Pelourinho de Serpins	IIP – imóvel de interesse público Dec. n.º 23122 DG 231 de 11 de outubro de 1933	Não apurado	Civil
	Casal de Santo António	Fábrica de Papel do Boque	IIM Imóvel de Interesse Municipal Dec. n.º 26-A/92 DG 126 de 01 de junho de 1992	Moderna/Industrial	Civil
Vilarinho	Vilarinho	Igreja Paroquial de Vilarinho	IIP – imóvel de interesse público Dec. n.º 34452 DG 59 de 20 de março de 1945	Não apurado	Religiosa
	Fiscal	Capela de Santa Rita	IIP – imóvel de interesse público Dec. n.º 34452 DG 59 de 20 de março de 1945	Barroco	Religiosa
		Casa dos Lopes Quaresma	IIM Imóvel de Interesse Municipal Dec. n.º 129/77 DG 226 de 29 de setembro de 1977	Barroco	Civil
		Casa dos Magalhães Mexia	IIM Imóvel de Interesse Municipal Dec. n.º 129/77 DG 226 de 29 de setembro de 1977	Barroco	Civil

Fonte: Câmara Municipal da Lousã; Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2001

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

Existe uma variedade de outros **valores patrimoniais arquitetónicos**, de importância mais direta para a população local, de natureza religiosa e industrial, de carácter particular ou público. Encontram-se edifícios de várias naturezas funcionais, tais como, igrejas, capelas, moinhos e azenhas, solares e outros edifícios cuja riqueza da composição e idade transforma em documentos humanos.

QUADRO 26 – PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO NO CONCELHO

FREGUESIA	LUGAR	ELEMENTO PATRIMONIAL	ÉPOCA ARQUITETÓNICA	TIPO DE ARQUITETURA
Foz de Arouce	Foz de Arouce	Ponte de Foz de Arouce	Medieval	Civil
Lousã	Lousã	Casa dos Furtados Mesquitas	Barroco	Civil
		Casa da Quinta da Alfocheira	Não apurado	Civil
		Casa da Quinta de Santo António	Não apurado	Civil
		Igreja Matriz da Lousã	Neoclássico	Religiosa
Serpins	Serpins	Ponte de Serpins	Não apurado	Civil
Ao nível de Concelho		Azenhas/Moinhos de água	Moderna	Civil/popular

Fonte: Câmara Municipal da Lousã; Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2001

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

Considera-se **Património Arqueológico** – segundo a Lei nº 107/2001, 8 de setembro – todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida humana, bem como a principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospeções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia. Também de acordo com o artigo 74.º, da Lei nº 107/2001, 8 de setembro, o património arqueológico integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens imóveis e monumentos de outra natureza, assim como o respetivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental.

Relativamente aos trabalhos arqueológicos, de acordo com o artigo 77.º da referida lei, são considerados trabalhos desta natureza todas as escavações, prospeções e outras investigações que tenham por finalidade a descoberta, o conhecimento, a proteção e a valorização do património arqueológico. Neste contexto, as remoções de terreno no solo, subsolo ou nos meios subaquáticos, que de acordo com a metodologia arqueológica se realizem com o fim de descobrir, conhecer, proteger e valorizar o património arqueológico são consideradas escavações arqueológicas, enquanto que as prospeções arqueológicas se remetem para as explorações superficiais sem remoção de terreno, que visem descobrir, conhecer, proteger e valorizar o património arqueológico.

No decorrer do ano de 2009 (prolongados durante o ano de 2010), foram levados a cabo trabalhos de prospeção arqueológica, realizados no âmbito do projeto: Elementos para a Carta Arqueológica do Concelho da Lousã. Esses trabalhos foram autorizados pelo Instituto de Gestão do Património arqueológico e Arquitetónico (IGESPAR, IP), de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho, com as alterações que foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de novembro. A direção científica e de campo dos trabalhos arqueológicos foi assegurada pela técnica superior de arqueologia ao serviço da Câmara Municipal da Lousã.

QUADRO 27 – ELEMENTOS DE VALOR PATRIMONIAL ARQUEOLÓGICO

Freguesia	Designação	Tipo de Sítio	Período Cronológico
Casal de Ermio	Sobral	Conheira	Indeterminado
Foz de Arouce	Cabeço	Conheira	Indeterminado
	Covelos/Eira Velha	Habitat	Romano
	Covão d'Água	Indeterminado	Indeterminado
	Fráguas	Habitat	Idade Média e Moderno
	Fráguas	Mina	Indeterminado
	Marola	Mina	Indeterminado
	Cabeço da Portela/ Quinta do Conde de Foz de Arouce	Achados isolados	Paleolítico
	Relvíos	Vestígios diversos	Calcolítico/Romano
	Marmeleira	Inscrição	Séc. XVII
Lousã	Boiça	Conheira	Indeterminado
	Cabeço Marigo	Achados Isolados	Indeterminado
	Fórnea	Achados Isolados	Romano
	Lousã – Rua Sacadura Cabral	Habitat	Romano
	Meiral	Habitat	Romano
	Cabeço do Moiro	Mina	Romano
Serpins	Cabeço da Igreja	Vestígios diversos	Romano
	Sacões	Via	Indeterminado
	Vila/Outeiro	Vestígios diversos	Romano
Vilarinho	Caridades	Habitat	Romano
	Boque	Conheira	Indeterminado

Fonte: Câmara Municipal da Lousã; Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, 2011

2.6.2. PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO

CONCEPTUALIZAÇÃO DE PAISAGEM

O património paisagístico integra, entre outros, os elementos essenciais da paisagem natural – recursos naturais –, sendo a **paisagem**, segundo a **Lei de Bases do Ambiente** (Lei nº 11/87 de 7 de abril, Artº 5º do capítulo I, alterada pela Lei nº 13/2002, de 19 de fevereiro):

“... unidade geográfica, ecológica e estética resultante da ação do homem e da reação da Natureza, sendo primitiva quando a ação daquele é mínima e natural quando a ação humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica ...”.

Após uma **primeira geração de políticas ambientais**, a partir dos anos 60, em que foram criados os primeiros parques naturais de preservação ambiental, assentes essencialmente no primitivo conceito dicotómico de, por um lado, uma natureza primeira, cristalizável e, por outro, uma natureza segunda, utilizável; passando pela **segunda geração** onde as principais medidas visavam o controle da poluição; atualmente – **terceira geração** – assiste-se a uma crescente consciencialização coletiva assente na indissociabilidade Homem/Natureza, das limitações dos recursos naturais associados ao crescente valor económico e social da qualidade do ambiente, destacando-se uma visão e um carácter de intervenção marcadamente preventivo.

PRINCIPAIS UNIDADES PAISAGÍSTICAS

Regista-se no concelho da Lousã uma diversidade de paisagens, condicionadas essencialmente, por variáveis físicas do território e que determinaram, quer o coberto vegetal, quer a ocupação humana do território. Deste modo, encontram-se duas unidades principais: uma caracterizada pelas condições naturais que ostenta e outra pela ocupação humana do território.

A primeira, a **Serra da Lousã**, é sem dúvida a mais importante unidade paisagística do concelho, não só pela imponência, que marca indiscutivelmente o território, mas igualmente pela biodiversidade existente, recentemente reconhecida no âmbito das paisagens protegidas da rede natura 2000.

A segunda diz respeito a toda a área deprimida correspondente à **Bacia da Lousã**, identificada pela ocupação humana e pelos campos agrícolas, numa paisagem marcadamente rural, pontuada pelo crescimento linear dos aglomerados urbanos, ao longo das vias de comunicação e pelos quintais agrícolas localizados nas traseiras das habitações, onde a população se dedica a uma policultura intensiva.

Todavia, existem outras áreas de relevante importância paisagística que importa requalificar e valorizar, numa ótica de salvaguarda efetiva, através dos instrumentos de planeamento e que passam pelo melhor aproveitamento das margens do rio Ceira e alguns afluentes, como o rio Arouce. Também a Serra de Sacões, nomeadamente a área de interesse botânico incluída nesta serra, a **Mata do Sobral**, constitui um importante espaço florestal que interessa preservar, porquanto asseguram a conservação de espécies autóctones da região, testemunhando a cobertura natural da serra da Lousã.

A preservação e valorização do património natural do concelho constitui, atualmente, uma oportunidade efetiva, como recurso turístico de elevado potencial, de melhoria da qualidade de vida das populações, tanto do ponto de vista sócio-económico, como do ponto de vista cultural, no sentido de inverter a lógica do êxodo agrícola e simultaneamente dotar estes espaços com os equipamentos necessários para o aproveitamento turístico.

QUADRO 28 – ELEMENTOS PAISAGÍSTICOS CLASSIFICADOS/PROTEGIDOS NO CONCELHO

Freguesia	Local	Elemento paisagístico	Classificação/Proteção
Lousã	Sr.ª da Piedade	Espaço natural/cultural da zona do castelo, ermida e Sr.ª da Piedade	Plano Diretor Municipal
	Serra da Lousã	Sítio PTCON 0060 Serra da Lousã	Rede Natura 2000
Serpins	Serra de Sacões	Área de interesse botânico incluída no perímetro florestal da Mata do Sobral	Plano Diretor Municipal Rede Natura 2000

Fonte: Câmara Municipal da Lousã e PDM

QUADRO 29 – ELEMENTOS PAISAGÍSTICOS DE INTERESSE

Freguesia	Elemento paisagístico
Foz de Arouce	Rio Ceira
Casal de Ermio	Rio Ceira
Lousã	Miradouro do alto do Trevim (serra da Lousã)
	Miradouro da Tarrasteira (serra da Lousã)
	Miradouro da varanda do Gevim (serra da Lousã)
Serpins	Açude do Boque
	Cabril do Ceira
Vilarinho	Cabeço da ortiga (serra da Lousã)

Fonte: Câmara Municipal da Lousã

REDE NATURA – SÍTIO SERRA DA LOUSÃ – PTCON0060

A **Rede natura 2000** é composta por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados *habitats* e espécies, nas quais as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

A garantia de uma boa prossecução destes objetivos, passa necessariamente por uma maior e melhor articulação das políticas sectoriais, nomeadamente de conservação da natureza, agrícola, silvo-pastoril, florestal, turística, ou de obras públicas, de forma a encontrar os mecanismos para que os espaços incluídos em Rede Natura 2000 sejam espaços vividos e produtivos de uma forma sustentável.

Inserido na 2ª Fase da **Rede Natura 2000**, o **Sítio da Serra da Lousã** (PTCON0060 - 15.158 ha) engloba uma parcela do território concelhio, nomeadamente as áreas relativas à Serra da Lousã. Os objetivos desta regulamentação contribuem para assegurar a biodiversidade, através da conservação e do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens num estado de conservação favorável no território³.

A classificação deste sítio procura proteger a diversidade de *habitats* da extremidade Sudoeste da cordilheira central e as diversas espécies de flora e fauna, dos quais se destacam:

³ Decreto de Lei Nº 140/99 de 24 de abril.

- Zonas secas e ensolaradas com ocorrência de *Quercus rotundifolia*;
- Zonas húmidas e frias de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*;
- Cristas quartzíticas de valor geomorfológico e existência de cascalheiras;
- Linhas de água de carácter permanente com vegetação ripícola;
- Habitat de carácter reliquial constituído por Azevinho, naturalmente pouco frequente;
- Lagarto-de-água;
- Salamandra-lusitânica (espécie classificada como “vulnerável”).

QUADRO 28 – MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS NO SÍTIO DA SERRA DA LOUSÃ

MUNICÍPIO	ÁREA DO SÍTIO (ha)	% DO CONCELHO CLASSIFICADO	% DO SÍTIO NO CONCELHO
Castanheira de Pera	3026,28	45%	20%
Figueiró dos Vinhos	2455,36	14%	16%
Góis	4539,51	17%	30%
Lousã	3788,2	27%	25%
Miranda do Corvo	1348,23	11%	9%

Fonte: Plano sectorial Rede Natura 2000

Verifica-se – Quadro 28 – que o município da Lousã apenas representa 27% do Sítio Serra da Lousã, que corresponde a cerca de 3788,2ha. Aqui podem encontrar-se os seguintes habitats dos constantes do anexo do Decreto-Lei nº 49/2005:

- **91E0** – Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnio incanae*, *Salicion albae*) – **Habitat prioritário**;
- 92A0 – Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba*;
- 3260 – Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da *Ranunculion fluitantis* e da *Callitricho-Batrachion*;
- 3280 – Cursos de água mediterrânicos permanentes da *Paspalo-Agrostidion* com cortinas arbóreas ribeirinhas de *Salix* e *Populus alba*;
- **4020*** – Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Eriça ciliaris* e *Eriça tetralix* – **Habitat prioritário**;
- 4030 – Charnecas secas europeias;
- **5230*** – Matagais arborescentes de *Laurus nobilis* – **Habitat prioritário**;
- 6430 – Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino;
- 6510 – Prados de fenos pobres de baixa altitude (*Alopecurus pratensis*, *Sanguisorba officinalis*);

- 8130 – Depósitos mediterrânicos ocidentais e termófilos;
- 8220 – Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica;
- 8230 – Rochas siliciosas com vegetação pioneira da *Sedo-Scleranthion* ou da *Sedo albi_Veronicion dillenii*;
- 9230 – Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*;
- 9260 – Floresta da *Castanea sativa*;
- 9330 – Floresta de *Quercus suber*;
- 9340 – Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*.

Foram identificados como fatores de ameaça no Sítio Serra da Lousã:

- Incêndios florestais;
- Florestações com eucalipto;
- Corte da vegetação ribeirinha;
- Invasão de espécies exóticas infestantes – háquias, ailantos e acácias;
- Implantação de infraestruturas (Parques eólicos e acessos);
- Pressão turística;
- Passeios e provas motorizadas todo-o-terreno;
- Empreendimentos hidroelétricos.

Daqui resultam Orientações de Gestão para todas as ZPE e Sítios, relativo aos valores naturais que ocorrem nos mesmos, com vista a garantir a sua conservação a médio/longo prazo, das quais, as referentes aos *habitats* identificados no município da Lousã são apresentadas no Quadro 29.

QUADRO 29 – ORIENTAÇÕES DE GESTÃO PARA OS HABITATS IDENTIFICADOS NO MUNICÍPIO DA LOUSÃ

HABITAT	ORIENTAÇÕES DE GESTÃO				
	Ecosistemas ribeirinhos	Silvicultura	Agricultura e Pastorícia	Construção e Infraestruturas	Outros usos e Atividades
3260 Habitat prioritário	- Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água; - Monitorizar, manter/melhorar a qualidade da água; - Condicionar a captação de água.		- Condicionar a intensificação agrícola; - Condicionar uso de agroquímicos/adotar técnicas alternativas em áreas contíguas ao habitat; - Outros condicionamentos específicos as práticas agrícolas em áreas contíguas ao habitat;	- Condicionar a construção de açudes em zonas sensíveis; - Condicionar a construção de barragens em zonas sensíveis;	
3280	- Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água; - Monitorizar, manter/melhorar a qualidade da água.		- Manter práticas de pastoreio extensivo; - Condicionar uso de agroquímicos/adotar técnicas alternativas em áreas contíguas ao habitat; - Outros condicionamentos específicos as práticas agrícolas em áreas contíguas ao habitat;	- Condicionar a construção de barragens em zonas sensíveis;	
4020 Habitat prioritário	- Condicionar drenagem;	- Condicionar a florestação;	- Condicionar expansão de uso agrícola; - Outros condicionamentos específicos as práticas agrícolas;		
4030			- Manter práticas de pastoreio extensivo;	- Condicionar a construção de infraestruturas; - Condicionar expansão urbano-turística;	- Ordenar acessibilidades;
5230 Habitat prioritário		- Condicionar a florestação; - Reduzir o risco de incêndio;	- Condicionar expansão de uso agrícola;	- Condicionar a construção de infraestruturas; - Condicionar expansão urbano-turística; - Condicionar a construção de açudes em zonas sensíveis; - Condicionar a construção de barragens em zonas sensíveis;	- Ordenar acessibilidades; - Interditar circulação de viaturas fora dos caminhos estabelecidos;
6430			- Adotar práticas de pastoreio específicas;		
6510		- Condicionar a florestação;	- Adotar práticas de pastoreio específicas; - Promover a manutenção de prados húmidos; - Condicionar uso de agroquímicos/adotar técnicas alternativas; - Outros condicionamentos específicos as práticas agrícolas;		
8130				- Condicionar a construção de infraestruturas; - Condicionar expansão urbano-turística;	- Regular dragagens e extração de inertes;
8220		- Adotar práticas silvícolas específicas; - Condicionar a florestação;		- Condicionar a construção de infraestruturas; - Condicionar expansão urbano-turística;	- Regular dragagens e extração de inertes;

8230					
91E0 Habitat prioritário	- Condicionar drenagem;	- Adotar práticas silvícolas específicas; - Promover a regeneração natural; - Reduzir o risco de incêndio;		- Condicionar a construção de açudes em zonas sensíveis; - Condicionar a construção de barragens em zonas sensíveis;	
9230		- Adotar práticas silvícolas específicas; - Promover a regeneração natural; - Reduzir o risco de incêndio;	- Salvaguardar de pastoreio;		- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;
9260		- Adotar práticas silvícolas específicas;			- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;
92A0		- Adotar práticas silvícolas específicas;			
9330		- Promover áreas de matagal mediterrânico; - Adotar práticas silvícolas específicas; - Promover a regeneração natural; - Condicionar a florestação; - Reduzir o risco de incêndio;	- Salvaguardar de pastoreio; - Condicionar expansão de uso agrícola;	- Condicionar a construção de infraestruturas; - Condicionar expansão urbano-turística;	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação; - Ordenar acessibilidades;
9340		- Promover áreas de matagal mediterrânico; - Adotar práticas silvícolas específicas; - Promover a regeneração natural; - Condicionar a florestação; - Reduzir o risco de incêndio;	- Salvaguardar de pastoreio; - Condicionar expansão de uso agrícola;	- Condicionar a construção de infraestruturas; - Condicionar expansão urbano-turística;	- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação; - Ordenar acessibilidades;

Fonte: Plano sectorial Rede Natura 2000

2.7. TURISMO

2.7.1. CONCEPTUALIZAÇÃO DA ATIVIDADE TURISTICA

A **atividade turística** pressupõe a realização de viagens – mobilidade – e a existência de alojamento turístico, para a população não residente, que se desloca, essencialmente motivada pela procura de recreio e lazer.

A Organização Mundial de Turismo (OMT) faz a distinção entre turismo e lazer, definindo o **turista** como “qualquer indivíduo que esteja fora da sua residência habitual pelo menos 24 horas e que utiliza uma infraestrutura turística”⁴. Todavia, esta definição revela-se demasiado ampla e genérica para uma compreensão de quem viaja com objetivos turísticos. Estabeleceu-se assim a necessidade de criar uma noção suficientemente abrangente que permitisse a elaboração das estatísticas oficiais, análises comparativas, temporais e espaciais, bem como estudos de mercado, projeções relativas e caracterização dos fluxos turísticos.

O turismo assume atualmente uma expressão ímpar no desenvolvimento territorial nacional. Nos anos mais recentes tem-se verificado um aumento acelerado das atividades turísticas no espaço rural português. A atividade turística “tornou-se, para muitas regiões, a primeira ou a segunda fonte de receitas”,⁵ o que reforça o estímulo à dinamização e reforço destas mesmas atividades. Desta forma, esta realidade tem sido bem encarada e recebida por parte dos agentes locais, pois acredita-se que este fenómeno é suscetível de gerar riqueza e desenvolvimento através da sua componente comercial.

A inexistência de uma **Lei de Bases** que regule e estabeleça os princípios jurídicos da atividade turística proporciona lacunas e interpretações variadas que prejudicam a otimização desta atividade no território nacional. Contudo, existem

⁴ OMT cit in Cravidão (1996) Mobilidade, Lazer e Território in *Cadernos de Geografia*. Nº 15, IEG, Coimbra.

⁵ Cravidão, Fernanda (1993) – Turismo, serviços e desenvolvimento. Que estratégias na Região Centro ? in *Serviços e Desenvolvimento numa Região em mudança*. CCRC, Coimbra.

de forma dispersa um conjunto de normas e deliberações que regulam as atividades, mas que são pontuais e desprovidas da necessária articulação e complementaridade que se exige numa lógica global enquadrada no ordenamento do território e desenvolvimento.

2.7.2. RECURSOS TURISTICOS

Qualquer política direcionada para o desenvolvimento da atividade turística no Concelho deve ser sempre compreendida num contexto regional mais vasto. Com efeito, a **Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal (TCP)**, foi criada num contexto de organização do planeamento do turismo em Portugal e surgiu como estrutura de suporte às áreas regionais de turismo previstas no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de abril. O modelo territorial assenta num conjunto de 58 municípios (NUT II), abrangidos por 6 distritos: Guarda, Viseu, Aveiro, Coimbra, Leiria e Castelo Branco.

Segundo o referido Organismo, no que respeita ao Município da Lousã, inserido na NUT III, Pinhal Interior Norte, será potencializada, como marca turística tradicional, a rede de Aldeias de Xisto, englobadas num dos produtos estratégicos da TCP que é o **Turismo de Natureza**, associado ao espaço rural e aos ecossistemas de montanha.

As **atrações turísticas** englobam atividades, elementos e equipamentos distribuídas pelo património cultural (arquitetónico e arqueológico) e paisagístico, lazer e eventos.

Da análise efetuada e tendo em conta o tipo de recursos existentes, bem como o número e projeção dos eventos realizados, constata-se que a capacidade de **alojamento** é ainda particularmente insuficiente ao necessário neste Concelho. Não obstante as mais recentes apostas em unidades hoteleiras de média dimensão, bem como na Pousada da Juventude esta capacidade continua a revelar-se escassa, sobretudo aquando da realização de eventos que atraem um maior número de turistas ao município. Já no que respeita às unidades de **restauração**, estas oferecem aos turistas uma variedade de pratos típicos, com capacidade para satisfazer as procura mais exigentes.

Relativamente aos **equipamentos e serviços turísticos** existentes, a autarquia tem assumido um papel catalisador neste setor. A Câmara Municipal tem realizado um grande investimento, de forma a dotar o Concelho com os instrumentos

indispensáveis para proporcionar o desenvolvimento da atividade turística. São caso disso a aposta no Ecomuseu e na sua rede de pólos museológicos dispersos por todo o território concelhio.

Igualmente os **locais de lazer**, como sejam os miradouros, parques de merendas, Aldeias Serranas, praias fluviais / piscinas naturais e equipamentos desportivos, têm recebido uma atenção regular, por parte de edilidade. Contudo, importa relembrar que todos estes locais funcionam numa ótica de aproveitamento para fins recreativos pelo que a imagem que transmitem ao munícipe e ao visitante reflete o cuidado da autarquia na preservação destes locais.

De realçar que no **Património Cultural**, o número de imóveis classificados e passíveis de classificação consideram-se suficientes, em quantidade e sobretudo em qualidade, para a elaboração de um roteiro turístico credível, voltado para os valores patrimoniais, englobando diversas épocas e tipos de arquitetura, podendo inclusivamente associar-se a outro tipo de equipamentos culturais como os museus ou exposições de diversa índole cultural, que visem uma animação cultural abrangente e contínua. Sendo o **Touring Cultural** um dos produtos estratégicos preconizados, quer no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), quer também para o TCP, encontra neste território uma base potencial para este tipo de roteiros.

A preservação e valorização do **Património Natural** do concelho – Serra da Lousã, Mata do sobral, espaço natural/cultural da zona do Castelo, Ermida e Sr.ª da Piedade, rios – será uma oportunidade efetiva, como recurso turístico de elevado potencial, que terá de passar, obrigatoriamente, para além de medidas de carácter jurídico-administrativo, por um conjunto de medidas que procuram alcançar a melhoria da qualidade de vida das populações, tanto do ponto de vista sócio-económico, como do ponto de vista cultural, no sentido de inverter a lógica do êxodo agrícola e simultaneamente elaborar e avaliar o estado atual do ambiente e da sua dinâmica e, consequentemente, dotar estes espaços com os equipamentos necessários para o aproveitamento turístico.

A divulgação dos **produtos endógenos** do Concelho e da região pese embora a organização de eventos direcionados neste contexto, assume carências na sua condição mais básica, como é o caso concreto da divulgação deste tipo de

produtos, essencialmente artesanato e gastronomia, em locais privilegiados como um posto de turismo, museus outro tipo de locais com afluência significativa de público. Já no que diz respeito aos eventos organizados no sentido de divulgar os produtos endógenos, quer sejam eles provenientes do artesanato, da gastronomia ou de outra origem, é necessário aumentar a sua projeção e consolidá-la num mercado de âmbito nacional e mesmo internacional.

A autarquia proporciona anualmente aos seus munícipes ou a quem a visita centenas de **eventos** e atividades que a tornam, sobretudo os fins de semana, um palco por excelência de inúmeras atividades, quer sejam elas culturais, desportivas ou de outro tipo. Tendo por base o **Parque Municipal de Exposições**, são inúmeras as **feiras, mostras, exposições e organizações de atividades, essencialmente culturais**, que a Câmara Municipal, em colaboração com diversas entidades, organiza anualmente. De realçar um conjunto de eventos, os quais se apresentam de seguida, que assumem atualmente um caráter regular, com uma periodicidade anual. São eles:

- Mostra Nacional de Artesanato;
- Feira Anual de S. João;
- Festival de Gastronomia;
- Mostra de Caça e Pesca;
- Feira da Castanha e do Mel;
- Festas anual de São João;
- Festival Gastronómico do Cabrito;
- Fim de semana da Juventude.

Para além dos eventos acima referidos, existe ainda um conjunto de iniciativas, pontuais, que merecem ser referenciadas pelo destaque e importância que alcançam. Com efeito, a **Feira do Idoso**, a comemoração de **Dia da Criança** e do **Dia Mundial Da Árvore**, são o melhor exemplo do tipo de iniciativas que são levadas a cabo. Outro evento muito importante no concelho, desenvolve-se num contexto regional, englobado numa série de eventos semelhantes, as **Montarias Do Centro**, com o apoio da Direção Regional de Agricultura da Beira Litoral (DRABL) e **Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal (TCP)**, cabendo grande parte da responsabilidade da organização às autarquias e aos clubes de caçadores existentes nos concelhos.

Outro tipo de eventos com particular destaque no concelho reporta-se às **Festas Religiosas Anuais e Romarias**, que ocorrem nas povoações, com especial incidência nos meses de verão, altura em que se encontram presentes os emigrantes, e cujas atividades são representativas, de um modo geral, das tradições religiosas e simultaneamente pagãs, das populações, constituindo-se como eventos de importante significado para a sociabilização das populações e visitantes. Devido ao elevado número de festas que ocorrem anualmente no concelho, assinalam-se unicamente as mais importantes e aquelas que alcançam maior projeção extra concelhia. Encontram-se a este nível as **Festas de S. João** na Lousã (feriado municipal – 24 de junho), a **Romaria à Sr.ª da Piedade**, as **Festas da Pegada** em Foz de Arouce e a **Romaria ao Santo António da Neve** que, apesar de se encontrar fora dos limites do concelho, mobiliza uma grande parte das populações, sobretudo aquelas que estão ligadas à Serra, juntando anualmente largas centenas de pessoas.

A **gastronomia** no concelho da Lousã sempre foi influenciada pelas condições envolventes do meio e a forma como determinaram os modos de vida das populações. Na Lousã, os cozinhados mais célebres e típicos são:

- chanfana;
- migas ou aferventado de hortaliças;
- cabrito grelhado;
- sardinha albardada;
- tibornada no lagar.

No capítulo das **doçarias**, são bastante apreciados os Serranitos e a Tijelada Lousanense, enquanto nas **bebidas espirituosas** o famoso Licor Beirão e a Aguardente de Pera atingem projeção nacional e internacional.

Também o **azeite** era utilizado em grandes quantidades, fruto da existência da matéria-prima e de numerosos lagares de azeite. Mais recentemente a produção de **vinho** tem vindo a ganhar destaque, através da quinta de Foz de Arouce, que produz um vinho de casta bastante apreciado.

O concelho da Lousã possui algum **artesanato** de relevo, nomeadamente os bordados, a latoaria, o ferreiro. Estas peças de artesanato, hoje com uma função puramente decorativa, são representativas do modo de vida e das necessidades

das populações, tendo em conta a estrutura sócio-económica do concelho, num passado não muito distante. Com efeito, a ligação direta com a agricultura praticada pelas populações, requeria, por parte destas, a construção de inúmeros artefactos necessários à laboração nos campos agrícolas e ao normal desenrolar da vida doméstica.

As condições naturais existentes no Concelho da Lousã, nomeadamente a Serra da Lousã e o Rio Ceira, locais de eleição para a prática de um leque alargado de **atividades desportivas**, como são o caso dos desportos de aventura e desportos motorizados, projetaram o nome da Lousã no panorama nacional e internacional. Estes eventos, criaram uma imagem positiva do Concelho junto da sociedade desportiva, sendo atualmente um local de eleição para um conjunto alargado de modalidades desportivas. Contudo, um uso excessivo e irresponsável dos recursos naturais do Concelho pode originar uma rutura do equilíbrio natural, provocando a degradação desses espaços.

QUADRO 30 – ALOJAMENTOS TURÍSTICOS

Freguesia	Lugar	Nome do Equipamento	Identificação do Equipamento	N.º de Camas	Infraestruturas de Apoio
Casal de Ermio	Casal de Ermio	Casa da Eira	Apiturismo	7	Produção de mel da Região Demarcada da Serra da Lousã
		Mélia Palácio da Lousã	Boutique Hotel	92	Piscina Health Club Court Ténis
	Lousã	Pousada da Juventude da Lousã	Pousada da Juventude	62	
		Casa da Princesa Peralta	Turismo em Espaço Rural	3	
		Pensão Bem Estar	Pensão 3.ª Categoria	15	Não tem
		Residencial Martinho	Residencial		Não tem
	Ceira dos Vales	Quintal de Além do Ribeiro	Turismo Rural	22	Piscina Bicicletas para passeio Sala de jogos Adega Alambique
		Casa Vale do Linteiro	Casa de Campo	6	Não tem
	Serpins	Parque Municipal de Campismo de Serpins	Parques de Campismo	210 Tendas	Piscina Campos de Jogos Mini parque para crianças

Fonte: Página WEB / www.cm-Lousã.pt

2.8. CARATERIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS

São caracterizadas as principais infraestruturas do município, ao nível de sistemas, redes e principais elementos integrantes:

- Abastecimento de água;
- Drenagem e tratamento de águas residuais;
- Recolha e tratamento de resíduos sólidos;
- Energia (rede elétrica, eólica e gás) e telecomunicações;
- Rede viária e transportes.

2.8.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O abastecimento de água ao concelho engloba a rede geral, as redes distribuidoras e elementos integrantes, nomeadamente captações, estações elevatórias (EE), estações de tratamento de água (ETA) e reservatórios, garantindo atualmente o abastecimento a todos os aglomerados urbanos com população – Quadros 31, 32 e 33 e Figura IV.

É importante referir, que a Câmara Municipal da Lousã aderiu ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Baixo Mondego-Bairrada, criado em 2004 e que permitirá atingir o objetivo de **satisfazer** as necessidades da população do município ao nível da **quantidade** e **qualidade da água** de abastecimento e do tratamento das águas residuais.

A concessão para a **construção, exploração e gestão** do Sistema foi atribuída, por um período de **35 anos**, à Águas do Mondego, S.A. (AdM), empresa que resulta da parceria entre a Águas de Portugal e os municípios de Ansião, Arganil, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Góis, Leiria, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares os quais, além de acionistas, são também utilizadores do Sistema.

Na vertente de **abastecimento de água**, são servidos os municípios de Ansião, Arganil, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Góis, Leiria, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, aos quais corresponde uma população no horizonte do projeto de cerca de **450 mil habitantes** e um consumo anual de cerca de **45 milhões de m³**. Já no que respeita ao nível das infraestruturas de abastecimento a construir, destacam-se **nove Estações de Tratamento de Água (ETA), 320 km de Condutas Adutoras, 50 Reservatórios, 36 Estações Elevatórias** de água e **nove Captações de Água**.

Relativamente ao Município da Lousã, a rede geral de abastecimento de água é constituída por quatro sistemas principais:

1. Ceira/Gevim;
2. Senhora da Graça;
3. Boavista;
4. Aldeias da Serra.

O primeiro sistema é o mais importante do município, quer pelo volume de água captado, quer pela população e aglomerados urbanos abastecidos – 13667 dos 15753 habitantes (Censos2001) – bem como pela quantidade de elementos que o integra, e tem como captações principais Ceira e Cerdeira (Gevim), respetivamente no Rio Ceira e na Serra da Lousã, ambas por poços e drenos.

De referir, que dos quatro sistemas de abastecimento de água, o sistema Ceira/Gevim passará a ser abastecido em “alta” com a entrada em funcionamento do sistema multimunicipal, estando previsto a desativação das captações existentes aquando do início da exploração. Por conseguinte, a construção de três reservatórios pertencentes à AdM (Sarnadinha, Lousã e Vilarinho), permitirão a ligação aos principais reservatórios deste sistema em “baixa” mantendo as redes de distribuição atualmente existentes.

Como ainda não se encontra prevista a entrada em funcionamento em “alta”, atualmente o sistema Ceira/Gevim continua a manter as captações e o sistema de distribuição que a seguir se descreve. Com o início da exploração, irão ser alterados as captações e o fornecimento aos depósitos principais do abastecimento em “baixa” no Município da Lousã.

No **sistema Ceira/Gevim**, a água captada no rio Ceira é elevada até à ETA, estação elevatória e reservatório de Ceira, onde é de novo bombada para o reservatório do Aeródromo. Deste, sai por gravidade uma conduta abastecedora à Lousã e lugares limítrofes e reservatório de Cacilhas (a sul da vila da Lousã), outra para o abastecimento a Casal de Ermio, e outra para o reservatório de Ribeira dos Moinhos. Deste, é feito o abastecimento aos lugares da freguesia de Foz de Arouce. Do reservatório de Cacilhas a água segue sucessivamente por bombagem para o reservatório da Estrada da Fábrica, deste para o de Cabo do Soito e deste para o do Posto de Incêndio, com viabilidade técnica de elevação até ao reservatório do Gevim. A água da captação do Gevim (Serra) desce por gravidade para o reservatório e ETA com o mesmo nome (próximo do lugar da Lousã), deste deriva para outros reservatórios incluindo o do Posto de Incêndio, no qual se junta à água captada no rio Ceira. Destes reservatórios, a água deriva para oeste – reservatórios do Fiscal e Vilarinho, abastecendo a área a oeste da vila até ao lugar de Vilarinho – e para este – passando pelos reservatórios de Arinto e Cabeço do Moiro, abastecendo os lugares a este da freguesia da Lousã, até à zona industrial do Padrão. Com este sistema é garantido o abastecimento à freguesia das Gândaras e à maior parte dos lugares das freguesias da Lousã e de Vilarinho.

O **sistema Sr.ª da Graça** abastece grande parte da freguesia de Serpins, incluindo a sede de freguesia, através da captação Sr.ª da Graça / Campos, por poços e drenos, no rio Ceira a sul de Serpins, seguindo daqui por estação elevatória para a ETA e reservatório de Campos, do qual saem condutas para os reservatórios a norte da freguesia e respetivo abastecimento. Reforça este sistema, a captação do Cabril, fornecendo o abastecimento de água à área a este da freguesia de Serpins – lugares de Ribeira Cimeira, Ribeira Fundeira, Ribeira do Conde, Amiais e Chã –, com tratamento em posto de cloragem.

Completa a abastecimento à freguesia, o **sistema Boavista**, com uma captação principal através de furo, com uma ETA, onde é elevada até ao reservatório próximo com o mesmo nome. Este sistema abastece os lugares a sul da freguesia de Serpins e ainda alguns lugares a nascente da freguesia de Vilarinho.

As Aldeias da Serra com construções – Casal Novo, Talasnal, Chiqueiro, Vaqueirinho, Catarredor e Candal – são abastecidas por diversas captações

isoladas, de pouco volume, constituindo em conjunto com os restantes elementos – condutas, reservatórios e postos de cloragem – o **sistema Aldeias da Serra**.

Sem população e sem abastecimento de água, encontram-se atualmente os lugares de Ferrajosa, Silveira e Cerdeira. Este último está a ser alvo de infra estruturação e construção de reservatório no âmbito do “Projeto da Rede de Aldeias de Xisto”. Os lugares de Vale da Clara, Forcado, Alveite Pequeno e Chapinheira, comuns ao concelho de Vila Nova de Poiares, são atualmente abastecidos por aquele município.

A destacar na rede geral de abastecimento de água ao município, o **sistema de monitorização** (um dos mais modernos do país e com diversos prémios de reconhecimento) implementado pela autarquia e que permite o controlo absoluto e em tempo real dos sistemas desde a captação à distribuição de águas, quer em termos de controlo de caudais, quer em termos de registo de avarias ou problemas no sistema.

QUADRO 31 – CAPTAÇÕES DE ÁGUA

FREGUESIA	NOME DA CAPTAÇÃO	TIPO DE ORIGEM	TIPO DE CAPTAÇÃO	VOLUME (M³)
FOZ DE AROUCE	Marmeleira	Subterrânea	Furo	----
	Framilo	Subterrânea	Galeria de Mina	2 007
	Covelos	Subterrânea	Furo	----
LOUSÃ	Casal Novo	Subterrânea	Galeria de Mina	180
	Cerdeira (Gevim)	Superficial	Poço com Drenos	595 861
	Vale de Nogueira	Superficial	Drenos	48 000
	Ceira	Superficial	Poço com Drenos	1206 376
	Candal	Superficial	Drenos	182
	Vaqueirinho/Catarredor	Subterrânea	Galeria de Mina	48
	Talasnal	Subterrânea	Furo	616
	Chiqueiro	Subterrânea	Galeria de Mina	300
SERPINS	S.ª da Graça	Superficial	Poço com Drenos	133 643
	Golpilhares	Subterrânea	Furo	23 328
	Valada	Subterrânea	Furo	1680
	Boavista	Subterrânea	Furo	14400
	Cabril	Subterrânea	Galeria de Mina	2 634
	Quatro Águas	Subterrânea	Galeria de Mina	1 229
VILARINHO	Cabanões	Subterrânea	Galeria de Mina	851

Fonte: PDM 1993, INSAAR 2007, C.M.L. 2005

QUADRO 32 – SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO	CAPTAÇÃO	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS (ETA)	ESTAÇÃO ELEVATÓRIA (EE)	RESERVATÓRIO (R)	LUGARES ABASTECIDOS	
1 – CEIRA/GEVIM	Covelos**		Ribeira do Moinho	Covelos	Ponte Velha	
	Marmeleira**			Marmeleira	Covelos	
						Marmeleira
	Ceira	Ceira dos Vales	Captação do Ceira	Foz de Arouce (Pegada)	Vale de Aires	
				Ponte Velha	Vale da Casa	
				Vale Sancho	Pousafoles	
				Ribeira de Moinhos	Cume	
				Aeródromo *	Vale de Ferro	
					Fonte da Pulga	
					Relvios	
				Ceira dos Vales	Mingachos	
				Papanata	Casal de Ermio	
				Vale	Ceira dos Vales	
	Pousafoles	Cornaga				
		Cume	Freixo			
			Relvas do Freixo			
	Cerdeira (Gevim)	Gevim		Gevim *	Lousã	
					Fiscal	Alfocheira
					Vilarinho	Fiscal
					Vale da Ursa	Póvoa do Fiscal
			Cabo do Soito	Posto Incêndio	Vilarinho	
				Cabo Soito	Cabo Soito	
			Estrada da Fábrica	Estrada da Fábrica	Ponte Quadiz	
			Cacilhas	Cacilhas	Cacilhas	
			Arinto	Arinto	Fórnea	
Vale Domingos				Ponte do Areal		
Vale Nogueira**	Vale Nogueira (Posto de cloragem)	Vale Domingos	Vale Nogueira*	Vale Pereira do Areal		
				Cabeço do Moiro	Comoros	
Golpilhares**		Golpilhares (2 EE)	Golpilhares*	Papanata		
					Moita	
					Espinheiro	
				Lomba	Reguengo	

continua ...

... continuação

SISTEMA DE ABASTECIMENTO	CAPTAÇÃO	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS (ETA)	ESTAÇÃO ELEVATÓRIA (EE)	RESERVATÓRIO (R)	LUGARES ABASTECIDOS	
2 – SENHORA DA GRAÇA	Senhora da Graça	Campos	Senhora da Graça	Campos*	Framilo Braçal Lomba de Alveite Quatro Águas Silvares Terra da Gaga Fonte Fria Levegadas Valeiro Vale de Madeiros Tojal Póvoa (Serpins) Rodas Serpins Outeiro Cova do Barro Boque Valada Framilo	
			Campos	Fonte Fria		
				Levegadas		
				Terra da Gaga		
				Silvares		
				Vale de Madeiros		
				Breja		
	Framilo			Framilo		
	Quatro Águas**		Quatro Águas			
	Valada**		Valada			
Cabril**	(Posto de cloragem)			Ribeira Cimeira Ribeira Fundeira Ribeira do Conde Amiais Chã		
3 – BOAVISTA	Boavista	Boavista	Captação Boavista	Boavista*	Boavista Codeçais Cabanões Covas Matas Aversada Soutelo	
				Pereiro		
				Aversada		
	Cabanões**			Cabanões		
4 – ALDEIAS DA SERRA	Casal Novo	Casal Novo (Posto de cloragem)		Casal Novo	Casal Novo	
	Vaqueirinho/ Catarredor/ Talasnal	Vaqueirinho (Posto de cloragem)		Vaqueirinho	Talasnal Vaqueirinho Catarredor	
	Talasnal					
	Chiqueiro				Chiqueiro	
	Candal			Candal	Candal	

* Reservatório de 1.ª ordem nos sistemas de abastecimento de água

** Captação de reforço à captação principal do sistema

Fonte: PDM 1993, INSAAR 2007, C.M.L. 2005

QUADRO 33 – ELEMENTOS DA REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	CAPTAÇÕES	ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA	EATAÇÕES ELEVATÓRIAS (EE)	RESERVATÓRIOS (R)	LUGARES ABASTECIDOS
1 - Ceira/Gevim	6	2 ETA 1 posto de cloragem	11	26	68
2 - Senhora da Graça	5	1 ETA	4	10	24
3 - Boavista	2	1 ETA 1 posto de cloragem	1	4	7
4 - Aldeias Serranas	5	2 postos de cloragem	0	3	6
TOTAL	18	4 ETA 3 postos de cloragem	16	43	105

Fonte: PDM 1993, INSAAR 2007, C.M.L. 2005

Relativamente à cobertura da rede de água, o Município da Lousã apresenta uma taxa de cobertura de 99%, segundo o Relatório das Águas de Portugal para o ano de 2006. Quanto ao número de análises à qualidade da água, a autarquia publica trimestralmente, sob a forma de editais, os resultados analíticos efetuados à água fornecida ao munícipes, evidenciam o cumprimento das metas estabelecidas, não obstante algumas situações excecionais.

O sistema de monitorização, que a autarquia instalou para controlo em tempo real do sistema de abastecimento de água, permite gerir os caudais e controlar possíveis avarias no sistema e encontra-se operacional desde a fase de captação até à distribuição final da água, possibilitando a garantia de um serviço com um número mínimo de falhas ou quebras no fornecimento. No que concerne à operacionalidade das redes de distribuição, de acordo com o Relatório das Águas de Portugal, no 2º semestre de 2007, foram identificadas 47 roturas e 173 não conformidades que se refletem em quebras pontuais e localizadas no sistema.

Relativamente às perdas na rede de abastecimento, segundo os dados evidenciados no Relatório das Águas de Portugal, para o ano de 2006, o Município da Lousã apresentava valores na ordem dos 57%. Contudo, devido ao forte investimento do município ao longo dos últimos anos na modernização dos sistemas de abastecimento geridos, foi possível reduzir esse montante para cerca de 35%. Não obstante esse esforço, será necessário continuar a apostar numa gestão adequada do volume de água captado, controlando as perdas no sistema e aumentando a sustentabilidade económica do setor, com uma minimização da pressão sobre os recursos hídricos, de modo a respeitar os valores estipulados pelo documento de referência neste setor.

Por último, no que concerne à percentagem de água captada que provém de captações com perímetro de proteção, salienta-se que no plano atualmente em vigor, todas as captações apresentam faixas de proteção, distinguindo-se entre faixas de proteção próxima, onde são estabelecidos limites na ordem dos 50 metros e faixas de proteção à distância, com valores na ordem dos 200 metros, existindo em ambos os casos restrições à construção e utilização dos solos.

2.8.2. DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

O sistema de drenagem e tratamento de águas residuais do concelho integra redes, estações de tratamento de águas residuais (ETAR) e Fossas sépticas (FS).

É importante referir, à semelhança do abastecimento de água, que a Câmara Municipal da Lousã aderiu ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Baixo Mondego-Bairrada, criado em 2004 e que permitirá atingir o objetivo de **satisfazer** as necessidades da população do município ao nível da **quantidade e qualidade da água** de abastecimento e do tratamento das águas residuais.

Atualmente, face à implementação do **Sistema Multimunicipal de Drenagem de Águas Residuais do Baixo Mondego-Bairrada**, encontram-se a funcionar cinco sistemas “em alta” que servirão o Município da Lousã, nomeadamente:

Subsistema de Lousã/Póvoa que servirá os lugares de Alfocheira, Espinheiro, Fiscal, Fórnea, Gândaras, Lousã, Sarnadinha e Vale Pereira do Areal. A rede de drenagem da Póvoa servirá o lugar com o mesmo nome. Serão reunidos neste sistema os atuais sistemas em “baixa” do Vale, de Vilarinho, de Vale de Neira e do Cume. Este subsistema, perspetivando um aumento do nível de atendimento do sistema de drenagem, prevê uma futura ligação da ampliação das atuais redes dos lugares de Vilarinho, Póvoa e Fórnea, bem como das novas redes de coletores dos lugares do Freixo, Rogela, Casal de Espírito Santo, Olival, Relva do Freixo, Cacilhas, Cova do Lobo, Eira da Calva, Levegadas e Vale de Maceira.

Subsistema de Casal de Ermio que irá servir os lugares de Casal de Ermio e Ceira dos Vales numa primeira fase e que prevendo o aumento do nível de atendimento do sistema de drenagem garantirá a futura ligação aos lugares de Cornaga e Vale Sancho, assim como a futura ligação de ampliação da rede de coletores existente em Ceira dos Vales.

O **Subsistema de Serpins-Rodas**, servirá os lugares de Alcaide, Boque, Outeiro, Serpins, Rodas, Prilhão e Vale de Medeiros embora a sua ampliação esteja prevista, de modo a dar cobertura à totalidade de Vale de Medeiros e dos

aglomerados de Valeiro, Póvoa, Tojal, Relvas, Terra da Gaga, Silhares, Cova do Barro, Amiais, Valada e Reguengo.

Subsistema de Foz de Arouce irá servir o próprio lugar de Foz de Arouce, bem como assegurará a cobertura dos lugares de Relvios, Alçaperna, Ponte, Videira, Fonte da Pulga e Pousafoles.

Subsistema da Avessada que servirá os lugares de Golpilhares, Soutelo, Avessada, Matas e Codeçais.

O sistema de drenagem das águas residuais prevê a construção de quatro ETAR, uma por cada subsistema implantado, sendo que a ETAR da Lousã/Póvoa irá servir dois subsistemas, a saber: Lousã/Póvoa e Casal de Ermio. Relativamente às Aldeias da Serra, estão previstos sistemas e tratamentos diferenciados para o Candal, Talasnal, Casal Novo e Cerdeira.

A taxa de cobertura para o ano de 2006, conforme consta do Relatório da Águas de Portugal, aponta para um valor de 76% um pouco longe do preconizado pelo PEAASAR II, que se situa na ordem dos 90%. Por conseguinte, a aposta neste setor deverá continuar a ser uma prioridade na política de infraestruturação do território, de modo a dar cumprimento às metas estabelecidas pelo documento de referência.

Nos últimos anos tem-se assistido a um forte investimento do município na melhoria do sistema de drenagem e tratamento das águas residuais. Principal fator deste processo foi a adesão ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Baixo Mondego – Bairrada, responsável pela construção de um sistema em “alta” e que atualmente recolhe e trata águas residuais em cinco sistemas do município. Uma vez que estes sistemas só muito recentemente foram ativados, prevê-se a sua monitorização ao longo da vigência do novo PDM da Lousã, embora os primeiros valores apontem para uma eficiência de tratamento elevada.

Relativamente à reutilização de águas residuais, somente a ETAR de Serpins-Rodas é que se efetua um aproveitamento da água residual tratada, nomeadamente para a rega dos espaços verdes e para a lavagem de viaturas e equipamentos.

QUADRO 34 – SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS (ETAR)	LUGARES SERVIDOS
Subsistema Lousã/Póvoa	1 ETAR Urbana	Gândaras Ramalhais Poças Sarnadinha Favariça Lousã Alfocheira Fiscal Cabo Soito Ponte Quadiz Comoros Papanata Moita Espinheiro Reguengo Fontainhas Ribeira Fórnea Vale Pereira do Areal Póvoa
Subsistema Serpins-Rodas	1 ETAR Urbana	Rodas Vale de Madeiros Alcaide Boque Outeiro Serpins Prilhão
Subsistema Casal de Ermio	1 ETAR Urbana	Casal de Ermio Ceira dos Vales
Subsistema de Foz de Arouce	1 ETAR Urbana	Foz de Arouce Relvios Alçaperna Ponte Videira Fonte da Pulga Pousafoles
Subsistema da Avessada	1 ETAR Urbana	Golpilhares Soutelo Avessadas Matas Codeçais

Fonte: PDM 1993, C.M.L. 2010

QUADRO 35 – SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS EM EXECUÇÃO/PROJETO/PREVISTOS

SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS		ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS (ETAR / FS)	LUGARES A SERVIR
LOUSÃ II (expansão da Lousã I)		ETAR (relocalização)	Freixo Rogela Casal do Espírito Santo Póvoa (Lousã) Lousã
Expansão de Foz de Arouce		1 ETAR	Foz de Arouce Ponte Alçaperna
Expansão de Serpins		1 ETAR	Póvoa (Serpins) Rodas Valeiro Vale de Madeiros Tojal Cova do Barro Amiais
Valada		1 ETAR	valada
Terra da Gaga – Silvares		2 ETAR	Terra da Gaga Silvares
Golpilhares – Codeçais		1 ETAR (Avenida)	Golpilhares Quinta Soutelo Avenida Matas Codeçais
Expansão de Vilarinho		(com ligação à ETAR da Lousã)	Vilarinho Vale
Expansão de Vale de Neira + Padrão		1 ETAR (Padrão) (construída – aguarda conclusão da rede)	Vale de Maceira Levegadas Eira da Calva Cova do Lobo Porto da Pedra Vale do Porto da Pedra Pegos Padrão
Aldeias	Candal	1 FS	Candal
	Talasnal	1 FS	Talasnal
	Casal Novo	1 ETAR	Casal Novo
	Cerdeira	1 FS	Cerdeira

Fonte: C.M.L. 2005

2.8.3. RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O **sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos** do município está sob responsabilidade da Câmara Municipal em cooperação com a ERSUC (Empresa de Resíduos Sólidos Urbanos de Coimbra).

Atualmente é da competência da Autarquia a recolha dos resíduos, respetivos circuitos pelos aglomerados urbanos, viaturas e equipamentos de recolha dos lixos – contentores –, bem como o encaminhamento dos resíduos até à ETRS (Estação de Transferência de Resíduos Sólidos) localizada próximo do lugar da Chapinheira, na fronteira entre os municípios de Lousã / V. N. Poiares / Góis / Arganil.

A ERSUC é responsável pela transferência dos resíduos sólidos desde a ETRS até ao Aterro Sanitário. É também responsável pela gestão desta ETRS, que serve os municípios da Lousã, Vila Nova de Poiares, Góis e Arganil, bem como pelo tratamento no Aterro Sanitário, localizado próximo do lugar de Taveiro, no concelho de Coimbra, comum aos municípios de Coimbra e limítrofes.

A recolha de resíduos sólidos urbanos abrange a totalidade dos aglomerados urbanos do concelho, embora com frequências diferenciadas dependentes das necessidades da população da cada lugar. Para o efeito os serviços municipais estão equipados com viaturas de recolha, complementadas com outro tipo de viaturas de serviços específicos – varredoras, limpa-fossas. Nos lugares, nos locais de recolha encontram-se contentores de plástico. É também assegurada pela autarquia a **recolha de monos**, feita a pedido dos interessados, depositados na ETRS, passando a partir daí para a responsabilidade da ERSUC.

Em termos de **recolha seletiva**, a autarquia é responsável pela recolha de pilhas, através de uma rede de pilhómetros distribuídos por diversos locais da área urbana da Lousã; enquanto que é a ERSUC que tem a cargo a recolha periódica de vidros, plásticos e papel/cartão, efetuada por viaturas próprias, em vários Ecopontos localizados na área urbana da vila da Lousã, algumas sedes de freguesia e na zona industrial do Padrão.

2.8.4. **ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES**

Em termos de energia no município da Lousã, há que considerar a rede elétrica, a energia eólica e a rede de gás.

O concelho da Lousã é atualmente servido na totalidade por **energia elétrica** fornecida pela EDP. O território é atravessado por uma vasta rede de linhas aéreas de média tensão (15 KV) e de alta tensão (60 KV). As primeiras, encontram-se parcialmente remodeladas na principal área urbana – vila da Lousã –, convertidas em linhas subterrâneas. Localiza-se, ainda, na sede de concelho, uma Área de Rede de Coimbra/Lousã, da EDP, de onde divergem as linhas de alta tensão e parte das de média tensão. De referir que o território municipal não se encontra atravessado por linhas de tensão superior a 60KV. De referir, ainda, a existência de uma linha particular já desativada, propriedade da Fábrica do Papel do Prado que se destinava ao fornecimento de energia elétrica a esta a partir de uma central no rio Ceira em Casal de Ermio.

Foi já iniciada a construção de **parques eólicos** na Serra da Lousã, prevendo-se a curto-prazo a expansão deste tipo de fonte de energia, a par do que vem acontecendo nos municípios limítrofes, bem como a integração desta energia na rede elétrica existente.

Encontra-se no Município da Lousã uma Unidade autónoma de Regaseificação de Gás Natural, unidade que visa abastecer a rede de distribuição de gás natural que abastecerá o município. Propriedade da empresa Beiragás, a rede projetada servirá o centro urbano da Vila da Lousã, tal como a Zona Industrial do Alto Padrão.

No setor das **telecomunicações**, destaque para o Centro Emissor, propriedade da PT Telecomunicações, localizado no Trevim, no ponto mais elevado do concelho – 1204m – e fronteira deste município com o de Castanheira de Pera.

A Figura VI identifica no concelho, a rede elétrica, o Centro Emissor e os parques eólicos em construção e previstos, com os respetivos geradores.

2.8.5. REDE VIÁRIA E TRANSPORTES

A situação atual do município da Lousã é diagnosticada através da atualização da inventariação das infraestruturas de comunicação/circulação e transportes, nos setores rodoviário, ferroviário e aéreo, bem como do enquadramento no sistema regional e nacional.

Ao nível da **rede rodoviária** – estradas e caminhos –, são identificadas as vias classificadas, segundo o Plano Rodoviário Nacional (PRN2000) e o Plano Diretor Municipal (PDM) publicado em 1993, apresentadas segundo a sua designação, hierarquia e localização geográfica com base na cartografia da SCN10K (Série Cartográfica Nacional à escala 1:10.000). O Município dispõe ainda de uma vasta rede viária sem classificação e sem hierarquia, onde se incluem caminhos rurais e caminhos florestais.

A **rede ferroviária** e os **meios aéreos** são referidos mais simplesmente em termos de designação, localização geográfica e quanto à utilização.

2.8.5.1. REDE VIÁRIA

2.8.5.1.1. ENQUADRAMENTO NORMATIVO DA REDE NACIONAL

A rede viária, apresentada em termos de designação e de classificação, é diferenciada, consoante a entidade responsável pela sua execução e manutenção, em:

- Rede viária nacional;
- Rede viária municipal.

O Plano Rodoviário Nacional (PRN2000), em vigor desde 1998, define a **rede rodoviária nacional** do Continente, que desempenha funções de interesse nacional ou internacional e é constituída pelas:

- Rede nacional fundamental;
- Rede nacional complementar.

REDE NACIONAL FUNDAMENTAL – Integra os itinerários principais (IP), constantes de uma lista anexa ao diploma – DL nº222/98, de 17 de julho. Os itinerários principais são as vias de comunicação de maior interesse nacional, servem de base de apoio a toda a rede rodoviária nacional, e asseguram a ligação entre os centros urbanos com influência supra distrital e destes com os principais portos, aeroportos e fronteiras.

REDE NACIONAL COMPLEMENTAR – É formada pelos itinerários complementares (IC) e pelas estradas nacionais (EN), constantes de listas anexas ao diploma – DL nº222/98, de 17 de julho. Assegura a ligação entre a rede nacional fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supra concelhia, mas infra distrital.

REDE NACIONAL DE AUTOESTRADAS – É formada pelos elementos da rede rodoviária nacional especificamente projetados e construídos para o tráfego motorizado – anexas ao DL nº222/98, de 17 de julho.

ESTRADAS REGIONAIS – As comunicações públicas rodoviárias do continente, com interesse supra municipal e complementar à rede rodoviária nacional, são asseguradas por estradas regionais (ER). Estão subordinadas ao enquadramento normativo das estradas da rede rodoviária nacional, incluindo o disposto no Decreto-Lei nº105/98, de 24 de abril. As ER asseguram uma ou várias das seguintes funções:

- a. Desenvolvimento e serventia das zonas fronteiriças, costeiras e outras de interesse turístico;
- b. Ligação entre agrupamentos de concelhos constituindo unidades territoriais;
- c. Continuidade de estradas regionais nas mesmas condições de circulação e segurança.

REDES MUNICIPAIS – As estradas não incluídas no plano rodoviário nacional integrarão as redes municipais, mediante protocolos a celebrar entre as Estradas de Portugal (EP, EPE) e as Câmaras Municipais, após intervenções de conservação que as reponham em bom estado de utilização ou, em alternativa, mediante acordo equitativo com a respetiva autarquia.

2.8.5.1.2. ENQUADRAMENTO NORMATIVO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL

A caraterização da rede viária municipal é feita em termos de identificação e de classificação atual. A identificação é realizada em cartografia e a classificação tem em consideração a legislação e os instrumentos de planeamento a nível nacional e/ou municipal:

- Plano das Estradas Municipais do Continente – 1959
- Plano dos Caminhos Municipais do Continente – 1964
- PDM – Plano Diretor Municipal de 1993 (em *vigor*).

A rede viária municipal, da responsabilidade da autarquia, engloba grande quantidade de caminhos, em que maioria não tem classificação atribuída.

Atualmente, a rede viária municipal pode apresentar-se segundo a seguinte estrutura, conforme a hierarquia funcional estabelecida no PDM publicado em 1993:

- *Classificada:*
 - Municipal coletora (PDM1993);
 - Municipal distribuidora (PDM1993);
- *Não classificada:*
 - Acessos locais (PDM1993);
 - Caminhos não classificados.

MUNICIPAL COLETORA (PDM1993) – Faz a ligação entre a rede nacional e a rede municipal distribuidora, assegurando as ligações entre os aglomerados urbanos mais importantes do município como sejam a sede de concelho, sedes de freguesia e lugares equiparáveis.

MUNICIPAL DISTRIBUIDORA (PDM1993) – Tem como principal função assegurar a ligação aos aglomerados urbanos, a partir de vias hierarquicamente superior. Esta função é complementada pelos caminhos não classificados.

ACESSOS LOCAIS (PDM1993) – Visam identificar a principal ligação viária a aglomerados urbanos que, pela sua localização geográfica e dimensão, não usufruem de rede viária classificada, como seja o caso das aldeias da serra.

CAMINHOS NÃO CLASSIFICADOS – São em grande quantidade e extensão, por todo o município, assegurando ligações viárias às áreas agrícolas e florestais e ainda aos aglomerados urbanos. São identificados em carta, não estando no entanto totalmente contabilizados nem organizados em estrutura hierárquica.

2.8.5.1.3. HIERARQUIA DA REDE VIÁRIA

A estrutura hierárquica, bem como a classificação da rede viária, em termos gerais, para uma visão global a nível nacional e enquadramento da situação municipal, é apresentada no Quadro 36, considerando os instrumentos de planeamento em vigor.

QUADRO 36– CLASSIFICAÇÃO GERAL DA REDE VIÁRIA

QUADRO 36- CLASSIFICAÇÃO GERAL DA REDE VIÁRIA				
CLASSIFICAÇÃO		NACIONAL		MUNICIPAL
PRN2000 (DL 222/98 de 17 de julho)	REDE NACIONAL	REDE FUNDAMENTAL	ITINERÁRIO PRINCIPAL – IP	
		REDE COMPLEMENTAR	ITINERÁRIO COMPLEMENTAR – IC	
			ESTRADAS NACIONAIS – EN	
	REDE REGIONAL		ESTRADAS REGIONAIS – ER	
P.D.M. Plano Diretor Municipal (publicado em 1993)				Municipal Coletora – MC
				Municipal Distribuidora – MD
				Acessos Locais

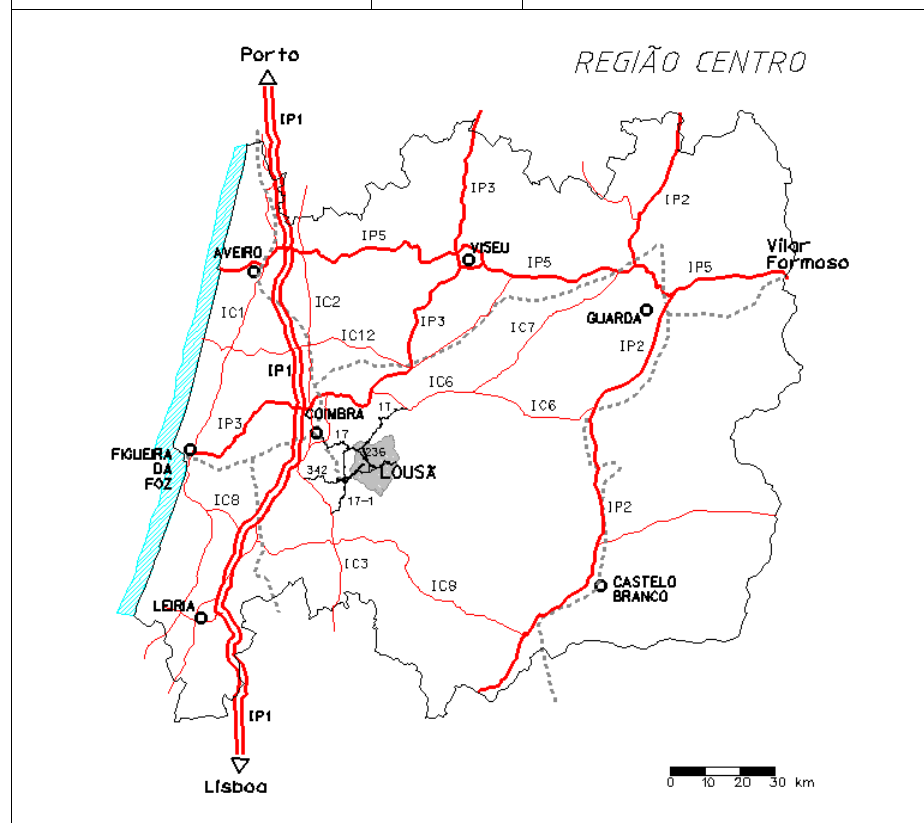
2.8.5.1.4. ENQUADRAMENTO NA REGIÃO

Em termos de enquadramento geográfico, o município da Lousã apresenta uma localização razoavelmente privilegiada relativamente aos acessos aos principais eixos viários nacionais, principalmente aos IP1 e IP3.

A existência de boas ligações regionais e inter-regionais é de importância fundamental para o desenvolvimento do território. O IP1 (A1) a oeste do Concelho, distando 25 km da Sede, permite uma ligação segura e rápida a todo o litoral, bem como a Lisboa (para sul) e Porto (para norte). A ligação através do IP3 ou do IC7 permite o acesso ao interior norte da Região bem como a ligação à fronteira por Vilar Formoso – ver Quadro 37

QUADRO 37 – DISTÂNCIAS QUILOMÉTRICAS DA LOUSÃ

DISTÂNCIA A	KM	LIGAÇÕES VIÁRIAS
Coimbra	27	EN17 – 236
Porto	148	IP1 – EN17 – 236
		IP1 – IC2 – IC3 – EN342
Lisboa	220	IP1 – IC2 – IC3 – EN342
Vilar Formoso (fronteira)	203	IP5 – IP3 – IC7 – IC6 – EN17 – 236
Figueira da Foz (porto marítimo)	72	IP3 – IC2 – IC3 – EN342
		IP3 – IC2 – EN17 – 236
Pedras Rubras (aeroporto)	158	IP1 – EN17 – 236
		IP1 – IC2 – IC3 – EN342
Portela (aeroporto)	220	IP1 – IC2 – IC3 – EN342
IP1 (Condeixa)	25	IC2 – IC3 – EN342
IP3 (Coimbra)	30	2 – EN17 – 236



De salientar ainda, que, embora a distância geográfica deste Município à **capital de Distrito** – Coimbra – seja reduzida, as atuais estradas nacionais não respondem às necessidades. Consta-se o aumento de tráfego na EN17 (Estrada da Beira), sem correspondência entre as últimas obras de remodelação e o aumento de escoamento de tráfego, constata-se que a variante da EN236 a Foz de Arouce já

se encontra um funcionamento, constata-se que a EN342 não se encontra retificada na sua totalidade, nomeadamente o troço final, entre Cervejota e Condeixa, e constata-se ainda o aumento de procura de habitação, na última década, na sede de Concelho – vila da Lousã. Estes fatores têm vindo a aumentar o fosso entre a procura e a oferta, reduzindo o nível de serviço das vias.

2.8.5.1.5. REDE VIÁRIA DO MUNICÍPIO

A rede viária do Município abrange vias classificadas – nacionais e municipais – e uma vasta rede caminhos que não tem atualmente qualquer classificação ou estrutura hierárquica que permita uma fácil identificação.

A identificação da **rede viária classificada do concelho** é realizada em cartas e no Quadro 38.

QUADRO 38 – HIERARQUIA DA REDE VIÁRIA CLASSIFICADA, NO CONCELHO (NO ANO 2010)

CLASSIFICAÇÃO		IDENTIFICAÇÃO	EXTENSÃO (m)
NACIONAL		17, 236 variante a Foz de Arouce, 342, 342 variante à Lousã	28 279
REGIONAL		2	1 355
MUNICIPAL	COLETORA	236, 342-3 (Amiais / limite Conc. Góis), 552, 554 (Serpins / 342), 555	51 110
	DISTRIBUIDORA	17-A, 342-3 (342 / Amiais), 522, 551, 553, 553-1, 553-2, 554 (limite Conc. V. N. Poiares / Serpins), 571, 580, 1206, 1208, 1209, 1209-1, 1211, 1221, 1222, 1223, 1223-1, 1224, 1225, 1226, 1227, 1228, 1229, 1230, 1231, 1232, 1233, 1235, 1236, 1237, 1238	67 021

Fonte: Estradas de Portugal, S.A. 2011, PDM 1993

Relativamente à **rede viária não classificada do concelho**, apenas a designação “**acessos locais**” utilizada no PDM publicado em 1993, permite identificar alguns caminhos que asseguram a ligação a alguns lugares mais isolados, nomeadamente às Aldeias da Serra, com traçados sinuosos na Serra da Lousã:

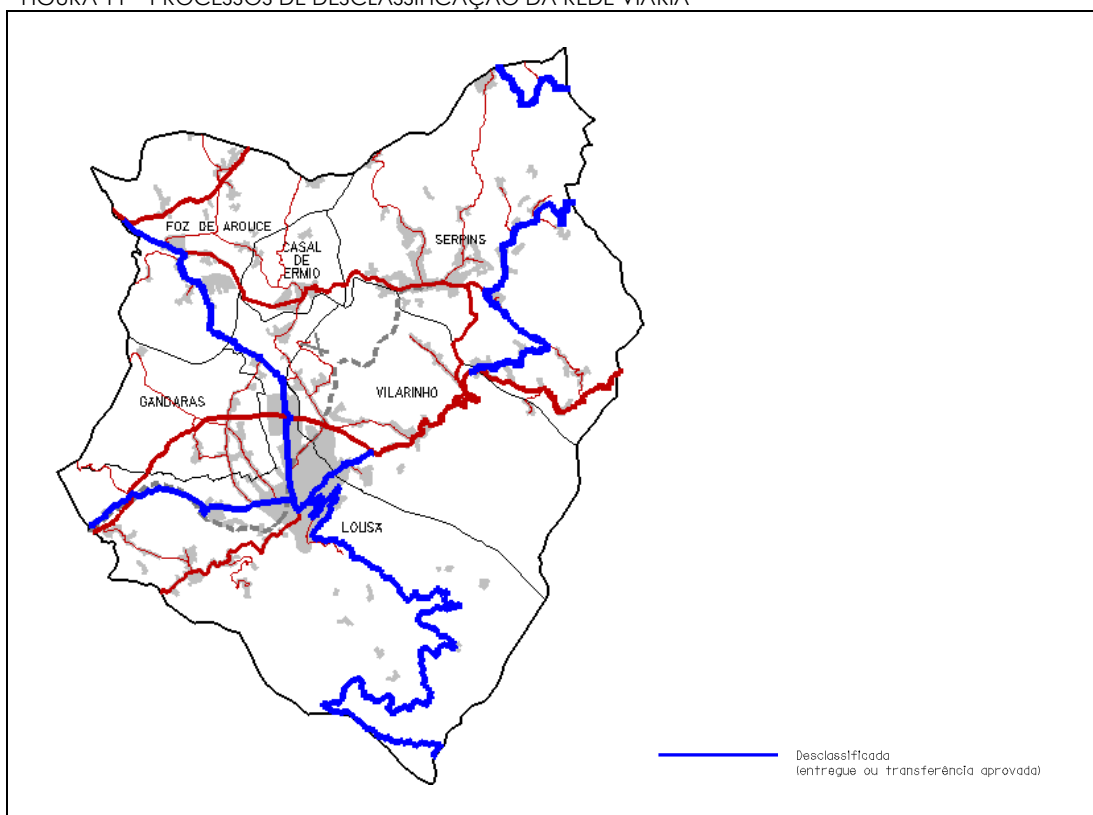
- Candal
- Casal Novo
- Catarredor
- Chiqueiro
- Silveira de Baixo
- Talasnal
- Vaqueirinho.

Ainda integrada na rede viária não classificada e sendo parte do território de características marcadamente florestais, de salientar a grande extensão de

caminhos florestais e de **caminhos rurais**, não contabilizados nem identificados explicitamente, mas que fazem parte da informação geográfica da cartografia de base do concelho. De salientar a importância destes no combate aos incêndios florestais, no acessos às propriedades e no transporte de madeiras provenientes da exploração florestal, sendo ainda utilizadas em percursos de todo-o-terreno e passeios a pé.

Os vários instrumentos de planeamento, quer a nível nacional – Planos Rodoviários Nacionais – quer a nível municipal – Plano Diretor Municipal –, têm prevista a remodelação da rede viária, quer a nível de construção de novas estradas quer em termos de alteração de classificação. Assim, têm decorrido **processos de desclassificação de estradas** e de troços de estradas, de nacionais para municipais, passando a responsabilidade de jurisdição da empresa pública EP (Estradas de Portugal) para a Câmara Municipal. Durante este processo, a estrutura hierárquica irá sofrendo contínuas remodelações – Quadro 39 e Figura 11.

FIGURA 11 – PROCESSOS DE DESCLASSIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA



QUADRO 39 – PROCESSOS DE DESCLASSIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA

IDENTIFICAÇÃO		CLASSIFICAÇÃO			EXTENSÃO (m) 6	PROCESSO DE DESCLASSIFICAÇÃO
		ANTERIOR	ATUAL - 2005 -	FUTURA		
ER2	lim. Conc. V. N. Poiares / lim. Conc. Góis	EN estrada nacional		ER estrada regional	1 355	Desclassificada: (Km 260.915 – Km 262.270) ⁷ Data de entrega: 1995/04/18 Data de homologação: 1995/06/20
17-A	17 (Ponte Velha) / 17 (Ponte Velha)	EN estrada nacional		MD municipal distribuidora	880	Desclassificada: Com retificação do traçado da via 17
236	17/ lim. Conc. Castanheira de Pera	EN estrada nacional		MC municipal coletora	30 339	Desclassificada: (Km 0.000 – Km 4.500) ⁸ Data de entrega: 2001/01/18 Data de homologação: 2001/05/23 (Km 4.500 – Km 30.339) ⁹ Data de entrega: 2000/02/25 Data de homologação: 2000/04/13
342-3	342 (Golpilhares) / lim. Conc. Góis	EN estrada nacional		MC municipal coletora	4 217	Desclassificada: (Km 0.000 – Km 8.709) ¹⁰ Data de entrega: 2000/03/01 Data de homologação: 2000/04/14
	342 (Golpilhares) / lim. Conc. Góis	EN estrada nacional		MD municipal distribuidora	4 419	
342 parcial	lim. Conc. Miranda do Corvo / 342 variante (Vilarinho)	EN estrada nacional		MC municipal coletora	7 796	Desclassificada: (Km 57.584 – Km 65.380) ¹¹ Data de entrega: 2003/10/20 Data de homologação: 2003/12/11
Total desclassificada:					49 079	m
Total:					49 079	m

Fonte: Estradas Portugal, S.A., 2011

As vias do município segundo a sua classificação atual são apresentadas no Quadro 40 e na Figura VII em anexo, sendo a evolução da classificação também apresentada no mesmo Quadro. Conclui-se haver no concelho 28.518 metros de estradas nacionais, 2.717m de regionais, 42.636m de municipais coletoras e 67.021m de municipais distribuidoras.

⁶ Extensão obtida a partir da cartografia numérica à escala 1:10.000 – MNT, em julho/2002

^{7, 3, 4, 5, 6} Dados fornecidos pelas Estradas Portugal, S.A. em setembro/1999, julho/2002 e março/2011

QUADRO 40 – IDENTIFICAÇÃO E EVOLUÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA DO CONCELHO

IDENTIFICAÇÃO		CLASSIFICAÇÃO				EXTENSÃO (m) (1)	OBS.
		PRN85	PDM 1993	PRN 2000	SITUAÇÃO ACTUAL -2010-		
2	Lim. Conc. Vila Nova de Poiares / Lim. Conc. Góis		MC	ER	ER	2 717	
17	Lim. Conc. Miranda do Corvo / Lim. Conc. Vila Nova de Poiares	OE	EN	EN	EN	3 986	
17-A	17 (Ponte Velha) / 17 (Ponte Velha)		MD		MD	881	
236	17 / 342 (Lousã)						
	actual	OE	MC		MC	8 214	
	[variante Foz de Arouce]		EN	EN	EN	7 500	
	342 (Lousã) / Lim. Conc. Castanheira de Pêra		MC		MC	21 632	Processo de desclassificação: Data de entrega: 2000/02/25 Data de homologação: 2000/04/13 (Km 9.111 - Km 30.339) (2)
342	Lim. Conc. Miranda do Corvo / Vilarinho						
	actual		MC		EN	7 556	A desclassificar
	[variante à Lousã]	OE	EN	EN	EN	8 026	
	Vilarinho / Lim. Conc. Góis	OE	EN	EN	EN	8 950	Novo traçado já definido
342-3	342 (Golpilhares) / 552 (Amiais)		MD		MD	4 217	
	552 (Amiais) / Lim. Conc. Góis		MC		MC	4 419	
522	Lim. Conc. Vila Nova de Poiares / 2		MD		MD	596	
551	236 (Póvoa) / 342 (Fontainhas)		MD		MD	4 041	
552	236 (Ponte) / 342-3 (Serpins)		MC		MC	8 474	
553	571 (Freixo) / 342 (Vilarinho)		MD		MD	3 476	
553-1	553 (Gândara) / 236 (Lousã)		MD		MD	1 556	
553-2	Aeródromo / 553		MD		MD	2 378	
554	Lim. Conc. VNP(Alveite Pequeno)/ 552 (Serpins)		MD		MD	5 910	
	552 (Serpins)/ 342 (Covão)		MC		MC	3 558	
555	Lim. Conc. Miranda do Corvo / 236 (Lousã)		MC		MC	4 813	
571	Lim. Conc. Vila Nova de Poiares / 236 (Relvas do Freixo)		MD		MD	6 566	
580	236 (Lousã) / Srª da Piedade		MD		MD	1 701	

1206	Lim. Conc. Miranda do Corvo / 236 (Foz de Arouce)		MD		MD	1 743	
1208	Lim. Conc. Miranda do Corvo / 236 (Foz de Arouce)		MD		MD	355	
1209	Lim. Conc. M. Corvo / 551 (Fontainhas)		MD		MD	3 180	
1209-1	1209 (Espinheiro) / 1233 (Moita)		MD		MD	1 409	
1211	Lim. Conc. Miranda do Corvo / 342 (Alto Padrão)		MD		MD	1 922	
1221	Lim. Conc. Vila Nova de Poiares / 17 (Ponte Velha)		MD		MD	1 009	
1222	17 (Ponte Velha) / Marmeleira		MD		MD	518	
1223	17 (Ponte Velha) / 236 (Foz Arouce)		MD		MD	2 411	
1223-1	1223 (Vale Escuro) / 571 (Casal de Ermio)		MD		MD	2 235	
1224	Lim. Conc. VNP (Forcado) / 552 (Serpins)		MD		MD	4 426	
1225	554 / Tojal		MD		MD	481	
1226	342-3 (Maria Mendes) / Lomba do Alveite		MD		MD	1 233	
1227	342-3 / Ribeira do Conde		MD		MD	680	
1228	342-3 / Quatro Águas		MD		MD	664	
1229	342-3 / Valada		MD		MD	413	
1230	342-3 (Avessada) / 342		MD		MD	2 180	
1231	342 (Covas) / Cabanões		MD		MD	954	
1232	554 / Casais		MD		MD	1 624	
1233	551 (Fontainhas) / 342 (Ponte do Areal)		MD		MD	1 985	
1235	342 (Padrão) / 555 (Levegadas)		MD		MD	2 874	
1236	1235 / Vale de Neira		MD		MD	401	
1237	555 (Vale de Maceira) / Vale de Nogueira		MD		MD	2 604	
1238	342 / Fiscal		MD		MD	398	
EXTENSÕES TOTAIS POR CLASSIFICAÇÃO ACTUAL (ano 2010)		EN - Estrada Nacional		36 018	metros		
		ER - Estrada Regional		2 717	metros		
		MC - Municipal Colectora		51 110	metros		
		MD - Municipal Distribuidora		67 021	metros		

(1) Extensão obtida a partir da cartografia numérica à escala 1:10.000 - MNT, em julho/2002

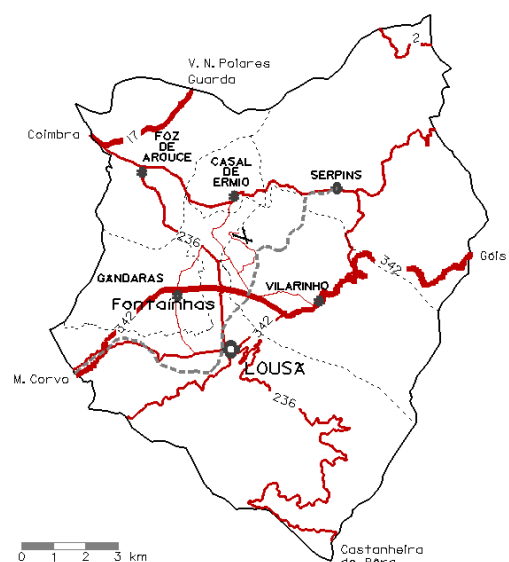
(2) Dados fornecidos pelas Estradas Portugal, S.A. em setembro/1999, julho/2002 e março 2011

OE – Outras Estradas (nacionais); EN - Estrada Nacional; ER - Estrada Regional; MC - Municipal Colectora; MD - Municipal Distribuidora

Para uma melhor perceção dos meios de ligação e das distâncias entre os principais lugares do Concelho, o Quadro 41 resume essa informação relativamente às sedes de freguesia e à rede viária principal.

QUADRO 41 – DISTÂNCIAS QUILOMÉTRICAS ENTRE SEDES DE FREGUESIA

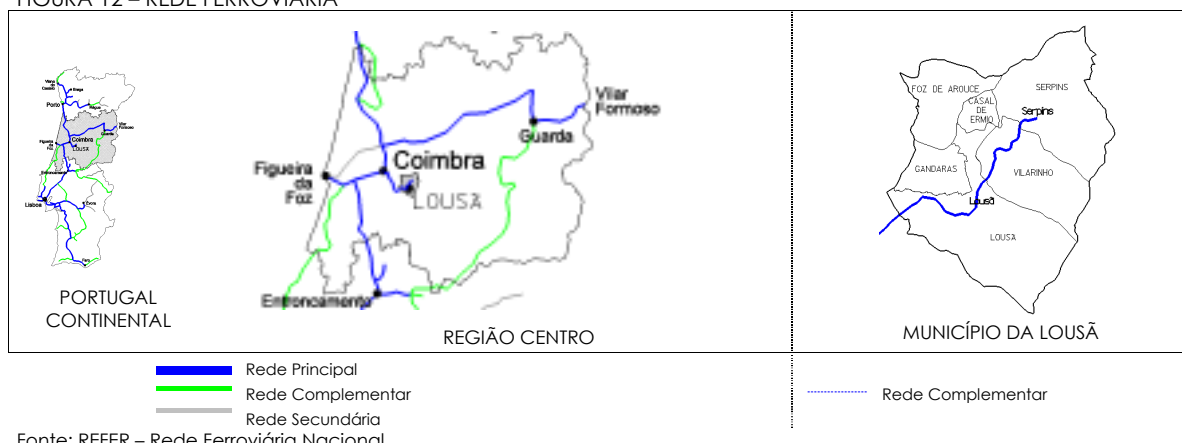
Sede de Freguesia (FREGUESIA)	Casal de Ermio	Foz de Arouce	Fontainhas (GÂNDARAS)	Lousã	Serpins	Vilarinho
Casal de Ermio		3.4	5.0	5.5	4.5	5.6
Foz de Arouce			5.0	7.3	7.9	8.1
Fontainhas (GÂNDARAS)				3.0	9.5	4.7
Lousã					9.2	3.5
Serpins						5.7
Vilarinho						



2.8.5.2. REDE FERROVIÁRIA

O Município da Lousã é servido por uma ligação ferroviária, entre Coimbra e Serpins, designada por **Ramal da Lousã** que, por sua vez, permite o acesso ao eixo ferroviário fundamental Lisboa/Porto, bem como às ligações internacionais, estando assim integrada na rede ferroviária nacional. A ligação ao eixo fundamental é realizada em Coimbra, na estação Coimbra-B, através de Coimbra-Parque/Coimbra.

FIGURA 12 – REDE FERROVIÁRIA



Atualmente o Ramal da Lousã é constituído por uma via única, não eletrificada, com alguns troços e pontões em condições deficitárias de segurança. A circulação é realizada em automotoras, faltando substituir algumas delas por material novo. As novas automotoras apresentam boas condições de conforto, incluindo aquecimento e som centralizado. Integram ainda esta rede, várias estações e apeadeiros.

A conciliação de esforços entre as Autarquias de Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra, através da Sociedade constituída para o efeito – Sociedade Metro Mondego, SA. – procura a valorização desta linha ferroviária, tendo como um dos cenários a transformação em **Metro de Superfície**, com remodelação da linha e do material circulante, e ampliação, remodelação e racionalização de estações e apeadeiros que, permitirão um maior desempenho e redução de tempos de viagem.

No que diz respeito a **transportes públicos**, a principal linha comercial de transporte de passageiros é efetuada por meio da linha ferroviária, através de ligações de periodicidade horária à cidade de Coimbra.

2.8.5.3. LIGAÇÕES AÉREAS

O **Aeródromo da Lousã** tem uma localização central em relação à área geográfica do Concelho, situando-se próximo do lugar de Rogela e é a única infraestrutura de meios aéreos do Município da Lousã. É no entanto servido apenas por uma via municipal de traçado e perfil transversal bastante condicionado.

Em termos de características¹² genéricas, o aeródromo encontra-se a uma altitude máxima de 196 metros e é composto por duas pistas, de 560 e 635 metros de extensão¹³ e 10 metros de largura, em piso de asfalto, só para aviões ligeiros, não proporcionando a utilização por aviões de grande envergadura e permitindo apenas utilização diurna.

¹² Informação da Direção-Geral da Aviação Civil, ficha M.P.C.-Portugal, AGA 2-17, de 27/02/92

¹³ Informação obtida localmente no ano 2001

Este aeródromo encontra-se aprovado somente para uso no apoio ao combate aos incêndios florestais. Com efeito, no período compreendido entre os meses de julho e setembro o aeródromo serve de base para a instalação de meios operacionais de combate a incêndios florestais, dando cobertura essencialmente aos municípios de Arganil, Vila Nova de Poiares, Góis, Lousã, Miranda do Corvo e Penela, correspondentes aos concelhos a Norte da Serra da Lousã.

2.8.5.4. TRANSPORTES

O setor em análise é de interesse em termos de transporte de pessoas e de mercadorias, no entanto irá ser abordado apenas em termos dado a sua superioridade de importância neste Município.

Em termos de mobilidade de pessoas (passageiros), no município da lousã, pode-se diferenciar em:

- Sistema de transportes coletivos – rodoviário e ferroviário;
- Transporte escolar.

O sistema de **transportes coletivos de passageiros** no município engloba os meios rodoviários e ferroviários – transportes terrestres – e é assegurado por empresas de transportes privadas de utilização pública.

Os meios rodoviários são facultados pela RBL (Rodoviária da Beira Litoral), em carreiras normais, umas cobrindo todas as freguesias no interior do município e outras que estabelecem ligação com Concelhos limítrofes – Coimbra, Góis e Miranda do Corvo.

Atualmente encontra-se em remodelação o Ramal da Lousã, outrora assegurada pela existência de automotoras, que efetuavam a circulação de passageiros entre Coimbra e Serpins e que será convertido para um sistema de metro ligeiro de superfície, através da remodelação da linha e do material circulante, bem como da eletrificação da via.

A complementar este sistema e em alternativa ao transporte coletivo de pessoas, existe nos principais lugares o serviço de transporte individual em Praças de Táxi –

táxis e carros de aluguer –, localizadas na estação da CP em Serpins, e junto ao edifício da Câmara Municipal e estação da CP da Lousã.

O sistema de transportes em vigor tem características não urbanas, isto é, serve toda a área do município na generalidade e ainda com ligações entre municípios, atravessando os lugares, não existindo transportes exclusivamente urbanos nem mesmo na sede de concelho.

O **transporte escolar** é assegurado pelas Juntas de Freguesia e pela Câmara Municipal, através de viaturas próprias ou através de protocolos com empresas de transportes privadas de utilização pública.

Numa rede de comunicações – transportes –, as **“Interfaces”**¹⁴ são “nós” onde o passageiro inicia ou termina o seu percurso, muda de modo de transporte ou faz conexões entre diferentes linhas do mesmo modo. Pode ainda ser comparável a uma estação intermodal.

Constata-se, no município da Lousã, a existência de um pequeno número de situações do 1º tipo de “interface”, concretamente alguns abrigos para passageiros nas paragens de autocarros e na praça de táxis nas traseiras do edifício da Câmara Municipal. Do 2º tipo, nomeadamente praças, largos ou áreas envolventes das estações da CP, existem muito poucas situações e sem arranjos físicos ou infraestruturas mínimas de apoio. Uma infraestrutura só com cobertura, criada recentemente, junto ao apeadeiro da Lousã, ao Parque de Exposições e Feiras e à Feira semanal, serve de apoio aos autocarros da Câmara Municipal. Não existem no Município, Estações de Camionagem ou Centrais Coordenadoras de Transportes.

¹⁴ definição apresentada no “Manual de Planeamento e Gestão de Transportes”, DGTT, versão provisória de março de 1985

2.8.5.5. ESTACIONAMENTOS

A questão dos estacionamento tem vindo a ganhar importância e consequentemente aumento de preocupações desde o início da década de 90, com o rápido crescimento do parque habitacional, mais acentuado na sede de Concelho, bem como com o aumento do parque automóvel.

Verifica-se alguma carência de lugares de estacionamento, mais evidenciada nas áreas centrais da Vila, mais antigas e consolidadas, principalmente em zonas de Serviços e Comércio/Abastecimento e menos notória nas zonas residenciais novas.

Relativamente ao estacionamento privativo, na última década, tem-se verificado a preocupação de assegurar lugares de estacionamento de apoio às residências – na habitação coletiva –, nas caves dos edifícios.

Em termos de estacionamento público, o predominante é ao longo das ruas. Parques de estacionamento, são inexistentes ou de reduzidas dimensões. A modalidade do estacionamento público temporário e pago – com parquímetro –, é muito recente e restrita quase só a uma área central envolvente dos Paços do Concelho, parcialmente em dois quarteirões, a fim de promover a rotação de veículos estacionados.

Nos aglomerados urbanos de pequenas dimensões, de um modo geral não se verificam problemas de falta de área de estacionamento, dado predominar a habitação unifamiliar isolada. Excetuam-se aqueles onde predomina a habitação unifamiliar em banda, como é o caso dos lugares de Foz de Arouce, Ribeira, Fontainhas, Reguengo e Papanata, onde o estacionamento se faz predominantemente ao longo das ruas, em condições deficitárias de espaço e de segurança.

ANEXOS (ESTUDOS DE CARATERIZAÇÃO)

QUADROS:

QUADRO A – Evolução Demográfica por Lugar – população, alojamentos e famílias (Censos1991 e Censos2001)

QUADRO B – Matriz de Equipamentos

QUADRO C – Descrição de Equipamentos

FIGURAS:

- Fig. I – Evolução do Número de Habitantes por Lugar – 1940-2001
- Fig. II – Síntese dos Equipamentos Coletivos
- Fig. III – Síntese dos Equipamentos de Turismo e Património
- Fig. IV – Rede Geral de Abastecimento de Água
- Fig. V – Rede Geral de Água Residuais
- Fig. VI – Rede de Energia e Telecomunicações
- Fig. VII – Rede Viária

QUADRO A: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA POR LUGAR – população, alojamentos e famílias
(Censos2001 e Censos91)

FREGUESIAS	LUGARES (CENSOS_2001)	2001				1991			
		TOTAL HOMENS RESIDENTES	TOTAL INDIVÍDUOS RESIDENTES	TOTAL ALOJAMENTOS	TOTAL FAMÍLIAS CLÁSSICAS	TOTAL HOMENS RESIDENTES	TOTAL INDIVÍDUOS RESIDENTES	TOTAL ALOJAMENTOS	TOTAL FAMÍLIAS CLÁSSICAS
CASAL DE ERMIO	CASAL DE ERMIO*	171	330	182	108	149	296	165	108
	VALE ESCURO*	0	0	0	0				
	VALE SANCHO*	15	23	16	9	14	23	11	7
	ISOLADOS	5	9	10	4	8	19	20	5
FOZ DE AROUCE	ALÇAPERNA	33	74	41	29	41	81	51	28
	COVELOS	51	99	46	34	37	79	56	29
	FORTE DA PULGA	18	36	23	14	17	35	22	12
	FOZ DE AROUCE*	170	352	167	123	173	353	197	111
	FRAMILO	14	29	15	10	11	29	21	9
	MARMELEIRA	28	56	25	21	35	73	37	26
	MINGACHOS*	6	12	7	3	1	2	13	1
	PONTE	21	48	27	18	28	64	31	21
	PONTE VELHA	66	148	77	57	62	136	77	48
	POUSAFOLAS	13	26	12	11	10	22	15	8
	RELVIOS*	28	61	27	20	27	54	28	16
	VALE DE AIRES	17	36	15	13	15	28	13	8
	VALE DA CASA	7	15	7	5				
	VALE DA CLARA	3	7	9	3	0	0	0	0
	VALE DE FERRO	3	7	4	4				
	VALE ESCURO*	9	22	13	9	13	30	19	9
	VALE SANCHO*	0	0	0	0	2	5	3	3
	VIDEIRA	32	59	27	18	35	64	22	18
	ISOLADOS	14	25	10	8	12	23	20	10
LOUSÃ ...	ALFOCHEIRA	34	70	43	28	32	69	48	25
	ALTO DO PADRÃO	0	0	0	0				
	CACILHAS	44	88	48	32	46	89	39	27
	CANDAL	1	2	47	1	9	22	100	11
	CASAL DE ERMIO*	0	0	0	0				
	CASAL NOVO	0	0	25	0	0	0	30	0
	CATARREDOR	8	15	16	6	3	5	44	2
	CEIRA DOS VALES	67	150	87	60	81	184	96	63
	CHIQUERO	1	3	10	2	2	4	16	2
	CORNAGA*	7	16	10	7	7	18	15	9
	COVA DO LOBO	42	80	46	31	35	69	63	24
	CUME	27	58	23	19	29	58	21	17
	EIRA DA CALVA	40	83	38	27	44	84	37	28
	ESPINHEIRO	106	209	88	67	79	166	78	54

...

...

FREGUESIAS	LUGARES (CENSOS_2001)	2001				1991			
		TOTAL HOMENS RESIDENTES	TOTAL INDIVÍDUOS RESIDENTES	TOTAL ALOJAMENTOS	TOTAL FAMÍLIAS CLÁSSICAS	TOTAL HOMENS RESIDENTES	TOTAL INDIVÍDUOS RESIDENTES	TOTAL ALOJAMENTOS	TOTAL FAMÍLIAS CLÁSSICAS
... LOUSÃ	FÓRNEA	38	75	30	24	36	72	30	22
	FOZ DE AROUCE*	0	0	0	0				
	FREIXO*	3	4	2	1				
	GÂNDARA	714	1471	690	512	530	1035	682	465
	LEVEGADAS	114	233	125	83	101	207	123	76
	LOUSÃ*	3026	6351	3307	2321	2236	4751	1919	1385
	MINGACHOS*	0	0	0	0				
	OLIVAL	12	28	16	11	17	41	24	14
	PADRÃO	77	157	82	55	59	134	76	53
	PEGOS	48	99	68	37	54	117	57	38
	PORTO DA PEDRA	20	45	37	18	26	66	45	25
	PÓVOA	133	272	155	97	92	194	113	66
	RELVAS DO FREIXO*	45	85	34	26	43	75	29	22
	RELVIOS*	6	10	4	3				
	TALASNAL	1	2	37	1	0	0	65	0
	VALE DE MACEIRA	113	223	130	83	134	264	155	89
	VALE DE NEIRA	31	67	50	28	34	87	51	33
	VALE DE NOGUEIRA	22	43	47	19	36	67	67	29
	VALE DOMINGOS	5	9	11	4	7	13	14	4
	VALE PEREIRA DO AREAL	90	191	80	64	52	100	33	29
	VALE DO PORTO DA PEDRA	40	78	31	23				
	VAQUEIRINHO	2	3	10	2	3	7	30	3
	ISOLADOS	84	175	99	63	215	423	165	99
SERPINS ...	ALCAIDE	14	28	16	9	16	30	16	11
	ALVEITE PEQUENO	25	56	29	22	27	60	27	21
	AMIAIS	33	71	35	26	24	53	32	20
	AVESSADA	9	22	18	11	17	42	19	17
	BOAVISTA	4	8	7	5	5	13	11	6
	BOQUE*	0	0	0	0				
	BRAÇAL	8	17	16	7	11	22	16	9
	CHÃ	3	6	6	2	2	3	12	1
	CODEÇAIS	13	26	16	9	10	25	20	11
	COVAS	4	7	6	3	7	13	11	5
	COVA DO BARRO	33	71	53	34	38	84	55	34
	FORCADO	1	4	7	2			10	3
	GOLPILHARES*	55	130	56	47	41	102	56	35
	LOMBA DE ALVEITE	31	58	32	21	20	45	33	17
	MATAS	15	30	29	12	22	54	40	25
	OUTEIRO	100	204	115	77				

...

...

FREGUESIAS	LUGARES (CENSOS_2001)	2001				1991			
		TOTAL HOMENS RESIDENTES	TOTAL INDIVÍDUOS RESIDENTES	TOTAL ALOJAMENTOS	TOTAL FAMÍLIAS CLÁSSICAS	TOTAL HOMENS RESIDENTES	TOTAL INDIVÍDUOS RESIDENTES	TOTAL ALOJAMENTOS	TOTAL FAMÍLIAS CLÁSSICAS
... SERPINS	PÓVOA*	28	61	27	23	22	45	32	14
	QUATRO ÁGUAS	21	39	27	16	27	51	32	22
	QUINTÃ	13	19	8	8	23	42	15	13
	RELVAS	19	41	19	16				
	RIBEIRA DO CONDE	3	7	10	3	6	18	19	7
	RODAS	24	47	29	16	17	37	22	12
	SERPINS	98	208	100	71	133	283	156	92
	SILVARES	8	20	12	8	8	19	12	7
	SOUTELO	14	29	18	13	14	30	25	13
	TERRA DA GAGA	14	29	20	12	14	33	19	17
	TOJAL	44	84	44	28	26	57	42	20
	VALADA	22	49	35	21	14	34	47	13
	VALEIRO	29	67	36	24	29	55	27	22
	VALE DE MADEIROS	68	137	66	46	40	80	40	25
	ISOLADOS	63	137	88	51	70	159	97	59
VILARINHO	LOUSÃ*	290	590	273	196	291	576	231	188
	BOQUE*	39	85	34	28	50	105	37	29
	CABANÕES	8	13	17	5	10	18	20	6
	CASAIS	15	40	25	18	31	69	59	28
	CASAL DE ESPÍRITO SANTO	82	171	109	66	107	227	99	76
	CORNAGA*	0	0	4	0				
	COVÕES DE CIMA	11	19	8	7				
	FISCAL	95	199	86	68	75	158	67	54
	FREIXO*	70	137	80	48	69	151	66	47
	GOLPILHARES*	3	7	4	2				
	PÓVOA*	0	0	0	0				
	PRILHÃO	50	99	46	36	56	119	54	37
	REGUENGO	16	35	14	10	9	18	13	6
	RELVAS DO FREIXO*	0	0	1	0				
	ROGELA	32	62	46	27	33	68	48	30
	SARNADINHA	90	193	75	61	73	156	64	45
	VALE	99	203	87	75	97	189	76	58
	VILARINHO	146	278	157	101	154	313	184	108
	ISOLADOS	22	41	22	15	24	54	42	18

*

- Lugar comum a 2 ou mais Freguesias

- Lugares com predominância de crescimento demográfico

- Lugares com predominância de decréscimo demográfico

QUADRO B: MATRIZ DE EQUIPAMENTOS (continua – 1/2)

FREGUESIA	LUGAR	ENSINO						AÇÃO SOCIAL						DESPORTO						SAÚDE			SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL				CULTURA										DIVERSOS																																																																																																																																																			

EDUCAÇÃO	AÇÃO SOCIAL	DESPORTO	SAÚDE	PROTEÇÃO CIVIL	CULTURA	DIVERSOS
13 Infantários/Jardins de Infância	1 Lar de Deficientes da ARCIL	5 Campos de Futebol (105/70)	1 Centro de Saúde	2 Quartel de Bombeiros	1 Biblioteca	5 Cemitérios
1 Escola de Ensino Especial/Formação Profissional	1 Apartamento da ARCIL	1 Campo de Rãguebi	1 Extensão do Centro de Saúde	1 Aeródromo	2 Museu	1 Tribunal
15 Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico	1 Centro de Estimulação Precoce	4 Pavilhões Desportivos	3 Farmácias	1 Escola Nacional de Bombeiros / Centro de Formação	CT 1 Cine –Teatro	1 Repartição de Finanças
1 Escolas de 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico	2 Creche	6 Polidesportivos		1 Quartel da GNR	2 Órgãos de Comunicação Escrita	1 Correios
1 Escola Secundária	6 Atividades de Tempos Livres (ATL)	2 Ginásios			1 Estação de Rádio	1 Conservatória
1 Escola Técnico-Profissional	1 Lar de Idosos	1 Piscina Coberta			20 Centros/Associações Culturais e Recreativas	1 EDP
	6 Centros de Dia	1 Piscina Descoberta			1 Espaço de Feiras e Exposições	
	6 Apoio Domiciliário	1 Campo de Ténis			2 Escolas de Música	
					F 2 Associações Filarmónicas	
					3 Ranchos Folclóricos	

QUADRO B: MATRIZ DE EQUIPAMENTOS (continuação – 2/2)

FFREGUESIA	LUGAR	TURISMO						PATRIMÓNIO CLASSIFICADO / VESTIGIOS ARQUEOLÓGICOS																PATRIMÓNIO PAISAGISTICO													
																																					
Casal de Ermio	Casal de Ermio	•					•	•																													
Foz de Arouce	Covelos																																				
	Foz de Arouce			•				•			•																										
	Relvios																																				
Gândaras	Cume																																				
	Casal das Fráguas																																				
Lousã	Ceira dos Vales	•																																			
	Casal de Espírito Santo			•																																	
	Lousã	•		•	•	•	•	•			•	•	•	•	•	•		•	•	•	•	•	•	•	•		*		•			•	•	•			
	Vale de Neira																																				
	Vale Nogueira																																				
	Vale Pereira do Areal			•																																	
Serpins	Outeiro																																				
	Serpins		•	•			•							•														•		*	•	•	•	•			
	Terra da Gaga	•																																			

Nota: * - Serra da Lousã e Serra de Sacões

TURISMO	PATRIMÓNIO CLASSIFICADO	PATRIMÓNIO CLASSIFICADO (Cont.)	PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO	PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO (Cont.)
Alojamento Turístico	Monumento Nacional (MN)	Pelourinho (IIP)	Espaço Cultural/Natural da Zona do Castelo e Sr.º da Piedade	Piscinas Naturais
Parques de Campismo	Imóvel de Interesse Público (IIP)	Casa/Solar (IIP)	Área de Interesse Botânico da Mata do Sobral	Parques de Merendas
Equipamentos de Restauração	Imóvel Interesse Municipal (IIM)	Fábrica (IIM)	Rede Natura 2000 – Sítio PTCON 0060 – Serra da Lousã	Aldeias Serranas
Posto de Informações Turísticas	Em vias de classificação	Casa/Solar (IIM)	Açudes no Rio Ceira	Miradouros
Produtos Naturais – Mel da Serra da Lousã	Castelo (MN)	Casa/Solar (EV)	Elemento Paisagístico de Interesse relevante	
Produtos Naturais – Artesanato	Pelourinho (MN)	Igreja/Solar (IIM)		
	Igreja/Capela (IIP)	Aldeias de Xisto		
		Vestígios Arqueológicos		

QUADRO C: DESCRIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (continua – 1/2)

FREGUESIA LUGAR/LOCAL	EDUCAÇÃO	AÇÃO SOCIAL	DESPORTO	SAÚDE	SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL	CULTURA	SALUBRIDADE PÚBLICA	PATRIMÓNIO CULTURAL	TURISMO E LAZER
FREGUESIA DE CASAL DE ERMIO									
Casal de Ermio	Jardim de Infância de Casal de Ermio	Centro de Dia da C.P. de Casal de Ermio	Polidesportivo (CML)			Clube Recreativo Erminense	Cemitério de Casal de Ermio		Praia Fluvial da Bogueira
	Escola do 1.ºCEB de Casal de Ermio								Parque de Merendas do Pisco
									Casa da Eira - Apiturismo
FREGUESIA DE FOZ DE AROUCE									
Foz de Arouce	Jardim de Infância de Foz de Arouce		Polidesportivo (ACM)			Comissão de Melhoramentos de Foz de Arouce	Cemitério de Foz de Arouce	Casa de Foz de Arouce (IIM)	Parque de Merendas de Foz de Arouce
	Escola do 1.ºCEB de Foz de Arouce								
Ponte Velha	Jardim de Infância da Ponte Velha					Centro Social e Cultural da Ponte Velha			
	Escola do 1.ºCEB da Ponte Velha								
Ponte			Polidesportivo (CML) Campo de Futebol/CML						
FREGUESIA DAS GÂNDARAS									
Fontainhas	Jardim de Infância das Fontainhas	Centro de Dia das Fontainhas	Campo de Futebol (C.A. Gândaras)			Associação Recreativa e Cultural das Gândaras			
	Escola 1.ºCEB das Fontainhas								
FREGUESIA DE SERPINS									
Serpins	Jardim de Infância de Serpins	Centro de Dia do CPSSF de Serpins	Pavilhão Gimnodesportivo (J.F. Serpins)	Extensão do Centro de Saúde de Serpins	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Serpins	Associação Filarmónica Serpinense	Cemitério de Serpins	Pelourinho de Serpins (IIP)	Praia Fluvial da Sr.ª da Graça
	Jardim de Infância do CPSSF de Serpins					Rancho Folclórico Flores de Serpins		Parque de Campismo de Serpins	
	Escola do 1.ºCEB de Serpins	Creche do CPSSF de Serpins	Campo de Futebol (A.D. Serpinense)	Centro Paroquial de Serpins – Jornal "A voz de Serpins"					
	Escola do 1.ºCEB de St.º António								
Maria Mendes	Escola do 1.ºCEB de Maria Mendes								
Matas	Escola do 1.ºCEB de Matas								
Lomba						Associação Desportiva Travessense			
Casal de Santo António								Fábrica de Papel do Boque (IIM)	Açude do Boque
Terra da Gaga									Casa do Vale Linteiro – Casa de Campo
FREGUESIA DE VILARINHO									
Vilarinho	Jardim de Infância de Vilarinho	Centro de Dia de Vilarinho	Polidesportivo (CML)			Rancho Folclórico e Etnográfico do Clube Recreativo Vilarinhense	Cemitério de Vilarinho	Igreja Paroquial de Vilarinho (IIP)	Cabeço da Ortiga (Serra da Lousã)
	Escola do 1.ºCEB de Vilarinho					Clube Recreativo Vilarinhense			
Freixo	Jardim de Infância do Freixo				Escola Nacional de Bombeiros – Centro de Formação Aeródromo da Lousã				
	Escola do 1.ºCEB do Freixo								
Sarnadinha			Campo de Futebol (CML)						
Prilhão	Escola do 1.ºCEB do Prilhão					Associação Recreativa e Cultural da Ribeira do Prilhao			
Fiscal								Capela de Santa Rita (IIP)	
								Casa dos Lopes Quaresma (IIM)	
								Casa dos Magalhães Mexia (IIM)	

QUADRO C: DESCRIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (continuação – 2/2)

FREGUESIA LUGAR/LOCAL	EDUCAÇÃO	AÇÃO SOCIAL	DESPORTO	SAÚDE	SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL	CULTURA	SALUBRIDADE PÚBLICA	PATRIMÓNIO CULTURAL	TURISMO E LAZER
FREGUESIA DA LOUSÃ									
Lousã	Jardim de Infância de St.ª Rita	Lar de Idosos da S.C.M. da Lousã	Pavilhão dos Desportos (CML)	Centro de Saúde da Lousã	Bombeiros Municipais da Lousã	Biblioteca Municipal da Lousã	Cemitério da Lousã	Castelo da Lousã (MN)	Piscinas Naturais da Sr.ª da Piedade
	Jardim de Infância do Regueiro		Pavilhão Gimnodesportivo (CML)			Ecomuseu da Serra da Lousã (Museu Municipal Dr. Álvaro Viana de Lemos)		Pelourinho da Lousã (MN)	
	Jardim de Infância da SCM Lousã		Pavilhão Desportivo (CML)			Ecomuseu da Serra da Lousã (Museu Etnográfico Dr. Louzã Henriques)		Capela da Misericórdia da Lousã (IIP)	
	Escola 1.º CEB de St.ª Rita	Centro de Dia da S.C.M. da Lousã	Cine-Teatro da Lousã			Palácio dos Salazares (IIP)		Zona do Castelo e Ermidas da Sr.ª da Piedade	
	Escola 1.º CEB da Lousã N.º 2		Sociedade Filarmónica Lousanense	Casa de Cima da Rua Nova (IIP)		Miradouro do Alto do Trevim			
	Escola 2.º e 3.º CEB da Lousã		Creche da S.C.M. da Lousã	Piscinas Municipais cobertas (CML)				Rancho Folclórico “Estrelinhas” da Ponte do Areal	Casa de Baixo da Rua Nova (IIM)
		Piscina Municipal descobertas (CML)		Cooperativa Editora de Promoção Cultural – O Trevim		Casa do Fundo da Vila (IIM)		Miradouro da Torraстеira	
		Escola Secundária da Lousã		Polidesportivo (CML)	Destacamento Territorial da GNR	Cooperativa Cultural ArteVia		Casa de Santa Rita (IIM)	Miradouro da Varanda do Gevim
	Polidesportivo (EDP)		Associação Viva a Escola da Lousã	Casa da Quinta de Baixo (IIM)					
		Escola Profissional da Lousã	Centro de Estimulação Precoce da S.C.M. da Lousã	Farmácia Serrano		Clube de Campismo da Lousã		Casa Comendador Montenegro (IIM)	Parque de Merendas do Terreiro das Bruxas
						Ginásio Floresta (Privado)			
	Campo de Râguebi				Clube de Caça e Pesca da Lousã				
	ARCIL – Associação de Recuperação dos Cidadãos Inadaptados da Lousã	Lar de Deficientes da ARCIL	Farmácia Fonseca	Arte Via – Cooperativa Cultural	Casa de São Bento (IIM)	Parque de Merendas da Fonte Fria			
				Apartamento da Arcil				Associação de Caçadores da Lousã	
		Ginásio do campo de Râguebi						Corpo Nacional de Escutas/agrupamento 656 Lousã	
	Levegadas	Jardim de Infância das Levegadas	Centro de Dia das Levegadas						
	Escola 1.ºCEB das Levegadas								
Pegos	Jardim de Infância dos Pegos	Associação do Pinhal/Pegos							
	Escola do 1.ºCEB o dos Pegos								
Vale de Neira			Campo de Futebol (CML)						
(Freixo)					Polícia Florestal				
Vale Maceira									
Ceira dos Vales						Associação Cultural e Recreativa de Ceira dos Vales			Quintal do Além Ribeiro – Turismo Rural
Padrão						Associação Recreativa e Cultural do Padrão			
Vale de Nogueira						Comissão de Melhoramentos de Vale Nogueira			
Cova do Lobo						Centro de Convívio de Cova do Lobo e Marco Espinho			
Serra da Lousã								Aldeias Serranas	

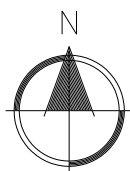
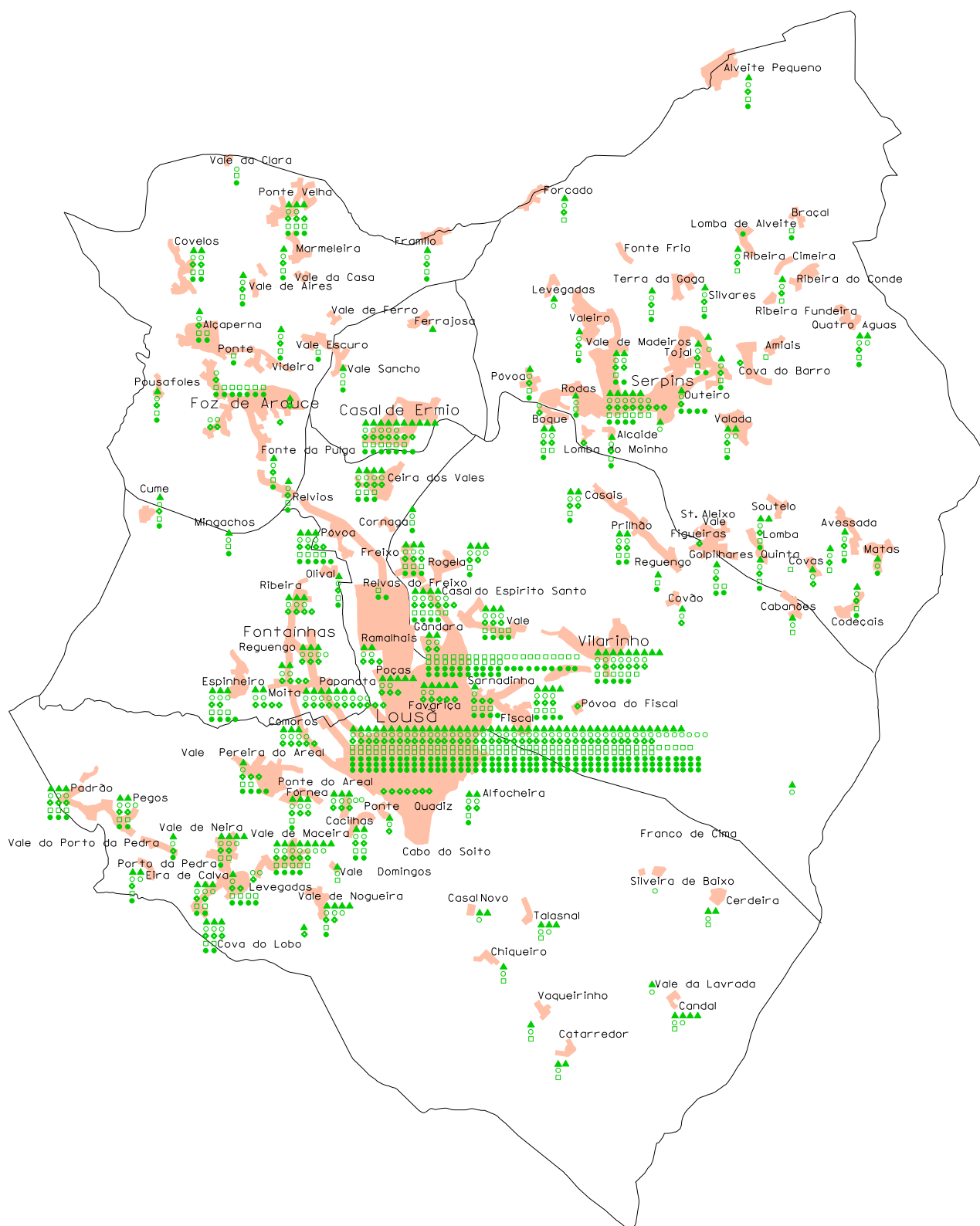


FIG. I
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE HABITANTES POR LUGAR
1940 - 2001
LOUSÃ



1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Fonte: Censos 1940, 1960, 1981, 1991 e 2001
OUTUBRO 2011
SISTEMA DE COORDENADAS - DATUM 73
SISTEMA DE PROJEÇÃO - GAUSS
Escala de Informação - 1:25000
Escala de Impressão - 1:50000

POPULAÇÃO

- ▲ População Presente em 1940
- População Residente em 1960
- ◆ População Presente em 1981
- População Presente em 1991
- População Residente em 2001

(Cada unidade corresponde a 50 habitantes)

TOPONIMIA ADMINISTRATIVA

LOUSÃ - Nome de Sede de Freguesia
Foz de Arouce - Nome do Lugar

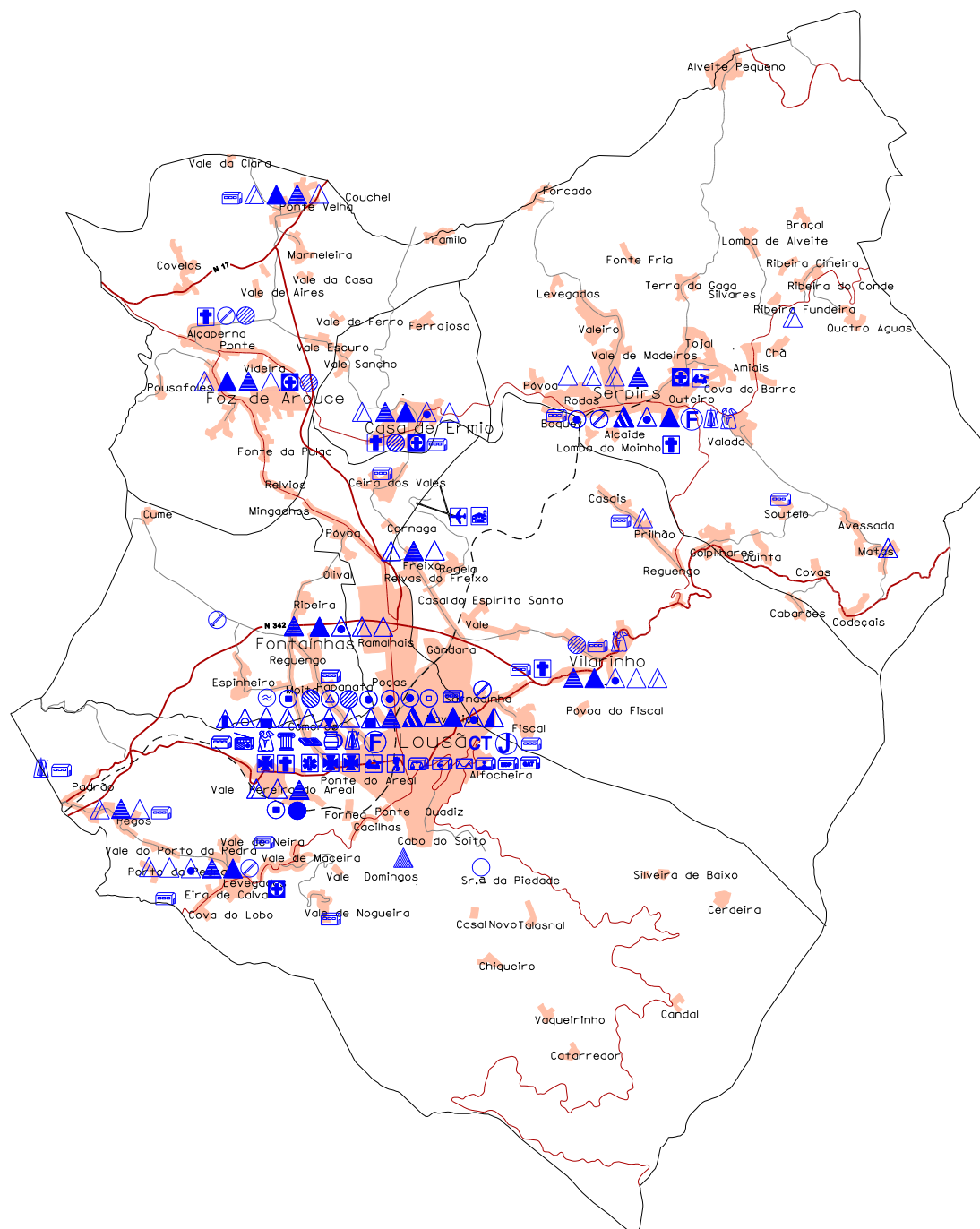
LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Limite de Concelho
- Limite de Freguesia
- Aglomerado Urbano

FIG. II

SÍNTESE DOS EQUIPAMENTOS COLETIVOS

Lousã



1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

SISTEMA DE COORDENADAS - DATUM 73
SISTEMA DE PROJECAD - GAUSS
Escala Base de Informacao - 1:25000
Escala de Impressao - 1:100000

OUTUBRO 2011

- | | |
|---|--|
|  | Lar de deficientes |
|  | Apartamento - ARCIL |
|  | Creche |
|  | Lar de Idosos |
|  | Centro de dia |
|  | Atividades de Tempos Livres |
|  | Centro de Estimulação Precoce |
|  | Apoio Domiciliário |
|  | Infantário/Jardim de Infância |
|  | Escola Ensino Especial/Formação Profissional |
|  | Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico |
|  | Escola do Ensino Básico 2º e 3º ciclo |
|  | Escola Secundária |
|  | Escola Técnico-Profissional |
|  | Centro de Saúde |
|  | Extensões do Centro de Saúde |
|  | Farmácias |

-  Polidesportivo coberto/descoberto
-  Campo de futebol (105 x 70 m)
-  Pavilhão desportivo
-  Piscina coberta
-  Piscina descoberta
-  Campo de Râguebi
-  Piscinas naturais
-  Ginásios
-  Campo de ténis
-  Tribunal
-  Tesouraria
-  CTT - Correios
-  Notário
-  EDP
-  Gabinete de Apoio Técnico
-  Cemitérios

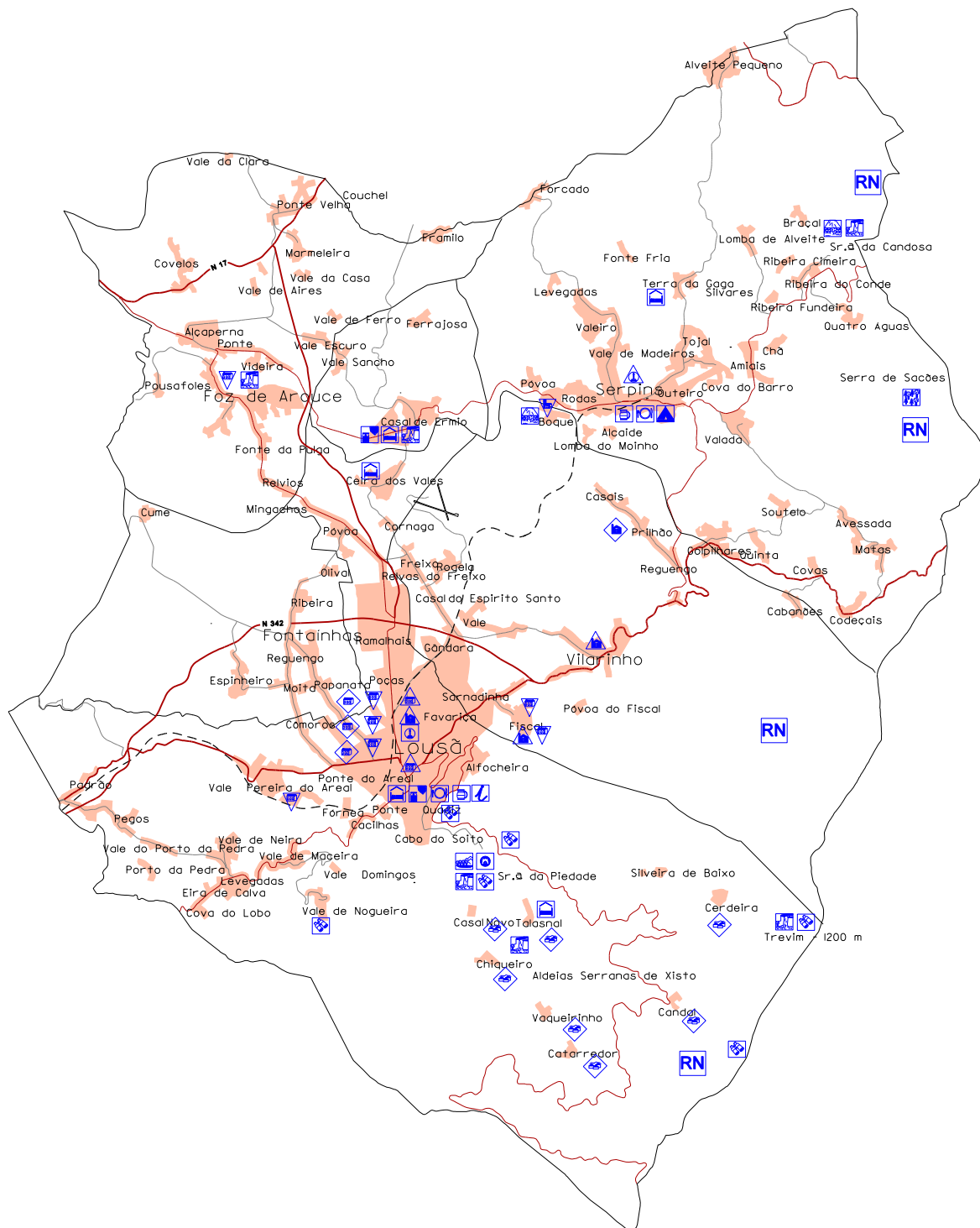
-  Biblioteca
-  Museu
-  Cine-Teatro
-  Órgão de comunicação escrita
-  Estação de Rádio
-  Centro/Associação cultural
-  Espaço para feiras/exposições
-  Escola de Música
-  Associações Filarmônicas
-  Ranchos Folclóricos
-  Quartel de Bombeiros
-  Aeródromo
-  Escola Nacional de Bombeiros
-  Centro de Formação
-  Quartel da G.N.R.



FIG. III

SÍNTESE DOS EQUIPAMENTOS DE TURISMO E PATRIMÓNIO

Lousã



1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

SISTEMA DE COORDENADAS - DATUM 73
SISTEMA DE PROJEÇÃO - GAUSS
Escala Base de Informação - 1:25000
Escala de Impressão - 1:100000

PATRIMÓNIO CLASSIFICADO

- Castelo (MN)
- Pelourinho (MN)
- Igreja/Capela (IIP)
- Pelourinho (IIP)
- Casa/Solar (IIP)
- Fábrica (VC)
- Casa/Solar (VC)
- Casa/Solar (EV)
- Igreja/Capela (EV)
- Aldeias de Xisto (EV)

PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO

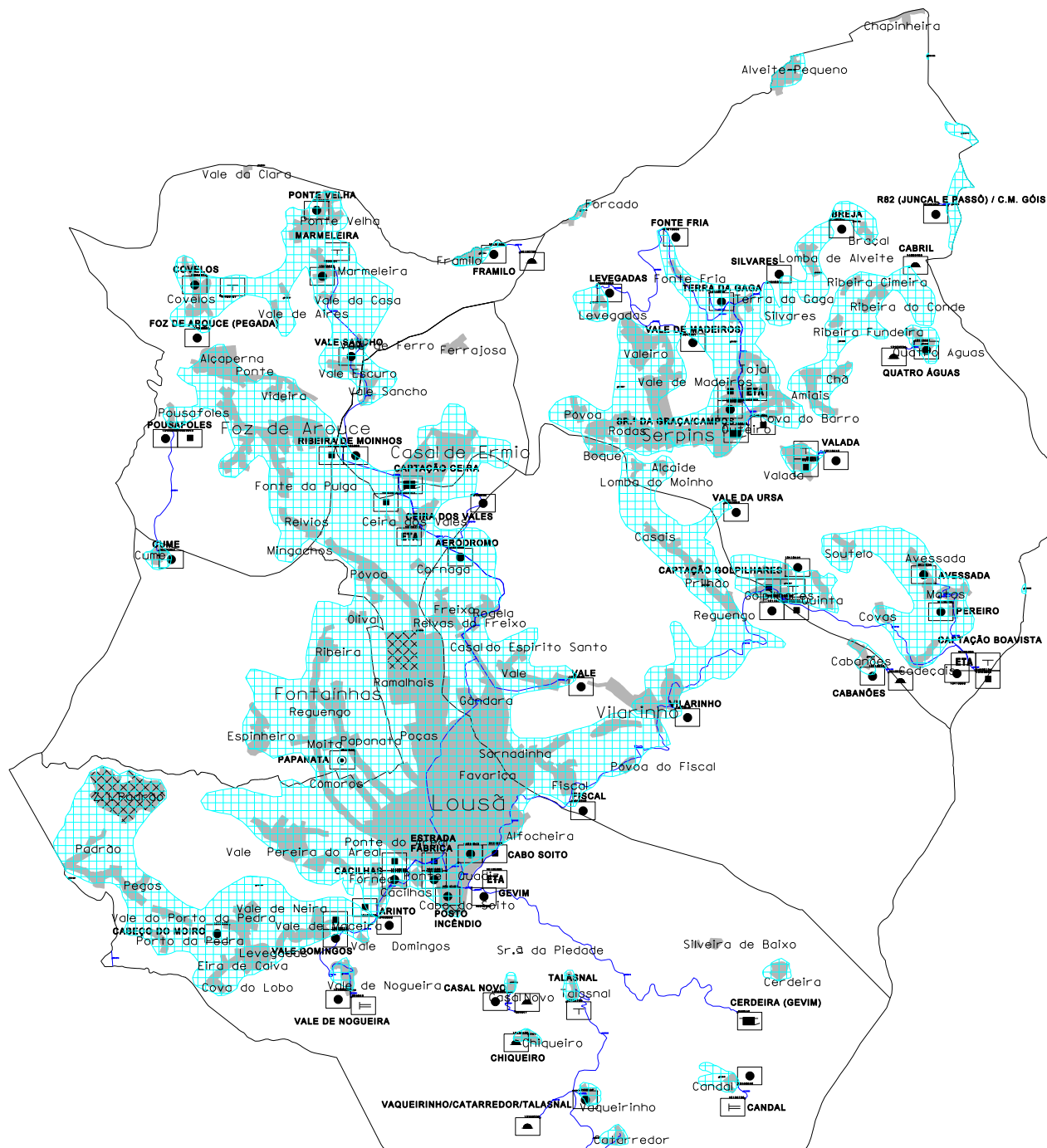
- Elemento Paisagístico
- Açude
- Rede Natura 2000
Sítio PICO 0060
Serra da Lousã
- Área de Interesse Botânico
da Mata do Sobral
- Espaço Natural/Cultural
da Zona do Castelo, Ermida
e Sr.ª da Piedade

EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS

- Alojamento Turístico
- Parque de Campismo
- Equipamentos de Restauração
- Posto de Turismo
- Miradouros
- Mela Serra da Lousã
- Artesanato

FIG. IV
REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
- Situação Atual - Ano 2009-

LOUSĂ



1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

FONTE: INSAAR, CMLousa - Julho 2005

OUTUBRO 2011

SISTEMA DE COORDENADAS - DATUM 73

SISTEMA DE PROJECAO - GAUSS

Escola Base de Informacao - 1
Escola de Impressao - 1:60000

Escola de Impressão - 1:60000

EXISTENTE	PROPOSTO
-----------	----------

ESISTENTE	PROPOSTO
-----------	----------

EXISTENTE

- Captação por Mina**
- Captação por Furo Vertical**
- Captação por Furo Horizontal**
- Captação por Drenos**
- Captação por Drenos e Poço**

Estação Elevatória

Estação de Tratamento de Águas

Reservatório

Reservatório Elevado

Câmara de Perda de Carga

Lugar Abastecido

Adutora

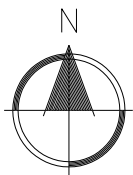
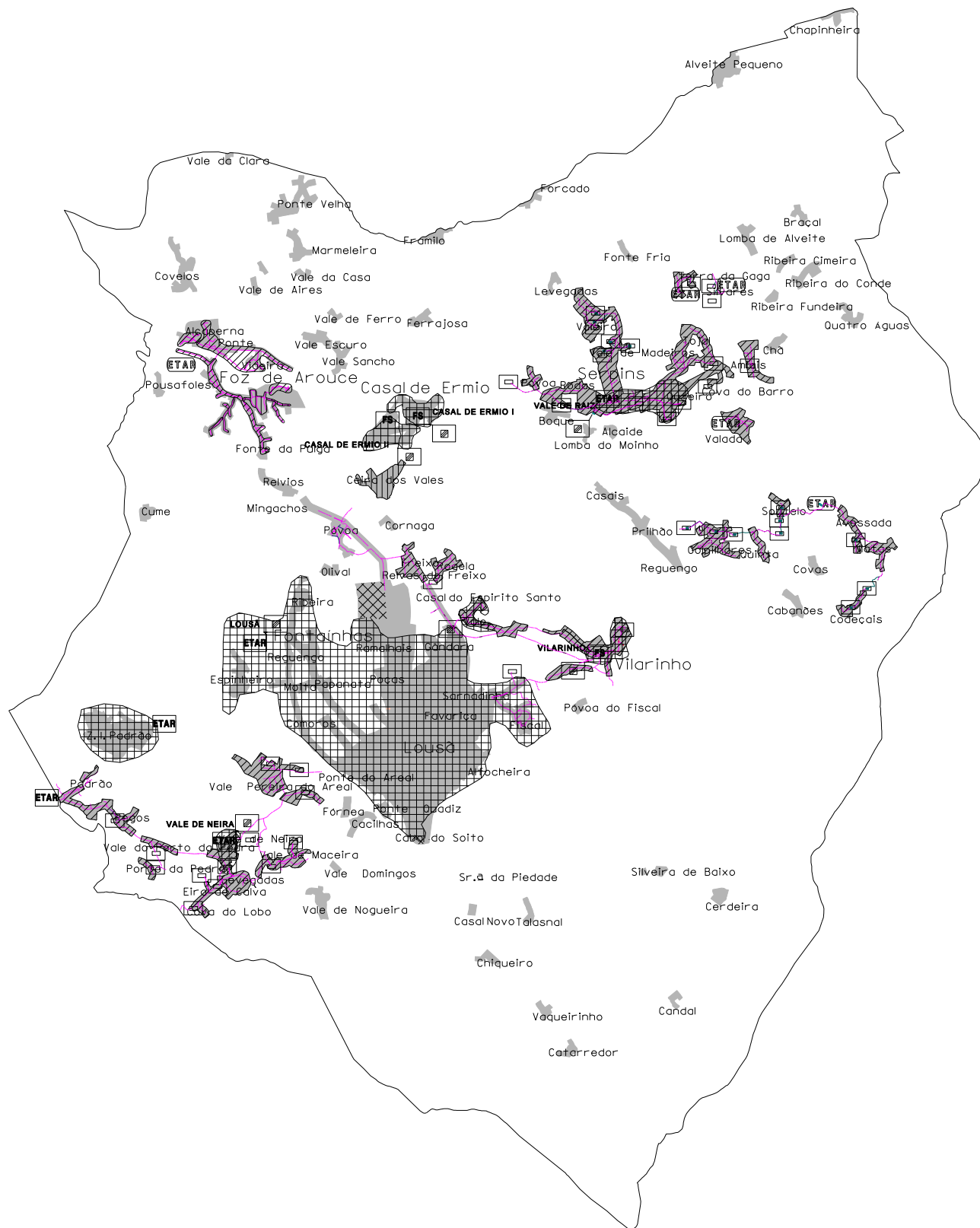


FIG. V

REDE GERAL DE ÁGUAS RESIDUAIS

- Situação Atual - Ano 2009 -

LOUSÃ



1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Fonte de Informação - INSAPI, C.M.Lousã, PRENG

OUTUBRO 2011

SISTEMA DE COORDENADAS - DATUM 73

SISTEMA DE PROJEÇÃO - GAUSS

Escala Base de Informação - 1:25000

Escala de Impressão - 1:60000

EXISTENTE

PROPOSTO

Estação de Tratamento
de Águas Residuais

ETAR

ETAR

Fossa Sética

FS

FS

Pontos de Descarga

PD

PD

Estação Elevatória
de Águas Residuais

EA

EA

REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS

Lugar Servido

Emissário

EXISTENTE / PROJECTO / AGUARDA CONSTRUÇÃO
DE ETAR



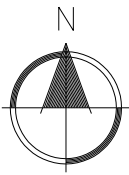
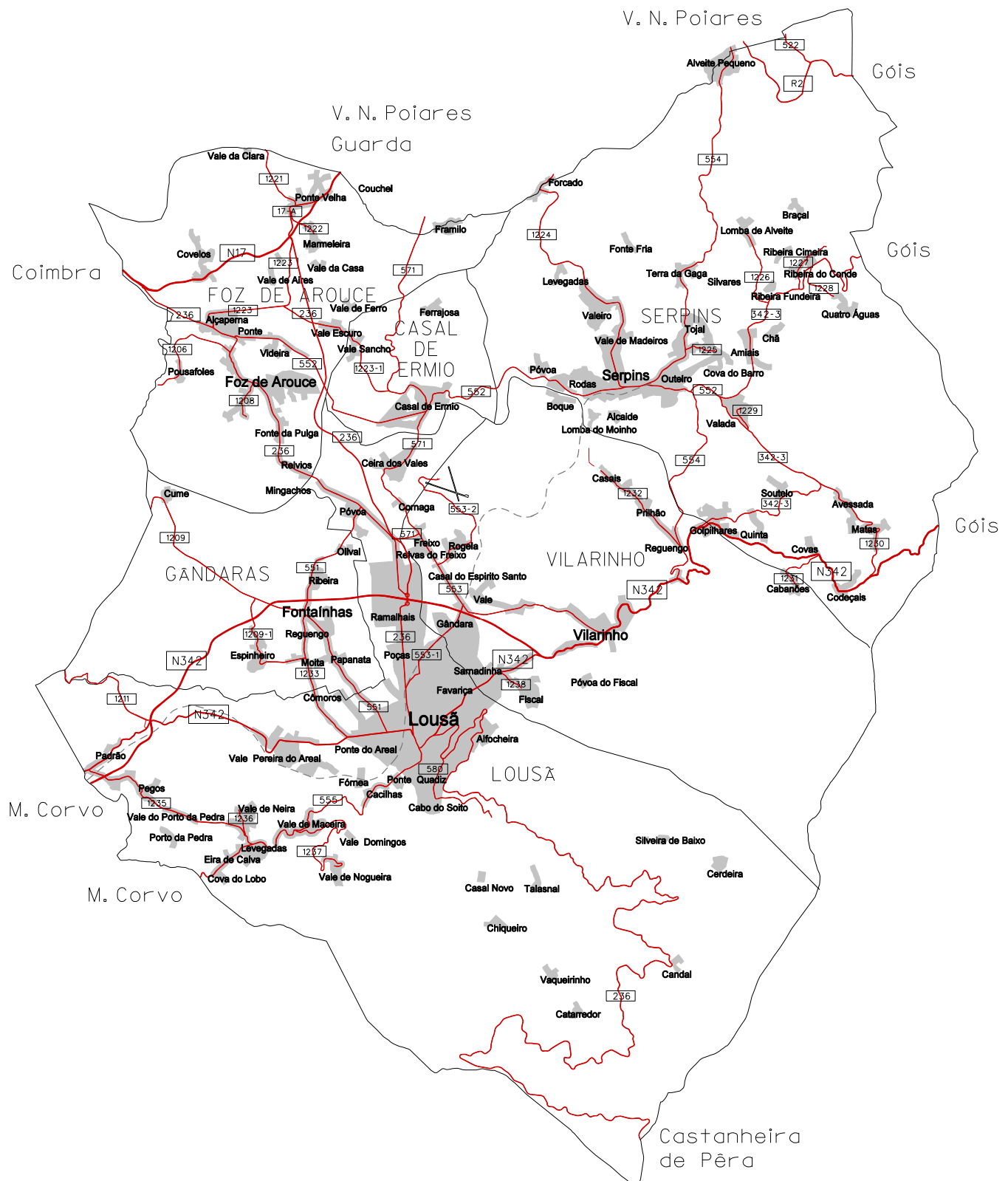


FIG. VII
REDE VIÁRIA
- Situação Atual - Ano 2011 -
LOUSÃ



INFORMAÇÃO BASE - REDE VIÁRIA:
- Informação geográfica Cartografia numérica (MNT) - ano 2002 / PDM 1993
- Classificação: PRN85/PRN2000/PDM1993/Informação do ICERR (Set/1999, Jul/2002 e Mar/2001)
Escala Base de Informação - 1:60,000
Escala de Impressão - 1:60,000
SISTEMA DE COORDENADAS - DATUM 73
SISTEMA DE PROJEÇÃO - GAUSS
OUTUBRO 2011

REDE VIÁRIA NACIONAL

— Estradas Nacionais (EN)

REDE VIÁRIA REGIONAL

— Estradas Regionais (ERI)

REDE VIÁRIA MUNICIPAL

— Municipal Colectora (MC)

— Municipal Distribuidora (MD)

REDE FERROVIÁRIA

— Ramal da Louçã

AERÓDROMO

— Aeródromo da Louçã